

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

BRENA COSTA LERBACH

**DOS MOVIMENTOS SOCIAIS PARA O ESTADO: UM ESTUDO DAS
CARREIRAS DE ATIVISTAS AMBIENTAIS NO ESPÍRITO SANTO**

VITÓRIA
2015

BRENA COSTA LERBACH

**DOS MOVIMENTOS SOCIAIS PARA O ESTADO: UM ESTUDO DAS
CARREIRAS DE ATIVISTAS AMBIENTAIS NO ESPÍRITO SANTO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais do Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Cristiana Losekann

VITÓRIA
2015

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)
(Biblioteca Central da Universidade Federal do Espírito Santo, ES, Brasil)

L614d Lerbach, Brena Costa, 1989-
 Dos movimentos sociais para o Estado : um estudo das
 carreiras de ativistas ambientais no Espírito Santo / Brena Costa
 Lerbach. – 2015.
 153 f. : il.

 Orientador: Cristiana Losekann.
 Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade
 Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e
 Naturais.

 1. Movimentos sociais. 2. Estado. 3. Ambientalismo. 4.
 Ambientalistas. I. Losekann, Cristiana. II. Universidade Federal
 do Espírito Santo. Centro de Ciências Humanas e Naturais. III.
 Título.

CDU: 316

BRENA COSTA LERBACH

DOS MOVIMENTOS SOCIAIS PARA O ESTADO: UM ESTUDO DAS CARREIRAS DE ATIVISTAS AMBIENTAIS NO ESPÍRITO SANTO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais do Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

Aprovada em 20 de maio de 2015.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Cristiana Losekann
Universidade Federal do Espírito Santo
Orientadora

Prof. Dr. Marcelo Kunrath Silva
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Prof.^a Dr.^a Marcia Prezotti Palassi
Universidade Federal do Espírito Santo

A meus pais e avós.

A Tia Alzira.

A todos os que se dedicam às lutas ambientais.

AGRADECIMENTOS

Pelas contribuições no processo de desenvolvimento deste trabalho, devo alguns agradecimentos. Agradeço ao professor Francisco Albernaz, que muito me incentivou durante a graduação e no processo seletivo para o mestrado. Por todas as horas de bate papo sobre a importância da agência humana nos processos políticos e sociais, o meu muito obrigado. Agradeço à professora Cristiana Losekann, que de maneira muito solícita me aceitou como sua orientanda, me acompanhando ao longo dessa jornada, sempre chamando a atenção para os debates teóricos que vêm pautando as agendas da Ciência Política. Agradeço a Marcelo Kunrath Silva e a Marta Zorzal e Silva, que participaram da banca de qualificação e contribuíram com valiosíssimas sugestões para este trabalho – que certamente não seria o mesmo sem suas críticas e indicações; e a Marcia Prezotti Palassi, que prontamente aceitou participar da banca de defesa. Registro minha gratidão aos professores do PGCS, peças fundamentais em minha formação e na de meus colegas. Presto agradecimentos especiais a Priscila Assis, por compartilhar comigo seu banco de dados sobre as organizações ambientalistas no Espírito Santo; a Marcelo Marques, que me ajudou a fazer contato com entrevistados; a Murilo Scarpatti, por gentilmente emprestar seu tempo e habilidade na elaboração das figuras que aparecem ao longo do trabalho; e a Elaine Siepierski, amiga de longa data e colega no estudo da língua francesa, por (mais uma vez) revisar meu *abstract*. Agradeço profundamente aos entrevistados, que muito atenciosamente me atenderam e colocaram-se à disposição para a realização das entrevistas, compartilhando comigo suas experiências pessoais, pontos de vista e lembranças. Pela confiança e pela contribuição, serei eternamente grata. Gratidão à minha família, pela paciência e apoio; e aos amigos queridos, pela torcida. À CAPES agradeço pelo financiamento.

RESUMO

A dissertação problematiza as relações entre movimentos sociais e Estado no Brasil contemporâneo, dando enfoque à entrada de lideranças de movimentos para órgãos públicos, por meio da ocupação de cargos de confiança e comissionados. Esta mudança no local de atuação, que pode ser compreendida como “trânsito” (da sociedade civil para o Estado) ou do ponto de vista da transformação de papéis (de desafiantes a membros da *polity*), repercute sobre o campo do ativismo em questão, sobre as decisões e políticas dos órgãos públicos envolvidos, assim como sobre o próprio ativista. Tendo em vista essa discussão, estabelecemos como objeto de atenção os impactos promovidos no nível individual, tendo como objetivo investigar e analisar as transformações processadas nas dimensões objetivas e subjetivas de carreiras de lideranças ativistas que adentraram o Estado por meio da ocupação de cargos. Assim, foi realizado um estudo das carreiras ativistas de seis lideranças reconhecidas por terem atuado em um campo específico de militância no Espírito Santo – o campo ambiental – e que ocuparam cargos em órgãos públicos. A metodologia utilizada foi qualitativa, e os dados foram coletados em entrevistas semiestruturadas e em profundidade com as lideranças e em pesquisa em outras fontes, como páginas de internet e materiais cedidos pelos próprios entrevistados. As análises foram instrumentalizadas teoricamente pela sociologia das carreiras militantes, por meio da qual buscamos reconstruir itinerários objetivos e aspectos subjetivos da atuação política das lideranças. Os resultados revelam que, na maioria dos casos estudados, a entrada para o Estado não foi acompanhada do desengajamento em relação ao ativismo desenvolvido em organizações e lutas ambientalistas; e que é recorrente a conciliação (e por vezes a articulação) de ambos. Todavia, a dupla atuação no movimento e no Estado foi permeada por tensões, levando algumas vezes a conflitos e rupturas. O trabalho permite concluir que, mesmo para os que se mantiveram ativistas em movimentos ambientais, houve impactos decorrentes da atuação em órgãos públicos sobre suas carreiras objetivas e subjetivas, sendo notável uma mudança na visão e na relação com o Estado, compreendido como lugar onde é possível “gerar contribuições”.

Palavras-chave: Relação movimentos sociais - Estado. Ambientalismo. Carreiras ativistas.

ABSTRACT

The dissertation discusses the relationship between social movements and State in contemporary Brazil, focusing on the entrance of movement leaders to public agencies, by occupying appointed positions. This change in the place of political acting, which can be understood as a “transit” (from civil society to State) or from the point of view of the transformation of roles (from challengers to members of the polity), reverberates on the field of activism concerned, on the decisions and policies of the public agencies involved, as well as on the activist himself. In view of this discussion, we established as object of attention the impacts promoted in the individual level, aiming to investigate and analyze the transformations processed in the objective and subjective dimensions of activist leaders' careers who stepped into the State through the occupation of public sector jobs. Thus, a study of the activist careers of six leaders recognized for having acted in a specific field of militancy on Espírito Santo (Brazil) – the environmental field – and who occupied positions in public agencies was performed. The methodology used was qualitative, and the data were collected through semi-structured in-depth interviews with the leaderships and through research in other sources, such as web pages and materials given by the interviewees. The analysis were instrumentalized by the sociology of activist careers, through which we sought to reconstruct objective itineraries and subjective aspects of the political acting of the leaders. The results reveal that, in most studied cases, the admission to State has not been followed by disengagement regarding the activism developed in environmental struggles and organizations; and that the conciliation (and sometimes the articulation) of both is recurrent. However, the double role in the movement and the State was permeated by tensions, sometimes leading to conflicts and ruptures. The work allows to conclude that, even for those who remained activists in environmental movements, impacts arised from the acting in public agencies on their objective and subjective careers, being remarkable a change in the vision and in the relationship with the State, understood as a place where you can "generate contributions".

Keywords: Social movements - State relationship. Environmentalism. Activist careers.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1 – Quadro de lideranças (L) entrevistadas.....	22
Quadro 2 – Ligações com a política partidária e continuidade do ativismo em movimentos ambientais.....	130
Figura 1 – Tensão latente decorrente da dupla vinculação ao movimento e ao Estado.....	45
Figura 2 – Trajetória política da L1 – José.....	75
Figura 3 – Trajetória política da L2 – Regina.....	78
Figura 4 – Trajetória política da L3 – Antônio.....	81
Figura 5 – Trajetória política da L4 – Leonardo.....	84
Figura 6 – Trajetória política da L5 – Pedro.....	87
Figura 7 – Trajetória política da L6 – Daniel.....	89

LISTA DE SIGLAS

AAPFG – Associação dos Amigos do Parque da Fonte Grande

ABC – Associação Barrense de Canoagem

ABEMA – Associação Brasileira de Entidades Estaduais de Meio Ambiente

ACAPEMA – Associação Capixaba de Proteção ao Meio Ambiente

AESB – Associação Espírito-Santense de Biologia

ALES – Assembleia Legislativa do Espírito Santo

AMIP – Associação dos Amigos do Piraquê-açu

ANA – Agência Nacional de Águas

ASAMBIENTAL – Associação de Entidades Não-Governamentais Ambientalistas do Estado do Espírito Santo

AVIDEPA – Associação Vila-Velhense de Proteção Ambiental

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

BNH – Banco Nacional da Habitação

CDDH – Centro de Defesa dos Direitos Humanos

CEBs – Comunidades Eclesiais de Base

CEC – Conselho Estadual de Cultura

CEMA – Comissão de Estudos do Meio Ambiente

CIPE Rio Doce – Comissão Interestadual Parlamentar de Estudos para o Desenvolvimento Sustentável da Bacia Hidrográfica do Rio Doce

COFAVI – Companhia Ferro e Aço de Vitória

COMDEMA – Conselho Municipal de Meio Ambiente

COMMAM – Conselho Municipal de Meio Ambiente de Vila Velha

CONSEMA – Conselho Estadual de Meio Ambiente

CST – Companhia Siderúrgica de Tubarão

CSU – Companhia Siderúrgica de Ubu

CVRD – Companhia Vale do Rio Doce

DAA – Departamento de Assuntos Ambientais

DCE – Diretório Central dos Estudantes

DEM – Democratas

DOI-CODI – Destacamento de Operações de Informações do Centro de Operações de Defesa Interna

EMESCAM – Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia de Vitória

FASE – Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional

FEMA – Fundação Estadual do Meio Ambiente

FINDES – Federação das Indústrias do Espírito Santo

FSC – Forest Stewardship Council

IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

IBDF – Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal

IDAF – Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal do Espírito Santo

IEF – Instituto Estadual de Florestas

INCAPER – Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural

INCAPER – Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural

IPEMA – Instituto de Pesquisa da Mata Atlântica

ITC – Instituto de Terras e Cartografia

JICA – Japan International Cooperation Agency

MDB – Movimento Democrático Brasileiro

MPA – Movimento dos Pequenos Agricultores

MST – Movimento Sem Terra

OAB – Ordem dos Advogados do Brasil

ONU – Organização das Nações Unidas

ORCA – Organização Consciência Ambiental

PCB – Partido Comunista Brasileiro

PDT – Partido Democrático Trabalhista

PMC – Prefeitura Municipal de Cariacica

PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PMV – Prefeitura Municipal de Vitória

PMVV – Prefeitura Municipal de Vila Velha

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PPS – Partido Popular Socialista

PSB – Partido Socialista Brasileiro

PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira

PT – Partido dos Trabalhadores

PUC-MG – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

PV – Partido Verde

SAMBIO – Sociedade dos Amigos do Museu de Biologia Mello Leitão

SAPI – Sociedade dos Amigos do Parque de Itaúnas

SEAMA – Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos

SEMMAM – Secretaria Municipal de Meio Ambiente

SESA – Secretaria Estadual de Saúde

UFES – Universidade Federal do Espírito Santo

UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais

UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro

UFV – Universidade Federal de Viçosa

UNE – União Nacional dos Estudantes

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	16
A. Problema e objetivos de pesquisa.....	16
B. Definição do objeto e procedimentos metodológicos.....	20
CAPÍTULO 1 – A PARTICIPAÇÃO DE LIDERANÇAS DE MOVIMENTOS SOCIAIS NO ESTADO – DIÁLOGOS COM O CAMPO TEÓRICO.....	27
1.1 A relação entre movimentos sociais e Estado.....	27
1.1.1 Nas teorias clássicas sobre movimentos sociais: revisão e busca de elementos explicativos.....	27
1.1.2 Nas teorias da sociedade civil e do confronto político: possibilidades e limites.....	35
1.2 Da sociedade civil para o Estado, de desafiantes a membros da <i>polity</i> : a entrada de lideranças de movimentos sociais para o Estado.....	39
1.2.1 Liderança e movimentos sociais.....	40
1.2.2 Pensando a inserção de lideranças de movimentos sociais no Estado.....	41
CAPÍTULO 2 – ABORDANDO TRAJETÓRIAS DE ATIVISTAS A PARTIR DA CONCEPÇÃO DE CARREIRA MILITANTE.....	47
2.1 A sociologia das carreiras militantes.....	48
2.2 Relações entre as diferentes esferas de vida e suas implicações para o engajamento ou o desengajamento de ativistas.....	50
2.3 O papel do campo político, das experiências sociais e da socialização secundária na formação de preferências, comportamentos e perspectivas individuais.....	54
2.4 Empregando os conceitos na construção de uma orientação para o estudo de carreiras.....	59
CAPÍTULO 3 – CARREIRAS DE ATIVISTAS AMBIENTAIS NO ESPÍRITO SANTO.....	61
3.1 Formação de um ativismo ambiental e criação do órgão ambiental no Espírito Santo.....	61
3.2 Trajetórias políticas de lideranças em lutas ambientais no Espírito Santo.....	72
3.2.1 L1 – José.....	72

3.2.2 L2 – Regina.....	75
3.2.3 L3 – Antônio.....	78
3.2.4 L4 – Leonardo.....	81
3.2.5 L5 – Pedro.....	84
3.2.6 L6 – Daniel.....	88
CAPÍTULO 4 – MUDANDO DE POSIÇÃO: O INGRESSO DE LIDERANÇAS DE LUTAS AMBIENTAIS NO ESTADO.....	91
4.1 Engajamento e militância.....	91
4.2 Inserção e atuação a partir do Estado.....	107
4.3 Atuar na sociedade, atuar no Estado: diferenças e reorientações a partir das experiências das lideranças entrevistadas.....	131
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	141
REFERÊNCIAS.....	145
APÊNDICES.....	150

INTRODUÇÃO

A. Problema e objetivos de pesquisa

Há alguns anos os estudiosos dos movimentos sociais vêm apontando mudanças no relacionamento destes com o Estado. Ao contrário da externalidade e da conflitualidade que caracterizavam esta relação na literatura dominante e, de maneira geral, no contexto brasileiro das décadas de 1970 e 1980 – quando a participação popular na política estava interdita, devido à Ditadura Militar (1964-1985) –, as análises empíricas mais recentes apontam que os movimentos sociais podem desenvolver uma relação bastante estreita com o Estado (ABERS, SERAFIM e TATAGIBA 2014; ABERS e VON BÜLOW, 2011; SILVA e OLIVEIRA, 2011). Com a redemocratização, os partidos políticos (muitos dos quais profundamente enraizados em movimentos sociais) puderam se reorganizar e foram instituídos espaços destinados à consulta e deliberação junto à sociedade civil, principalmente no que diz respeito às políticas públicas. Desde então¹, os movimentos têm atuado conjuntamente com o Estado em projetos, buscado nele financiamento, e fornecido consultoria para a criação e implementação de políticas públicas. Neste contexto, muitos assumiram inclusive um formato mais institucionalizado. Em vários casos, lideranças de movimentos sociais passaram a atuar dentro das próprias instituições públicas, ocupando cargos em áreas relacionadas às temáticas de sua atuação militante. Tendo em vista este cenário, consideramos importante investigar não apenas casos em que organizações de movimentos sociais e Estado estabelecem vínculos de parceria e cooperação, mas também situações em que lideranças oriundas de movimentos passam a atuar dentro do aparato estatal.

É sob esta perspectiva que nos guiamos nesta dissertação, que tem como foco de atenção os *processos nos quais atores que desempenham funções substantivas de liderança em organizações de movimentos sociais passam a ocupar cargos de confiança ou comissionados em instituições estatais*. Pensamos que este trânsito certamente gera transformações – tanto no nível individual, impactando o líder

¹ A despeito deste cenário, em que houve aumento de oportunidades para o acesso ao Estado, cabe registrar a anterioridade de relações de proximidade entre movimentos e Estado no Brasil, por meio, inclusive, da ocupação de cargos públicos por lideranças – como se verifica em Falleti (2010), que aponta uma “infiltração no Estado” por ativistas sanitaristas anterior ao momento da redemocratização.

ativista (em suas atividades políticas, lealdades, pontos de vista pessoais, etc.); como também para o movimento (gerando impactos principalmente para a organização da qual a liderança é originária); e também nas ações e políticas públicas promovidas pelas agências governamentais em que os ativistas estão inseridos.

A opção por este tema de pesquisa justifica-se, então, em primeiro lugar, por consistir num ponto de relevância social, haja vista que a ocupação de cargos por militantes na esfera estatal mostra-se recorrente e que, como pesquisas confirmam², as associações e OMSs³ consistem em espaços privilegiados para o recrutamento de quadros para partidos políticos - importantes facilitadores deste trânsito. Em segundo lugar, a escolha do tema tem como justificativa o intento de contribuir para o avanço da produção de conhecimento sobre o fenômeno, uma vez que a entrada de ativistas para a esfera estatal ainda requer tratamento e pesquisa por parte dos estudiosos, que lidam com certa dificuldade teórica.

Tal dificuldade assenta-se em pelo menos duas razões. A primeira deve-se ao fato de, no Brasil, os estudiosos do ativismo terem retratado os movimentos sociais como sendo inerentemente externos ou opostos em relação ao Estado em função do contexto da Ditadura Militar. Como esta visão orientou o campo teórico em formação, os pesquisadores brasileiros se viram pouco instrumentalizados para tratar das relações entre movimento e Estado no contexto democrático, quando houve abertura de oportunidades políticas para a participação popular, aumentando as possibilidades de acesso e de influência na política institucional (SILVA e OLIVEIRA, *ibidem*). A segunda diz respeito aos limites apresentados por duas das

² Marengo e Serna (2007) fazem uma análise dos perfis de deputados no Uruguai, no Chile e no Brasil, apontando que em nosso país é significativo o recrutamento de quadros nos movimentos sociais e nas associações societárias pelos partidos de esquerda.

³ Assim como McCarthy e Zald (1977), distinguimos “movimento social” e “organização de movimento social” – doravante referida no texto como OMS. Enquanto o “movimento social” é por eles compreendido como um conjunto de opiniões e crenças que partem de uma população e expressam reivindicações e preferências para a mudança, OMS é o conceito utilizado para fazer referência aos diversos grupos organizados para ação que identificam seus objetivos com as preferências de um movimento. Apesar de não compreendermos os movimentos sociais como simples conjuntos de preferências, optamos por adotar tal distinção pelo fato de nos permitir diferenciar os movimentos sociais (enquanto forma de ação política contenciosa) dos grupos organizados que neles se engajam (ou seja, de seus atores).

principais linhas teóricas que vêm mundialmente orientando o estudo dos movimentos sociais, as teorias da sociedade civil e da *contentious politics*⁴. Como Abers e Von Bülow (op. cit.) argumentam, ambas as correntes não oferecem tratamento adequado à questão. Se ao compreender Estado e sociedade civil como esferas diferentes a teoria da sociedade civil impossibilita a abordagem de tais trânsitos, a teoria do confronto político, ainda que posicionada contra o estabelecimento de fronteiras entre os campos políticos institucional e não institucional, também não apresenta preocupação específica com a questão em seu programa inicial. Além disso, está fortemente ancorada nas formulações de Charles Tilly (1977), que, apesar de não delimitar esferas, estabelece diferentes papéis para os atores em confronto, identificados como desafiantes ou membros da *polity* – o que, segundo Banaszak (2005), dificultaria compreender casos em que os sujeitos se posicionam simultaneamente no movimento e no Estado.

Estamos interessados, então, nos processos em que sujeitos reconhecidos como lideranças em movimentos sociais e que, portanto, desenvolvem (ou desenvolviam) uma atuação a partir da sociedade civil, passam a atuar a partir do Estado – processos em que passam de desafiantes a membros da *polity*. Apesar de, como já mencionado, acreditarmos que esta inserção no poder público possa impactar as OMSs e o campo de ativismo em questão, assim como as ações e políticas promovidas por órgãos públicos sob influência de ativistas⁵, nos restringimos a estabelecer como objeto de atenção os impactos promovidos no nível individual – da

⁴ Traduzida como “confronto” ou “conflito político”.

⁵ A inserção de ativistas de certas áreas nas instituições estatais e alguns dos impactos deste processo já foram analisados por alguns autores. Banaszak (2005), por exemplo, chama a atenção para a atuação das *femocrats* – feministas que ocupavam postos nas agências de políticas públicas para mulheres e noutros segmentos da burocracia estatal nos Estados Unidos. Losekann (2014) aborda a participação e influência das organizações da sociedade civil brasileira na construção da política ambiental no primeiro mandato do governo Lula (2003-2007), sublinhando um movimento de ocupação de cargos em órgãos ambientais por ambientalistas. Na mesma linha, Abers, Serafim e Tatagiba (2014) falam sobre como ativistas que assumiram cargos na burocracia federal durante o governo Lula frequentemente transformaram agências governamentais em espaços de militância nos quais continuaram a defender bandeiras desenvolvidas previamente no âmbito da sociedade civil, impactando as características das relações movimento-Estado. E, para citarmos um último exemplo, o trabalho de Silva e Oliveira (2011) analisa o caso do movimento de economia solidária no Rio Grande do Sul, que ganhou espaço no Estado durante as gestões do PT (partido com o qual tinha vinculação), levando lideranças militantes à ocupação de cargos na administração pública e ao desenvolvimento de projetos de economia solidária como políticas de governo.

liderança que passou a desenvolver uma atuação a partir do Estado, tendo dado continuidade ou não à sua participação em movimentos sociais. Dessa forma, o problema que orienta esta pesquisa pode ser descrito da seguinte maneira: *a inserção e atuação de lideranças oriundas de movimentos sociais no Estado, por meio da ocupação de cargos comissionados ou de confiança, promove impactos sobre o líder ativista? De que maneira?*

Assim, o trabalho tem como proposta abordar os trânsitos de lideranças de movimentos sociais para instituições estatais a partir de um enfoque individual (ainda que em permanente relação com os níveis institucional e das estruturas sociais). Tem como *objetivo geral* investigar e analisar transformações processadas nas dimensões objetivas e subjetivas de carreiras⁶ de lideranças ativistas que adentraram o Estado por meio da ocupação de cargos. E como *objetivos específicos*:

1. Investigar e analisar transformações sobre a dimensão objetiva da carreira, observando: sequências de posição, funções desempenhadas, campos de atuação política e o caráter da atuação política.
2. Investigar e analisar impactos sobre a dimensão subjetiva da carreira, particularmente com relação a: perspectivas sobre vida e carreira pessoais, visão sobre a luta política, autoidentificação.
3. Investigar e analisar tensões decorrentes da atuação a partir do Estado.

A pesquisa apresentada nesta dissertação procurou, dessa forma, investigar metamorfoses, tensões, contradições e reconversões⁷ nos itinerários individuais propiciados pela atuação a partir do Estado. O recorte de pesquisa escolhido e os procedimentos metodológicos utilizados seguem apresentados no ponto B.

⁶ O conceito de carreira desempenha importante papel na orientação desde trabalho e será abordado posteriormente.

⁷ Entendemos por reconversão o deslocamento de certos recursos e conhecimentos de um campo de atuação para outro. Apesar de utilizarmos algumas vezes esta noção – que faz referência a um conceito presente nos estudos de Pierre Bourdieu, que se ancoram na teoria dos campos e nos conceitos de capital social e de *habitus* –, desde já esclarecemos que esta não foi a abordagem teórica que escolhemos empregar. Optamos por uma abordagem biográfica que utiliza o conceito de “carreira” e que está afiliada ao paradigma interacionista, como será visto com mais detalhe no Capítulo 2.

B. Definição do objeto e procedimentos metodológicos

Adotamos como recorte para o estudo o campo do ativismo ambiental no Espírito Santo. A opção pelo enfoque nesta área de ativismo, e não noutra, foi motivada pelo conhecido histórico de conflitos socioambientais neste estado. De acordo com Assis (2011), estes conflitos encontram seus primórdios nas décadas de 1960 e 70 – contexto de desenvolvimento dos Grandes Projetos Industriais, que culminaram na implementação dos parques industriais da Companhia Siderúrgica de Tubarão (CST) - atual Arcelor Mittal, Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) - atual Vale, Aracruz Celulose - atual Fibria, e da Samarco, gerando críticas e resistência; e que, como uma avaliação mais recente poderia demonstrar, permanecem uma constante, tendo em vista que as políticas de desenvolvimento promovidas pelos governos que se sucedem no poder estadual continuam baseadas na promoção de grandes projetos de investimento, que se expandem para outras regiões do estado⁸.

Adicionalmente, a inserção de lideranças do ativismo ambiental nos órgãos públicos oferece um campo fértil para estudo, uma vez que, como é sabido, a existência de legislação e agências referentes à área ambiental abre espaço para que ambientalistas empreguem-se no Estado. Esta tendência é ressaltada por uma série de autores, como Oliveira (2008a, 2008b) e Alonso e Marciel (2010).

Segundo Alonso e Marciel (2010), o ativismo ambiental no Brasil passou a contar com novos recursos e oportunidades na década de 1990, tendo como marco a Rio-92. De acordo com esse argumento, a partir dessa década o ativismo ambiental teria sido marcado por mudanças substantivas, havendo o favorecimento de alianças com elites políticas. Em muitos casos mudou o tipo de interação desenvolvida com o Estado, havendo a criação de parcerias entre organizações ambientais e agências estatais e mesmo a absorção de ativistas pelas mesmas. Nesse contexto, observou-se uma tendência para a profissionalização e a especialização de organizações e ativistas, surgindo uma demanda por pessoal com formação em áreas como gestão

⁸ Por exemplo, a cogitada construção de vinte e um portos no litoral capixaba nos próximos anos, tema que vem gerando polêmica e movimentação entre os ambientalistas capixabas; a construção de um mineroduto pela empresa Manabi no norte do estado, que deverá escoar minério extraído de Minas Gerais para um porto localizado no município de Linhares; o Estaleiro Jurong, no município de Aracruz; entre outros.

ambiental e gerenciamento de projetos ambientais. De acordo com as autoras, desde a década de 1980 já seria possível observar uma diversificação em relação aos repertórios de protesto empregados por ambientalistas: os ativistas das causas ambientais puderam entrar para partidos, e a criação de órgãos ambientais também abriu um novo campo de atuação. Como resultado, esses processos pavimentaram o caminho para o surgimento de empregos como técnicos e gestores na burocracia estatal ou como consultores em políticas ambientais.

Corroborando essas informações, Oliveira (2008a, 2008b) registra que a demanda por militantes e dirigentes com saber técnico possibilitou o desenvolvimento de um novo campo profissional, no qual é possível ocupar cargos e funções remuneradas na administração pública e na burocracia estatal (principalmente com base nos vínculos estabelecidos de militância partidária), além de trabalhar com assessoria e consultoria, desempenhando funções remuneradas como funcionários e técnicos de organizações não governamentais – ONGs. A partir de uma investigação a respeito das lógicas e condições sociais de engajamento de ambientalistas no Rio Grande do Sul, ele argumenta que atualmente a imbricação entre participação política e atuação profissional constitui um dos fundamentos principais da militância ambientalista. De acordo com o autor, essa imbricação tornou-se característica do ativismo ambiental a partir da década de 1980, quando, a despeito da heterogeneidade de origens sociais e da diversidade de vínculos estabelecidos ao longo dos itinerários pessoais, a sobreposição entre formação universitária, participação em outros movimentos e em partidos políticos era recorrente.

O ativismo ambiental no Espírito Santo apresenta-se, assim, como campo potencialmente interessante para o estudo de trajetórias individuais de lideranças ativistas e, por essa razão, foi explorado nesta pesquisa, que utiliza metodologia qualitativa e realiza pesquisa de campo.

A pesquisa realiza um estudo de itinerários políticos de lideranças que, tendo desenvolvido ativismo em movimentos ambientais, passaram, em algum momento de suas trajetórias, a ocupar cargos comissionados ou de confiança em instituições estatais – especialmente exercendo funções relacionadas à questão ambiental. O trabalho foi orientado pela sociologia das carreiras militantes, abordagem que propõe a reconstrução das carreiras de ativistas, relacionando transformações e

reconfigurações nas trajetórias individuais (em termos objetivos e subjetivos) a contextos, situações e locais de atuação e socialização pelos quais os indivíduos passam (FILLIEULE, 2013)⁹.

Para o estudo foram selecionadas as trajetórias de seis sujeitos que tiveram atuação reconhecida em lutas ambientais no Espírito Santo, desempenhando papéis substantivos de liderança como organizadores e representantes em organizações, associações ou redes engajadas no movimento ambiental no estado. E que, como já estipulado, ocuparam ou ocupam cargos comissionados ou de confiança no Estado, desempenhando funções relacionadas à área ambiental. Com o intuito de trazer mais diversidade para o grupo de sujeitos estudados, não definimos um recorte temporal específico para sua atuação. As lideranças foram escolhidas a partir de uma pesquisa prévia a respeito das lutas ambientais no Espírito Santo, que teve como fontes trabalhos acadêmicos (LOBINO, 2008; CRUZ, 2011; ASSIS, 2011; NASCIMENTO, 2012), informações disponíveis na internet e duas entrevistas com ambientalistas atuantes no estado – uma com uma representante da FASE (Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional) e ativista da Rede Alerta Contra o Deserto Verde¹⁰, e outra com um representante da ONG AVIDEPA (Associação Vila-Velhense de Proteção Ambiental) e articulador do Fórum das ONGs Ambientalistas do Espírito Santo¹¹. A partir dessas informações, foram selecionados os seguintes sujeitos, para os quais atribuímos nomes fictícios:

Quadro 1 - Quadro de lideranças (L) entrevistadas

	Nomes	Síntese da carreira ativista	Síntese da trajetória no poder público
L1	José (Advogado ambientalista)	Participou da ACAPEMA - Associação Capixaba de Proteção ao Meio Ambiente (foi da diretoria e vice-presidente, representando a organização em espaços como a	Trabalhou na SEAMA - Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos, na PMV – Prefeitura Municipal de

⁹ Uma apresentação da sociologia das carreiras militantes será realizada no Capítulo 2.

¹⁰ Por mim realizada em 22 de agosto de 2014. Entrevista aberta registrada em áudio.

¹¹ Entrevista aberta realizada em 2011 para a pesquisa “Organizações da sociedade civil e Estado no Espírito Santo – tensões e alinhamentos” por Cristiana Losekann e Priscila Assis, a quem agradeço pela disponibilização do registro em áudio.

		CEMA - Comissão de Estudos do Meio Ambiente), da AMIP - Associação dos Amigos do Piraquê e do Instituto ORCA - Organização Consciência Ambiental (do qual foi representante no CEC - Conselho Estadual de Cultura). Ajudou a fundar a SAMBIO - Sociedade dos Amigos do Museu de Biologia Mello Leitão, a SAPI - Sociedade dos Amigos do Parque de Itaúnas e o IPEMA - Instituto de Pesquisa da Mata Atlântica. Colaborador da Rede Alerta Contra o Deserto Verde. Representa a Comissão Espírito-Santense de Folclore no CONSEMA - Conselho Estadual de Meio Ambiente. Presta consultoria jurídica voluntária a movimentos socioambientais.	Vitória (assessor da secretária de meio ambiente), na ALES - Assembleia Legislativa do Espírito Santo (assessor do deputado presidente da comissão de meio ambiente; assessor de outro deputado), na PMVV - Prefeitura Municipal de Vila Velha (assessor do secretário de meio ambiente) e no IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. Atualmente é analista de gestão cultural na PMV, único cargo ocupado por concurso.
L2	Regina (Professora universitária – Serviço Social)	Militou nas CEBs - Comunidades Eclesiais de Base, coordenou associação de bairro e ajudou a fundar o PT - Partido dos Trabalhadores no ES (foi da diretoria e da executiva, vinculando-se ao grupo que discutia as questões ambientais no partido). Engajou-se no movimento estudantil na universidade. Participou de protestos contra a pesca do Marlim em Vitória e outros, participou da Rede Alerta Contra o Deserto Verde. Ajudou a fundar o Fórum Estadual de Mulheres, onde atualmente milita.	Assessorou deputado do PT na ALES (dois mandatos), foi vereadora em Vitória pelo PT (integrante da Comissão Permanente de Meio Ambiente), assessorou parlamentar do PT na Câmara Federal (dois mandatos).
L3	Antônio (Biólogo)	Participou da AESB - Associação Espírito-Santense de Biologia (inicialmente como secretário e depois presidente) e ajudou a fundar a ACAPEMA (onde foi secretário), atuando, entre outras coisas, na organização da campanha contra a instalação de uma usina de processamento de lixo nuclear no Espírito Santo (1979), reconhecida como a primeira grande manifestação da causa ambiental no estado.	Atuou como estagiário na FEMA - Fundação Estadual do Meio Ambiente, atuou na SESA - Secretaria Estadual de Saúde, foi chefe do setor de meio ambiente do Departamento de Assuntos Ambientais DAA-SESA e subsecretário na recém-criada SEAMA, tornando-se secretário de estado de meio ambiente na sequência – cargo ocupado posteriormente ainda duas vezes. Presidiu a ABEMA - Associação Brasileira de Entidades Estaduais de Meio Ambiente por três mandatos. Foi subsecretário de desenvolvimento econômico na PMV e no estado. Atualmente é biólogo do estado, atuando no INCAPER - Instituto Capixaba de Pesquisa,

			Assistência Técnica e Extensão Rural.
L4	Leonardo (Biólogo)	Participou da AESB e da ACAPEMA, onde foi vice-presidente por dois mandatos. Ajudou a criar a AAPFG - Associação dos Amigos do Parque da Fonte Grande, onde foi presidente e vice-presidente, cargo que ocupa atualmente. É representante da organização no COMDEMA - Conselho Municipal de Meio Ambiente.	Foi biólogo no ITC - Instituto de Terras e Cartografia /IDAF - Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal do Espírito Santo, na PMV e gerente de recursos naturais na SEAMA. Atualmente está na SEMMAM (Secretaria Municipal de Meio Ambiente)-PMV.
L5	Pedro (Filósofo)	Militou no movimento estudantil durante o ensino médio, participou de associação comunitária, participou do PCB - Partido Comunista Brasileiro clandestinamente (sendo filiado ao PMDB - Partido do Movimento Democrático Brasileiro, onde foi líder do PMDB jovem), fazendo resistência à ditadura. Participou do Grupo SOS Natureza e criou o Instituto Ecobacia (o qual já presidiu e do qual hoje faz parte da diretoria).	Foi assessor na ALES, atuando na CIPE (Comissão Interestadual Parlamentar de Estudos) Rio Doce; e assessor e secretário municipal de meio ambiente na PMVV, ocupando atualmente o cargo de subsecretário de governo nesta prefeitura.
L6	Daniel (Geógrafo)	Participou do CA – Centro Acadêmico de geografia e do Diretório Central dos Estudantes da Universidade Federal do Espírito Santo DCE-UFES, onde compôs a diretoria por dois mandatos. Atuou nas mobilizações contra mudanças no Código Florestal (Movimento ES Salve o Código Florestal Brasileiro) e participa da Associação Ambiental Voz da Natureza, da qual é representante no CEC, onde atua na Câmara de Patrimônio Ecológico, Cultural e Paisagístico.	Atuou como geógrafo na Prefeitura Municipal de Cariacica - PMC e é assessor parlamentar na ALES, onde atua na Frente Parlamentar Ambientalista.

Para a reunião de informações a respeito das trajetórias, assim como dos pontos de vista pessoais e interpretações acerca dos percursos de engajamento e atuação política, empregamos como principal instrumento de coleta de dados a realização de entrevistas com os atores selecionados. O tipo de entrevista utilizada foi a semiestruturada e em profundidade, com utilização de um roteiro combinando questões abertas e fechadas (APÊNDICE A), de maneira a permitir o direcionamento para o conjunto de questões de interesse da pesquisa¹² (BONI e

¹² A construção do roteiro de entrevista foi guiada pelos objetivos da pesquisa, apresentados de maneira articulada com as questões do roteiro no Quadro para orientação do roteiro de entrevista – APÊNDICE B.

QUARESMA, 2005). O roteiro foi dividido em cinco blocos temáticos: I – Quem é?; II – Engajamento, Carreira Militante, Projetos pessoais; III – Atuação a partir do Estado; IV – Tensões; V – Autoavaliação, crenças e visão de mundo atual. As entrevistas foram realizadas por mim no período de abril a outubro de 2014, possuem registro em áudio e transcrição integral. Além da obtenção dos relatos das trajetórias políticas pessoais por entrevista, buscamos, de maneira complementar, informações em páginas de internet, trabalhos acadêmicos e em materiais disponibilizados pelos próprios entrevistados (como livros e cartilhas produzidos e empregados nos projetos das organizações ou grupos em que tiveram atuação), ajudando a contextualizar e a informar sobre as características de sua atuação no que diz respeito ao ativismo ambiental. Finalizada a etapa de coleta de dados da pesquisa de campo, procedemos à sua organização para problematização e análise, desenvolvendo uma discussão a respeito do ativismo e do engajamento político, tomando como referência trabalhos que discutem temas como carreiras, esferas de vida, etc.; e outra acerca da situação específica dos sujeitos que transitam ou se colocam entre movimento e Estado, pondo em ênfase tensões, diferenças sentidas a partir da atuação nos dois campos e as implicações da inserção no Estado para as carreiras ativistas.

Desta forma, a dissertação ora apresentada encontra-se organizada da seguinte forma: o primeiro capítulo traz uma discussão teórica a respeito de como as relações entre movimentos sociais e Estado têm sido abordadas pelas teorias, apontando alguns limites e possibilidades, particularmente tendo em vista a entrada de lideranças de movimentos sociais para o Estado. No segundo, são apresentados os conceitos que selecionamos para orientar o estudo dos itinerários políticos individuais das lideranças entrevistadas, como o conceito de carreira ativista (FILLIEULE, 2010, 2013) e o de esferas de vida (PASSY e GIUGNI, 2000). No terceiro capítulo falaremos sobre ativismo ambiental no Espírito Santo: as primeiras mobilizações, as reivindicações e os atores organizados. Paralelamente, abordaremos também o processo de construção do principal órgão ambiental estadual, a SEAMA. Na segunda parte do capítulo, realizaremos uma apresentação inicial das trajetórias objetivas dos entrevistados, buscando situar seus vínculos de engajamento ativista e de inserção institucional em relação ao quadro geral de desenvolvimento do ativismo ambiental e da construção dos órgãos e políticas de

meio ambiente no Espírito Santo. Por fim, o quarto e último capítulo objetiva problematizar questões como: o engajamento político e a militância; a inserção e atuação a partir do Estado; as diferenças sentidas pelos entrevistados atuando nos dois campos; tensões e conflitos resultantes da dupla vinculação com as lutas ambientais e com o Estado; reorientações nas carreiras ativistas e itinerários individuais; e transformações nas visões políticas dos que transitaram para o Estado. Para tanto, as análises explorarão como recurso principal, além das informações colhidas em fontes secundárias e da reconstrução dos itinerários pessoais e políticos, as falas dos próprios entrevistados. Encerraremos, como de costume, com algumas considerações finais.

1. A PARTICIPAÇÃO DE LIDERANÇAS DE MOVIMENTOS SOCIAIS NO ESTADO – DIÁLOGOS COM O CAMPO TEÓRICO

Como a pesquisa investiga uma modalidade específica de relação construída entre movimentos sociais e Estado, a saber, quando lideranças provenientes de movimentos sociais passam a atuar dentro do aparato estatal ocupando cargos (sejam esses comissionados ou de confiança, conforme nosso recorte), consideramos que nada seria mais natural do que dedicarmos um capítulo a uma revisão a respeito de como o relacionamento entre movimentos sociais e Estado tem sido abordado pelas teorias e, particularmente, sobre como este trânsito de ativistas tem sido compreendido. Dessa forma, este capítulo se dividirá em dois momentos. Inicialmente, apresentaremos as principais teorias sobre movimentos sociais e o tratamento teórico dispensado à relação entre movimentos sociais e Estado, buscando apontar limitações e possibilidades. Na segunda parte, falaremos sobre liderança nos movimentos sociais; sobre como a inserção de líderes de movimentos na política institucionalizada tem sido, em geral, compreendida; e aproveitaremos para fazer alguns apontamentos a este respeito, explicitando nossas apostas e posicionamentos.

1.1 A relação entre movimentos sociais e Estado

1.1.1 Nas teorias clássicas sobre movimentos sociais: revisão e busca de elementos explicativos

Devemos a noção original de “movimento social” a Lorenz Von Stein, que utilizou o termo para tratar dos “movimentos próprios do proletário” (CHAZEL, 1992: 293). Após uma série de mudanças no caráter dos movimentos e nas teorias, os movimentos sociais se consolidaram como objeto de estudo das Ciências Sociais. Suas lutas contribuíram para a conquista de direitos, para a democratização de regimes políticos e para a promoção de profundas mudanças na cultura e na sociedade. Suas ações, em vez de irracionais e unicamente destrutivas (como pensava Le Bon (2008) no final do século XIX em relação ao comportamento das multidões), passaram a ser compreendidas como ações mais ou menos organizadas, levadas a cabo tendo em vista objetivos definidos, e com certa

sustentação ao longo do tempo. Com o passar dos anos, a existência de movimentos sociais atuantes passou a ser inclusive considerada indicador de uma democracia mais robusta¹³.

A literatura sobre movimentos sociais em geral considera a década de 1960 como marco. Neste período, houve a emergência de movimentos muito diferentes do movimento operário. Os atores eram outros (não mais o operariado, mas um público diversificado: mulheres, estudantes, a classe média, etc.), as demandas eram outras (com ênfase não apenas em reivindicações materiais, mas também imateriais – referentes a identidades, cultura, qualidade de vida, etc.), e a perspectiva também era diferente (longe de pretenderem tomar o poder do Estado, suas ações buscavam lograr sucesso por meio da persuasão – do Estado e também da própria sociedade). Foi para dar nome a esses novos movimentos que o termo “movimento social” passou a ser utilizado (ALONSO, 2009). Diante dessas mudanças, novos esforços teóricos foram empreendidos. Assim, na década de 1970 houve o desenvolvimento de três vertentes teóricas sobre movimentos sociais, que ganharam centralidade: a teoria da mobilização de recursos, a teoria do processo político e a teoria dos novos movimentos sociais. Revisitaremos suas principais características e o conceito de movimento social sustentado por cada uma delas.

A teoria da mobilização de recursos se desenvolveu nos Estados Unidos e, pela primeira vez, aglutinou uma geração inteira de pesquisadores ao redor do objeto de estudo “movimento social”. A expressão mobilização de recursos foi empregada por McCarthy e Zald (1977; 1973 *apud* CHAZEL, 1992), e exprime a orientação geral com a qual os trabalhos dos estudiosos se alinhavam. Diante de abordagens que explicavam os movimentos como ações irracionais, expressão descontrolada das emoções coletivas, a escola enfatizou a existência de racionalidade, considerando que a decisão do agir seria consciente, resultado de cálculos de custo-benefício. Adicionalmente, contrapondo-se a autores como Gurr, Smelser e Turner e Killian, sustentava que privações e descontentamentos, por si só, não levariam a um movimento social, sendo, para isso, necessários outros fatores, como organização, poder e recursos. Assim, para McCarthy e Zald (1977), o movimento social não

¹³ Por exemplo, por Tilly (2013), Urbinati (2006) e Young (2006).

decorre diretamente da queixa, mas de como os atores políticos se organizam para se posicionar em relação a ela. São centrais em seu esquema explicativo os seguintes conceitos:

Movimento social – Entendido como conjunto de opiniões e crenças numa população que representa preferências para a mudança.

Contramovimento – Conjunto de opiniões e crenças numa população oposta a um movimento social.

Organização de movimento social (OMS) – Organização que identifica seus objetivos com as preferências de um movimento social ou de um contramovimento. As OMSs representam e modelam as preferências e subpreferências de um movimento.

Indústria de movimento social (IMS) – Conjunto de OMSs sob um mesmo objetivo amplo.

Setor de movimento social – Conjunto de todas as IMSs de uma sociedade.

Além disso, McCarthy e Zald (ibidem) criaram diferentes categorias no que diz respeito a como pessoas e organizações podem se posicionar em relação ao movimento, bem como categorias referentes aos componentes das OMSs¹⁴. Para os autores, essas separações oferecem ganhos analíticos. Entretanto, o fato de as OMSs serem comparadas a firmas, seus líderes a gerentes, e as indústrias e os setores de movimentos sociais ao mercado (onde as OMSs competiriam por recursos), fez com que a teoria fosse rejeitada pela esquerda. Outra crítica, feita sobretudo pelos autores ligados à vertente dos novos movimentos sociais, deve-se ao fato de os autores explicarem o envolvimento individual e organizacional em termos de custos e recompensas. Passou-se a apontar, a partir desse ponto de vista, que a teoria da mobilização de recursos era excessivamente racional e que não dava lugar à cultura. Cabe registrar que a vertente tinha como preocupações

¹⁴ Em relação ao movimento, as pessoas e organizações poderiam se classificar como partidários ou não partidários, esses últimos podendo ser espectadores neutros ou oponentes. E, dentro de uma OMS, os autores dividem os componentes em: quadros, quadros profissionais, funcionários profissionais, trabalhadores e times transitórios (MCCARTHY e ZALD, 1977).

principais a emergência e a organização das OMSs, abordando, como ponto de destaque, as estratégias para a conquista de recursos. Não se aprofundava, assim, numa problematização acerca da relação entre aquelas e o Estado.

A teoria do processo político, também de origem estadunidense, deu destaque à dimensão política. Os principais teóricos ligados a essa linha são Charles Tilly, Sidney Tarrow e Doug McAdam, que posteriormente iniciaram a vertente do confronto político. Entre os principais conceitos desenvolvidos, podemos citar: estruturas de oportunidades políticas¹⁵, estruturas de mobilização e repertórios de ação coletiva¹⁶. Segundo esses três conceitos, os movimentos se formam e atuam na medida em que encontram contextos de oportunidades políticas favoráveis para a ação; têm sua organização favorecida quando há a pré-existência de grupos formais ou informais conectando as pessoas, propiciando a formação de solidariedade e de uma base para articulação; e empregam certas rotinas de atuação que foram historicamente desenvolvidas e aprendidas pelos ativistas vinculados a movimentos sociais.

O Estado aparece como figura central no esquema explicativo de Charles Tilly, principal nome da corrente. Para o autor, Estado e movimento social não seriam atores, mas formas de ação coletiva, opondo-se, nesse sentido, a pensar Estado e sociedade como duas entidades coesas e monolíticas (ALONSO, 2009). Tilly (1977) compreende a mobilização como baseada num conflito entre partes, que lutam pelo

¹⁵ A noção de oportunidades políticas tem como fonte principal o clássico *From Mobilization to Revolution* (1977), de Charles Tilly. O conceito foi disseminado na América Latina principalmente por Sidney Tarrow, que, na primeira edição de *O poder em movimento* (em 1993), fala em “estruturas de oportunidades políticas”, modificando o conceito na edição posterior (de 1998) para apenas “oportunidades políticas”. A troca teve como motivo o fato de o termo “estruturas” ter gerado um mal-entendido, fazendo com que alguns críticos considerassem que o conceito transmitia a ideia de que as oportunidades não precisariam ser percebidas para serem incentivos à ação. O autor compreende oportunidade política como “(...) dimensões consistentes – mas não necessariamente formais ou permanentes – do ambiente político que fornecem incentivos para a ação coletiva ao afetarem as expectativas das pessoas quanto ao sucesso ou fracasso” (TARROW, 2009: 105). De outro lado, o autor entende restrições políticas como “(...) fatores – tal como a repressão, mas também algo semelhante à capacidade das autoridades de colocar barreiras sólidas aos insurgentes – que desencorajam o confronto” (ibidem: 38-39).

¹⁶ O conceito aparece pela primeira vez também em *From Mobilization to Revolution* (1977), sendo constantemente revisto por Tilly em toda a sua obra. Para uma visão geral da evolução do conceito de repertório nos trabalhos de Charles Tilly, consultar Alonso (2012).

poder. Assim, por meio do seu *Polity Model*, ele identifica as partes envolvidas no confronto basicamente como:

Competidores (*contenders*) – Qualquer grupo que, durante dado período, aplica recursos reunidos para influenciar o governo. A categoria inclui desafiantes e membros da política instituída.

Membros da política instituída (*members of the polity*)¹⁷ – Competidores que possuem uma rotina, organização já estabelecida e institucionalizada, e baixo custo de acesso aos recursos controlados pelo governo. Os partidos políticos quando em exercício de mandato, por exemplo.

Desafiantes (*challengers*) – Qualquer outro competidor fora das instituições propriamente políticas.

Nessa abordagem, os movimentos sociais são compreendidos, portanto, como tipo de interação contenciosa que envolve demandas mútuas entre desafiantes e membros da *polity*. O tipo de conflito político “movimento social” é, ainda, considerado pelo autor uma invenção da Idade Moderna, e teria se originado como resposta ao surgimento e consolidação dos estados modernos europeus (TILLY, 1996, 2004; TARROW, 2009). Em obra posterior, Tilly (2010)¹⁸ realiza uma cuidadosa formulação conceitual dos movimentos sociais, mantendo o enquadramento de que se trata de um tipo de política contenciosa (“política”, pois governos figurariam de alguma forma nesses processos, seja como demandantes, alvos das reivindicações, aliados dos alvos ou monitores da contenda; “contenciosa”, pois envolve a elaboração coletiva de reivindicações que, alcançando sucesso, conflitariam com os interesses de uma das partes envolvidas)¹⁹ que se desenvolveu

¹⁷ Alguma dificuldade foi encontrada na tradução desses termos. Parte desta dificuldade deve-se ao fato de os autores preferirem a categoria “governo” à categoria “Estado”. Assim, nos pareceu razoável ler *polity* como o campo do poder político instituído, onde figuram as interações entre seus membros e cuja direção é dada pelo governo (grupo que controla o Estado); e em relação ao qual os desafiantes se posicionam como *outsiders* na luta para influenciar o poder político. Manteremos o termo *polity* em inglês em futuras referências.

¹⁸ Trata-se aqui do artigo “Movimentos sociais como política”, texto publicado em português em 2010, mas que consiste numa tradução do primeiro capítulo do livro *Social movements, 1768-2004*, publicado em 2004.

¹⁹ O conceito de confronto político ainda será visto em maior detalhe.

no ocidente após 1750, consistindo numa influente e inovadora síntese de três elementos: campanha, repertório específico e representações públicas concertadas de VUNC (valor, unidade, números e comprometimento).

Incrementando as proposições de Tilly, Sidney Tarrow afirma em *O poder em movimento* (op. cit.) que nem todos os eventos são movimentos sociais, estando esta designação reservada às “sequências de confronto político baseadas em redes sociais de apoio e em vigorosos esquemas de ação coletiva e que, além disso, desenvolvem a capacidade de manter provocações sustentadas contra opositores poderosos” (TARROW, 2009: 18)²⁰. Para o autor, que mantém o acento conflitivo em seu esquema, esta definição teria quatro propriedades empíricas: protesto coletivo, objetivo comum, solidariedade social e interação sustentada.

Realizando críticas ao utilitarismo e ao individualismo metodológico da teoria da mobilização de recursos, os teóricos desta corrente enfatizaram o processo político e reativaram o campo da cultura (GOHN, 2008) por meio, por exemplo, do conceito de *catnet* - combinação entre o sentimento de pertencimento a uma categoria (*catness*) e das redes interpessoais que vinculam os indivíduos entre si (*netness*), que resultariam em solidariedade (TILLY, 1978 *apud* ALONSO, 2009). Entretanto, os críticos alegaram que o espaço aberto para a cultura permanecia pequeno, taxando a abordagem de “estratégica” (o elemento cultural não teria importância por si só, sendo considerado como recurso ou processo que desempenha uma função) e “racionalista”²¹. Afirmou-se também que o conceito de repertório não era útil para lidar com variações dentro de uma mesma conjuntura; e foram muito discutidas as implicações quanto ao uso do conceito de oportunidades políticas (ALONSO, 2009; GOHN, 2008)²². A teoria do processo político logo ganhou popularidade em seu país

²⁰ Outra formulação da definição de movimento social que aparece em destaque no livro é: “desafios coletivos baseados em objetivos comuns e solidariedade social numa interação sustentada com elites, opositores e autoridade” (TARROW, 2009: 21).

²¹ Uma das principais críticas, nesse sentido, foi Jean Cohen (1985 *apud* ALONSO, 2009).

²² Por exemplo, se os movimentos sociais são passivamente gerados pelo ambiente político, se a atuação dos movimentos influencia o campo de oportunidades e restrições políticas, se as estruturas são as mesmas para todos ou se dependem da percepção dos atores (que pode ser diferenciada, devido a fatores como a desigualdade de informação), etc.

natal e, em alguma medida, na Europa, chegando apenas recentemente à América Latina, local onde a teoria dos novos movimentos sociais foi dominante.

A teoria dos novos movimentos sociais deu ênfase à cultura, à identidade coletiva e às redes de relacionamento – elementos que organizam a interação dos indivíduos envolvidos num movimento social. Os principais autores identificados com a terceira vertente são Alain Touraine, Jürgen Habermas e Alberto Melucci, e, de acordo com Alonso (*ibidem*), apesar de não constituírem uma escola coesa, os três compartilham mais ou menos o mesmo argumento central: de que ao longo do século XIX uma mudança teria alterado a natureza do capitalismo, fazendo com que o centro deixasse de ser a produção e o trabalho, o que se refletiria na emergência de novos temas e agentes nas mobilizações coletivas (diferindo, dessa forma, do modelo de mobilização característica do movimento operário – daí a expressão “novos” movimentos sociais). Assim, Touraine (1989b *apud ibidem*) considerava que os novos movimentos sociais não teriam como propósito principal tomar o Estado, mas persuadir a sociedade civil, buscando promover mudanças não apenas no plano das leis, mas também no plano dos costumes. Já Habermas (1981, 1984, 1987 *apud ibidem*) acreditava que as lógicas sistêmicas da monetarização e da burocratização estariam se expandindo para o mundo da vida, e que os novos movimentos sociais seriam formas de resistência a esta colonização, posicionando-se em favor da manutenção das estruturas comunicativas (em defesa de formas sociais autogestionárias, modelos participativos, espaços para a livre comunicação, etc.). E, por fim, Melucci (1980, 1988, 1996 *apud ibidem*) concebeu os novos movimentos sociais como formas particularistas de resistência, reativas aos rumos do desenvolvimento socioeconômico, sendo suas reivindicações “pós-materialistas” movidas por motivações de ordem simbólica e voltadas para a construção e para o reconhecimento de identidades coletivas. Foi Melucci quem se dedicou à construção de uma teoria da identidade coletiva: diante do problema de explicar a mediação entre o comportamento individual e o fenômeno coletivo, o autor inseriu a formação de uma identidade como elemento explicativo, compreendendo-a de maneira construcionista e processual. Assim, a identidade, para Melucci, se dá no próprio processo de construção da ação coletiva, de maneira interativa, à medida que os atores se comunicam, produzem e negociam significados, avaliam e reconhecem o que têm em comum, e tomam decisões. Como Tilly, o autor considerou os

movimentos não como agentes, mas como formas de ação coletiva. E, desenvolvendo uma teoria cultural para a compreensão dos movimentos sociais, considerou que a construção de uma identidade coletiva é um fim em si mesmo: um processo continuamente sujeito a redefinições, que envolve racionalidade, mas que não é limitado pelo cálculo de custo-benefício, sendo produto de um reconhecimento emocional (ALONSO, 2009).

Algumas críticas foram dirigidas à corrente. Segundo Calhoun (1995 *apud* ibidem), as características que os teóricos dos novos movimentos sociais apontaram como novas (o caráter não-material das demandas, a criação de identidades) já existiriam há décadas: a ênfase economicista anterior é que teria impedido de percebê-las. Para Plotke (1992 *apud* ibidem), em qualquer tempo os movimentos sociais combinam demandas materiais e simbólicas, sendo que uma visão idealizada do objeto (antes econômica, agora cultural) teria contribuído para o erro. Outros questionamentos foram postos à corrente. Alonso (2009) aponta que o conceito de identidade foi considerado vago, pois ora era tomado como uma ideia filosófica e ora era entendido como algo atribuído a indivíduos e grupos. A teoria também foi criticada por explicar mal casos não europeus, onde reivindicações de ordem material continuavam fortes, e por negligenciar mobilizações de direita e com demandas religiosas e comunitárias (EDELMAN, 2001 *apud* ibidem). De todo modo, prevaleceu certa predileção pela corrente na América Latina, onde foi mobilizada para o estudo da construção de identidades, significados e discursos.

Muitos foram os debates e as reelaborações realizadas pelos autores vinculados às três vertentes (os paradigmas estadunidenses buscaram incorporar elementos culturais, e os autores dos novos movimentos sociais inseriram noções como oportunidades políticas em suas análises); e formou-se uma compreensão mais ou menos geral dos movimentos sociais como “uma forma de ação coletiva sustentada, a partir da qual atores que compartilham identidades e solidariedades enfrentam estruturas sociais ou práticas culturais dominantes” (ABERS e VON BÜLOW, 2011: 53). Tendo revisitado as teorias clássicas sobre movimentos sociais, passaremos, agora, a abordar como a relação entre movimentos sociais e Estado tem sido tratada pelas teorias da sociedade civil e do confronto político – as duas principais vertentes teóricas que se desenvolveram como desdobramento das linhas teóricas apresentadas.

1.1.2 Nas teorias da sociedade civil e do confronto político: possibilidades e limites

Dando continuidade aos seus projetos de estudo das mobilizações e movimentos sociais, os teóricos dos novos movimentos sociais e do processo político optaram pela via do alargamento do objeto de análise: antes centrados na categoria movimento social, os primeiros passaram a focar a sociedade civil, enquanto os segundos desenvolveram uma linha de investigação voltada para a compreensão dos confrontos políticos, originando-se daí duas vertentes teóricas com grande influência no campo de estudo dos movimentos sociais, e nas quais a relação com o Estado é compreendida sob perspectivas divergentes e bem definidas.

As abordagens fundadas no conceito de sociedade civil foram pesadamente influenciadas pelo pensamento de Jürgen Habermas, e tratavam do vasto campo situado fora do espaço do Estado e do mercado, lugar de grupos e associações interligadas e engajadas em práticas comunicativas, caracterizadas por valores como respeito mútuo e solidariedade (ABERS e VON BÜLOW, 2011). Assim, seu esquema teórico foi baseado na separação desses diferentes campos de ação em três esferas distintas e separadas: as esferas do Estado, do mercado e da sociedade. Uma das principais obras que representam a corrente é *Civil Society and Political Theory*, de Cohen e Arato (2000), publicada em 1992. Neste livro é bastante enfatizado o conceito de “autolimitação”, segundo o qual cada esfera deveria se circunscrever aos seus limites, atuando umas sobre as outras apenas indiretamente, por meio da persuasão. Assim, recomenda-se que a sociedade civil seja autolimitada, resguardando sua autonomia frente aos perigos de uma “colonização” por parte das lógicas sistêmicas das esferas política e econômica. Dita recomendação fundava-se na intenção de que a sociedade civil pudesse se assemelhar à esfera pública habermasiana, definida como o espaço social “que se alimenta da liberdade comunicativa que uns concedem aos outros” (HABERMAS, 2003 *apud* ABERS e VON BÜLOW, op. cit., p. 57). Desta maneira, a interpretação das relações entre movimentos sociais e Estado feita pela corrente é caracterizada por separar rigidamente Estado e sociedade civil, impossibilitando compreender casos de trânsitos e interpenetração entre as esferas. Além disso, algumas formulações excluem grupos relevantes do ponto de vista político e democrático,

como as associações que fazem a mediação com o Estado e o mercado, por exemplo, partidos políticos, sindicatos e grupos de consumidores organizados.

No que diz respeito à aplicação da teoria na América Latina, Dagnino, Olvera e Panfichi (2006) alertam quanto a uma série de desencaixes e realizam críticas à maneira como a teoria foi por vezes utilizada. Uma primeira crítica refere-se à tendência de tratar a sociedade civil como ator unificado, sem reconhecer seu caráter heterogêneo. Em segundo lugar, questionam certas leituras que compreenderam a sociedade civil como “polo das virtudes democratizantes” e o Estado como “encarnação do mal”. Como os autores assinalam, tanto a sociedade civil como o Estado são heterogêneos, estando permeados por diversos projetos políticos, inclusive não democráticos. Nesse sentido, o tipo de relacionamento estabelecido entre sociedade civil e sociedade política estaria em relação direta com a maior ou menor coincidência entre os projetos políticos existentes em ambas as esferas, havendo também a possibilidade de alianças de caráter instrumental. E uma última insatisfação dos autores que gostaríamos de ressaltar diz respeito ao isolamento analítico da sociedade civil em relação à sociedade política, estabelecendo uma dicotomia entre elas e ignorando suas relações. Como os autores apontam, as experiências latino-americanas demonstram o oposto: o histórico das democratizações tem sido caracterizado por processos não de rigorosa separação, mas de vinculações, articulações e trânsitos entre as esferas de atividade. Nesses contextos, observou-se a passagem de lideranças engajadas em lutas e iniciativas da sociedade civil para posições de responsabilidade política no aparato estatal (ibidem; FELTRAN, 2006; MISCHKE, 2008). Vemos, com isso, que esse conjunto de teorias pode oferecer alguns limites para a compreensão de um relacionamento mais próximo entre movimentos e Estado, e que a observância de situações de cooperação, trânsitos e interpenetração entre as esferas tem desafiado os pesquisadores em suas análises.

Se a separação entre esferas é um elemento característico das teorias da sociedade civil, a teoria do confronto político, por sua vez, não viu descontinuidade entre política institucional e não institucional, afirmando que “o confronto político constitui um terreno analítico contínuo com nada mais do que fronteiras fluidas” (McADAM, TARROW e TILLY, 2009). A vertente foi inaugurada com a publicação de *Dynamics of Contention*, em 2001. A partir da constatação de que alguns conceitos podem ser

aplicados para a compreensão de outros fenômenos políticos que não os movimentos sociais, Tilly, Tarrow e McAdam lançaram um programa de pesquisa que visava comparar e ligar diversos tipos de confronto político, este compreendido como:

A interação episódica, pública e coletiva entre os reivindicadores e seus objetos quando: (a) ao menos um governo é um dos reivindicadores, dos objetos das reivindicações ou é parte nas reivindicações, e (b) as reivindicações, no caso de serem satisfeitas, afetariam aos interesses de ao menos um dos reivindicadores (McADAM, TARROW e TILLY, 2005: 5)²³.

Percebe-se que Estado e governo desempenham papel ativo nesta teoria, sendo a presença do poder político o que dá ao confronto o caráter propriamente político. Opondo-se a uma divisão muito rígida entre política institucional e política não institucional, os autores optam por distinguir entre confronto político “contido”²⁴ e “transgressivo”: enquanto o primeiro diz respeito a confrontos que acontecem entre atores estabelecidos que utilizam meios também bem estabelecidos de reivindicação, o último se refere aos confrontos em que pelo menos alguns dos participantes são atores políticos recentemente autoidentificados que empregam ações coletivas “inovadoras”²⁵. Um confronto poderia passar do nível institucional para o não institucional e vice versa, sendo que, segundo os autores, muitos movimentos sociais amplos, revoluções e fenômenos similares têm suas raízes em episódios menos visíveis de confronto dentro das instituições.

Por meio da ampla categoria confronto político os autores pretendem analisar fenômenos como movimentos sociais, nacionalismos, democratização, revoluções, ondas de greve, etc., propondo uma abordagem histórica e comparativa que busca processos e mecanismos em comum entre esses diversos tipos de confronto, produzindo análises mais interdisciplinares (visto que em geral esses fenômenos

²³ Original em espanhol: “La interacción episódica, pública y colectiva entre los reivindicadores y sus objetos cuando: (a) al menos un gobierno es uno de los reivindicadores, de los objetos de las reivindicaciones o es parte en las reivindicaciones, y (b) las reivindicaciones, caso de ser satisfechas, afectarían a los intereses de al menos uno de los reivindicadores”.

²⁴ *Contenido*, em espanhol.

²⁵ “La acción puede calificar-se de innovadora cuando incorpora reivindicaciones, selecciona objetos de las reivindicaciones, incluye autorrepresentaciones colectivas y/o adopta medios que no tienen precedentes o que están prohibidos en el régimen en cuestión” (ibidem: 8).

são alocados em diferentes campos de estudo) e dinâmicas. Apesar de a teoria admitir que o campo da política não seja exclusivamente tomado pelo conflito (reconhece que grande parte da política desenrola-se por meio de procedimentos rotineiros nas instituições), é nele que coloca acento. Particularmente, nos confrontos de tipo transgressivo. Dessa forma, ainda que as formulações não impossibilitem o estudo de processos de colaboração entre sociedade e Estado, esta preocupação, assim como uma preocupação mais específica quanto à entrada de militantes para o aparato estatal, não está presente em seu programa inaugural.

Por outro lado, se a teoria do confronto político não define fronteiras entre esferas, tem raízes no *Polity Model* de Charles Tilly (1977), que institui posições: as partes em conflito são desafiantes ou membros da *polity* - são atores proponentes de uma mudança por meio do emprego de ações coletivas inovadoras ou são atores estabelecidos. Segundo Banaszak (2005), não é discutida a possibilidade de ser uma coisa e outra. A autora argumenta que, muito em função da influência de Tilly, uma série de trabalhos retratou os movimentos como atores independentes fora do Estado, fazendo com que movimentos sociais e Estado fossem vistos como entidades separadas, e dificultando a apreensão de casos em que ativistas encontram-se colocados numa interseção entre movimento social e Estado.

Assim, tanto as teorias da sociedade civil quanto a do confronto político não oferecem uma abordagem adequada ao fenômeno da entrada de participantes de movimentos sociais para o Estado. Para Abers e Von Bülow (2011), o principal engano estaria na compreensão dos movimentos sociais como sendo inerentemente distintos ou externos em relação ao Estado. Em suas palavras:

Esse pressuposto impede que se capturem algumas das relações complexas que existem entre pessoas no aparato estatal e aquelas que agem a partir de organizações de movimentos sociais. Se pensarmos o Estado como um bloco homogêneo que opera em um espaço organizativo distinto, dificilmente conseguiremos reconhecer redes que cruzam as fronteiras entre Estado e sociedade civil como parte importante dos movimentos sociais. Porém (...) na América Latina - e, em particular, no Brasil - as redes de movimentos sociais muitas vezes cruzam essas fronteiras (ibidem: 64).

Tendo em vista que os ativistas não apenas interagem, mas, em vários casos, participam diretamente da gestão estatal, observa-se a necessidade de repensar as abordagens a respeito das relações entre movimento e Estado, mas sem, no entanto, desconsiderar que OMSs e Estado consistem em formas de organização política de naturezas distintas e, com frequência, tensamente relacionadas na realidade social.

1.2 Da sociedade civil para o Estado, de desafiantes a membros da *polity*: a entrada de lideranças de movimentos sociais para o Estado

No ponto anterior falamos sobre como as vertentes da sociedade civil e do confronto político situam movimentos sociais e Estado, e sobre como as relações entre eles são compreendidas. Seja como estando circunscritos a esferas diferentes, seja ocupando posições distintas, chegamos à conclusão de que uma abordagem da relação entre movimentos sociais e Estado que tenha como foco os trânsitos de ativistas de um campo de atuação para outro ainda carece de esforços e se coloca como desafio para os pesquisadores. Levar em consideração esses trânsitos consiste em uma tarefa necessária quando atentamos para o fato de que a inserção de dirigentes e militantes da sociedade civil no aparato estatal, por meio da ocupação de cargos públicos, tem sido constante no cenário político brasileiro pós-redemocratização (BALTAZAR, 1998; DAGNINO, OLVERA e PANFICHI 2006; FELTRAN, 2006; SILVA e OLIVEIRA, 2011; ABERS e VON BÜLOW, 2011), e que mudanças nos padrões de relações desenvolvidos com o Estado produzem impactos nas políticas públicas, nas ações e no perfil das próprias OMSs, na articulação da luta política e mesmo sobre as próprias lideranças que transitaram de um campo de atuação política para outro. É precisamente sobre a dimensão individual que se trata esta dissertação: sobre investigar processos de transformações decorrentes da mudança de uma atuação nos movimentos sociais para o Estado, nas quais passam de desafiantes, para usarmos os termos tillyanos, a membros da *polity*. A entrada de lideranças de movimentos sociais e organizações civis para o Estado tem sido retratada pelos autores que lidam com o assunto em termos de “trânsitos”, “interseções”, “redes que cruzam fronteiras” e “interpenetração entre esferas”. Ao colocar o foco sobre as trajetórias de lideranças que se inseriram

em instituições estatais, buscamos contribuir com esses estudos. Como utilizamos a categoria “liderança”, pensamos que seria pertinente começar explicitando como entendemos liderança nos movimentos sociais.

1.2.1 Liderança e movimentos sociais

Segundo Ahlquist e Levi (2011), a teoria política contemporânea não incorporou com a devida relevância as diferentes funções que as lideranças teriam nos processos políticos. No que diz respeito às lideranças de movimentos sociais, a lacuna teórica é ainda maior. Beatriz Lima Herkenhoff, em *O papel do líder comunitário* (1995), observa que, apesar de os líderes serem sempre considerados “informantes privilegiados” pelos pesquisadores das Ciências Sociais, seu papel enquanto agente é com frequência desconsiderado, sendo a liderança pouco estudada. Na mesma linha, Ana Maria Doimo, no prefácio do mesmo livro, reconhece que, apesar da efusão de trabalhos sobre os movimentos sociais no Brasil que se deu a partir da década de 1970, poucos focalizaram a ação do líder. Ela justifica que não poderia ser diferente, visto que na época o foco era o povo se organizando espontânea e autonomamente, de forma independente diante do Estado. Todavia, não quer dizer que os líderes não existissem ou não tivessem uma atuação importante. Assim, vários autores²⁶ apontam que a liderança nos movimentos sociais ainda não foi adequadamente teorizada, enfatizando a necessidade de mais estudos dedicados ao tema.

A liderança não pode ser compreendida como algo concentrado em uma pessoa. Trata-se de uma relação social da qual os liderados não estão excluídos, e pode ocorrer em diversos níveis e formatos. Pode estar claramente definida em uma organização burocraticamente organizada, mas também pode acontecer de maneira diluída, sem delimitação fixa de papéis e funções, algo que é possível observar com alguma frequência nas organizações de movimentos sociais. A literatura aponta que além dos *top leaders* (os que estão à frente, com maior visibilidade), há lideranças

²⁶ HERKENHOFF, 1995; MORRIS, 2000; AMINZADE et al., 2001, BARKER et al., 2001, KLANDERMANS, 1989, MELUCCI, 1996, MORRIS, 1999, ZURCHER E SNOW, 1981 *apud* MORRIS e STAGGENBORG, 2004.

intermediárias (*bridge leaders*), times de líderes (*leadership teams*), participantes que se tornam líderes momentaneamente em tarefas específicas, etc. (MORRIS e STAGGENBORG, 2004).

Os líderes desempenham importantes atividades nos empreendimentos coletivos nos quais estão envolvidos: buscam e administram recursos, mobilizam os participantes para a ação, inspiram, coordenam, representam os interesses do grupo no diálogo com atores externos, traçam estratégias, situam-se em redes para ações coletivas concertadas, atuam como mediadores entre diferentes grupos e campos institucionais, etc. Suas ações importam não apenas para a emergência de movimentos, afetando também suas dinâmicas e resultados (LERBACH, 2012).

Tendo em vista a importância das ações das lideranças de movimentos sociais, nos questionamos quanto às implicações decorrentes de sua inserção no Estado, por meio da ocupação de cargos. Se, por um lado, alguns analistas apontaram o risco de cooptação e, assim, de enfraquecimento ou mesmo desarticulação do movimento; outros consideram que tal inserção pode servir como estratégia para os movimentos, que se valem do posicionamento privilegiado para influenciar o poder (BANASZAK, 2005; LOSEKANN, 2009; SILVA e OLIVEIRA, 2011). Discutiremos esse assunto no próximo tópico.

1.2.2 Pensando a inserção de lideranças de movimentos sociais no Estado

Uma abordagem clássica a respeito da participação de lideranças de movimentos na política institucionalizada é a de Robert Michels, em *Sociologia dos Partidos Políticos* (1982). Tendo como objeto o movimento operário e sua institucionalização em partidos políticos na Alemanha do começo do século XX, Michels denunciava que a institucionalização levaria à oligarquização, produzindo uma elite de postura conservadora. Como resultado, as lideranças se descolariam de suas bases. O líder operário, ele nos diz, que no início de seu envolvimento com os assuntos políticos desenvolveria uma atuação marcada pela atividade oratória, “brilhante e barulhenta”, com a participação em iniciativas mais institucionalizadas passaria a ter uma atuação mais sólida, porém mais administrativa. Uma vez em contato com a *expertise* do Estado e recebendo uma formação técnica e burocrática, o líder se

distanciaria do modo de vida dos demais, cujas mãos e rotinas permaneceriam marcadas pelo trabalho operário. Para o autor, este seria “um ciclo natural percorrido por todo representante: oriundo do povo ele acaba acima do povo” (ibidem: 24). Apesar de não considerar que todos os líderes sejam necessariamente carreiristas, o autor frisa o impacto dos interesses econômicos e do *status* sobre suas escolhas e ações. Segundo ele, ocorreria uma metamorfose psicológica nos chefes: a participação no poder, somada aos efeitos de um avanço no ciclo de vida, causaria mudanças no sistema de crenças dos líderes e, conseqüentemente, em suas ações. Assim, a avaliação de Michels é marcadamente negativa: a institucionalização dos movimentos e a participação das lideranças no poder institucionalizado são vistas como algo ruim, conferindo um caráter reformista às lutas e promovendo um aburguesamento de seus representantes.

Avaliações negativas também foram feitas em relação ao caso brasileiro, quando, em função de uma abertura de oportunidades políticas decorrente da redemocratização, a ocupação de posições dentro das instituições estatais por lideranças de movimentos sociais foi possibilitada. O modo de compreender os movimentos sociais, inclusive dentro da academia, foi muito marcado pelo seu contexto de origem, no qual a participação política estava impossibilitada pelo regime ditatorial, e no qual a sociedade civil emergia como campo de luta e resistência, lugar das virtudes políticas e da inovação democrática. Caracterizando-os pela organização “espontânea” e “autônoma”, os analistas ressaltaram a externalidade dos movimentos sociais em relação ao Estado, bem como a ideia de “sociedade contra o Estado” (EVERS, 1983, SADER, 1988, TELLES, 1988 *apud* SILVA e OLIVEIRA, 2011). Ao enfatizarem o caráter *outsider* em relação ao poder político instituído e a conflitualidade entre movimentos e Estado, os autores realizaram uma análise adequada àquele contexto nacional. Contudo, como Silva e Oliveira (ibidem) apontam, ao universalizarem essas características contextuais como algo inerente à natureza da relação entre movimentos sociais e Estado, impossibilitaram a compreensão de outros padrões de relacionamento que podem se desenvolver entre as duas partes, quando, por exemplo, movimentos agem em parceria com o Estado ou como, no caso que aqui nos interessa, quando lideranças oriundas de movimentos sociais passam a ocupar cargos nas instituições estatais.

Com a redemocratização, movimentos sociais, sindicatos e outros atores organizados engajados na luta pela democratização lograram maior permeabilidade para as demandas da sociedade frente às instituições políticas. Unidos pelo compartilhamento de um mesmo projeto “democrático popular”, apostaram na possibilidade de uma democratização conjunta do Estado e da sociedade pela articulação entre a via eleitoral e a implementação de canais de participação popular nos governos (FELTRAN, 2006). Desse debate, emergiram uma série de iniciativas, como o orçamento participativo e os conselhos gestores de políticas públicas. Além disso, com o retorno do multipartidarismo, novos atores da política institucional puderam se organizar, abrindo a possibilidade de mediação entre movimentos e poder político. Diante desse contexto de oportunidades políticas favoráveis à atuação conjunta entre sociedade civil e Estado e à participação popular, mudanças se processaram na relação entre movimentos sociais e Estado, descortinando-se um quadro muito diverso daquele de alguns anos atrás.

No novo cenário, houve grande entrada de lideranças provenientes de movimentos, associações, sindicatos, etc. na burocracia estatal. Este processo não foi devidamente acompanhado pelos pesquisadores brasileiros, que, nas palavras de Silva e Oliveira (2011), estavam “pouco instrumentalizados” para explicar os novos padrões de relação, uma vez que estes não correspondiam ao modelo teórico-normativo de movimento social da década de 1980. Vistos com as lentes daquela década, os novos padrões interacionais entre sociedade e Estado tenderiam a ser vistos *sempre* como desviantes, ameaça à autonomia e à combatividade, etc²⁷. Segundo os autores, a situação de externalidade seria apenas uma das formatações que a relação entre movimentos e Estado poderia assumir.

Nesse sentido, Lee Ann Banaszak (2005) chama atenção para a atuação de funcionários do Estado que são ativistas. Em alguns casos, quando suas ações contribuem para o desenvolvimento de iniciativas por parte do Estado a respeito daquela causa, seria, segundo a autora, mais correto analisar tais avanços não

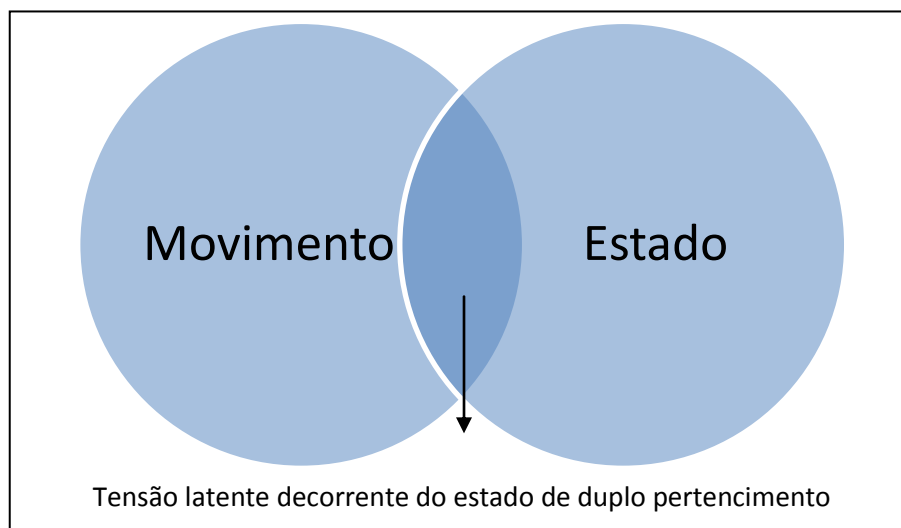
²⁷ Escrevo “sempre” em itálico para esclarecer que aqui não me refiro aos trabalhos que apontaram tais características no contexto específico da década de 1990, em relação ao projeto político neoliberal (2004; DAGNINO, OLVERA e PANFICHI, 2006; FELTRAN, 2006). Tais trabalhos dizem respeito a um contexto e situação específicos, e não a um modelo geral e fixo – que é ao que estamos nos referindo.

como frutos de uma oportunidade política criada por aliados externos ao movimento, mas também como resultado do movimento moldando suas próprias oportunidades. Conforme argumenta, esta tática só poderia ser posta em prática pelos ativistas que cruzam as fronteiras entre Estado e movimento, ou entre o movimento e seus aliados. Ela afirma que, se quisermos compreender táticas, estratégias e resultados dos movimentos sociais, devemos reexaminar os limites entre os movimentos e as outras partes em interação – principalmente o Estado. Assim, contradiz a visão de que para mudar a ordem política o movimento social deve estar fora da *polity*, enfatizando os casos em que há uma sobreposição de membros, que ela chama de “interseção Estado-movimento”. Banaszak contesta também a visão de que, uma vez inseridos nas instâncias do poder institucionalizado, os ativistas passariam a atuar unicamente a partir de táticas *insider*: em suas pesquisas, observa que ativistas inseridos tendem a atuar dentro do repertório institucional, entretanto, quando não encontram abertura, muitos apoiam e apelam a táticas *outsiders*. A inserção de movimentos no Estado é compreendida pela autora em termos de um *continuum*, que vai da completa inclusão à completa exclusão. Seria necessário analisar, em cada caso, não apenas o número de ativistas inseridos, mas também as diferentes localizações dentro do Estado, e a centralidade ou marginalidade das posições ocupadas.

Assim como Banaszak e outros autores mobilizados nesse capítulo, não partilhamos da ideia de que as relações entre movimentos sociais e Estado devam ser compreendidas sob a perspectiva da existência de duas esferas nitidamente separadas – os trânsitos entre as duas áreas de atuação acontecem, mostrando que, em muitos casos, as linhas que as dividem encontram-se borradas. Nesse sentido, podemos observar: situações de afinidade e vinculação entre OMSs e partidos, os quais possibilitam o acesso das primeiras às instituições estatais; a existência de projetos políticos diversos que perpassam os campos institucional e não-institucional da política, e que podem promover cooperação e abrir portas para ativistas em setores do Estado (DAGNINO, OLVERA e PANFICHI, 2006); o fenômeno da “militância múltipla” (MISCHE, 2008), por meio do qual sujeitos podem estar vinculados a diferentes espaços e instituições (ONGs, entidades religiosas, universidade, etc.) de forma simultânea; etc.

No entanto, se a existência de militância múltipla e do trânsito de lideranças para as instituições estatais é um fato, por outro lado, pensamos que a vinculação simultânea a espaços que funcionam sob lógicas e escopos diferentes não se dá sem tensões. A ação individual não poderá em quaisquer circunstâncias satisfazer paralelamente ao que demandam movimento e Estado. Nesse sentido, acreditamos existir uma *tensão latente* decorrente do estado de “duplo pertencimento” – relação expressa na Figura 1, que poderá se manifestar ou não, e em maior ou menor grau, dependendo de elementos contextuais e do acordo (ou desacordo) entre as orientações e agendas desenvolvidas pelas lideranças no movimento em relação àquelas desenvolvidas no Estado. Assim, se concordamos que o trânsito de pessoas entre movimentos sociais e Estado existe e deve ser abordado pela teoria, não nos parece evidente que ele se dê de forma fluida ou natural, devendo ser investigados os tensionamentos e impactos que resultam da mudança na esfera de atuação.

Figura 1 - Tensão latente decorrente da dupla vinculação ao movimento e ao Estado



Elaboração própria.

Com relação a este aspecto, Feltran (2006), ao estudar a trajetória de militantes que, oriundos da sociedade civil, passaram a desempenhar funções no Estado, obtém depoimentos sobre a dificuldade sentida pelos indivíduos entrevistados no que diz respeito ao relacionamento com os segmentos da sociedade civil com quem formavam uma base de apoio, por exemplo. A partir do “novo lugar social que

passavam a ocupar”, deveriam atuar pelos parâmetros públicos, atuando para o conjunto da sociedade – algo que em alguns momentos não foi muito bem compreendido por alguns setores populares que, ao perceberem a inserção do grupo aliado na administração estatal, pressionaram por uma liberação imediata de recursos. Na mesma linha, Dagnino, Olvera e Panfichi (2006) sublinham que, a despeito da afinidade que tenham com certo movimento, para governar, os partidos precisam responder a bancos, grupos empresariais, a compromissos eleitorais feitos com outros partidos e grupos, etc.; e que o “lugar” de atuação dos atores (com sua lógica, condições, estruturas e funções específicas) pode absorver, neutralizar ou impor uma ressignificação de projetos ao longo de dada trajetória:

Observamos também que o lugar de atuação dos atores cria tanto oportunidades como restrições para a ação política, as quais, sob certas circunstâncias, podem produzir deslocamentos e redefinições de sentido nos projetos que se transferem da sociedade civil e partido para o Estado. E que a participação dos ativistas em distintas organizações e projetos é resultado de motivações pessoais, sociais e políticas (ibidem: 82).

Dessa forma, investigações a respeito dos impactos produzidos pelo trânsito de lideranças para o Estado – que saem da posição de desafiantes para a posição de membros da *polity* – sobre a dimensão individual e sobre a OMS e, mais amplamente, sobre o campo de ativismo em questão, podem trazer conhecimento sobre como a inserção no âmbito estatal pode ser compreendida. Para tratar adequadamente a questão, acreditamos ser preciso levar em consideração aspectos conjunturais relacionados ao contexto político específico; as constelações de forças atuantes; a heterogeneidade dos campos da sociedade civil e estatal e a relativa fluidez de suas fronteiras; assim como a existência de orientações com as quais se alinham ou se opõem grupos alocados nas duas esferas, facilitando ou dificultando trânsitos e alianças. Assim, pensamos que qualquer tentativa de análise da relação entre movimentos e Estado deverá resultar de investigações específicas, com relação às dinâmicas que lhes são específicas. E que os trânsitos, quando ocorrerem, não estarão isentos de contradições e tensões.

Como forma de nos instrumentalizarmos para o tratamento dessas relações no nível individual, o capítulo seguinte reunirá conceitos e formulações úteis ao estudo de itinerários políticos de lideranças ativistas que adentraram o Estado.

2. ABORDANDO TRAJETÓRIAS DE ATIVISTAS A PARTIR DA CONCEPÇÃO DE CARREIRA MILITANTE

A questão da abordagem da ação individual nos fenômenos políticos tem se consolidado como tema de discussão na Ciência Política. Se, de um lado, alguns estudiosos enfatizaram a ação individual - seja a partir de uma perspectiva psicologizante, seja a partir do paradigma da escolha racional -, de outro, outros analistas focaram em fatores estruturais externos, recorrendo, por exemplo, a determinantes estruturais, como classe social, e a conceitos como oportunidades políticas, redes, *frames*, etc. Como resultado deste debate, vários autores têm chamado a atenção para a necessidade de superar certa dificuldade no que diz respeito à integração entre agência humana e estrutura na compreensão de relações e processos políticos, argumentando que os pesquisadores do ativismo e dos movimentos sociais precisam revisitar o papel dos indivíduos nesses processos e nos resultados por eles alcançados (MISCHE, 2008; MORRIS E STAGGENBORG, 2004; MORRIS, 2000).

Visando lidar com essas dificuldades, e partindo de uma compreensão da militância como atividade social individual e dinâmica, Olivier Fillieule (2013) propõe a construção de um modelo para analisar o engajamento individual e sua evolução temporal, colocando-o em relação com variáveis contextuais e situacionais. Para tanto, recorre ao conceito de carreira²⁸, desenvolvido pelos interacionistas simbólicos. Aplicada ao engajamento político, a concepção de carreira permite compreender, entre outras coisas, como, em cada etapa da biografia, as atitudes e comportamentos são condicionados por envolvimento anteriores, botando também a esfera do ativismo em relação com as outras esferas de vida (profissional, familiar, etc.) do indivíduo, de maneira a contextualizar sua atuação política ao longo do curso de vida. Esta abordagem teórica, intitulada *sociologie des carrières militantes*

²⁸ O conceito de carreira se inscreve na mesma linha e compartilha várias das aplicações do conceito de trajetória: ambos procuram articular dialeticamente ator individual e estrutura social. Contudo, Olivier Fillieule (2013) opta por falar de carreira, uma vez que o termo “trajetória” remete também à tradição teórica de Pierre Bourdieu, cujos estudos biográficos se relacionam com a noção de *habitus*. De acordo com ele, o *habitus* não teria poder autônomo para dirigir a ação (no sentido do *self* de Mead), ficando teoricamente muito distante do objetivo da sociologia interacionista em termos da articulação da interioridade (subjetividade, identidade) e da exterioridade (dos mundos sociais). Dessa forma, como a dissertação segue as proposições da escola francesa da sociologia das carreiras militantes, o emprego do termo “trajetória” ao longo do trabalho deve ser lido de forma genérica, como sinônimo de “percurso” ou “itinerário” – e não dentro da formulação de Bourdieu.

(FILLIEULE, ibidem, 2010), oferece instrumentos adequados para o estudo de trajetórias de ativistas pretendido nesta dissertação; e será, portanto, apresentada ao longo deste capítulo de maneira articulada com outros conceitos também úteis ao escopo deste trabalho, como a noção de esferas de vida, trabalhada por Passy e Giugni (2000); e o papel do campo político, das experiências pessoais e das socializações secundárias (GAXIE, 2002) - em especial as que acontecem dentro das organizações (FILLIEULE, 2010; MISCHÉ, 2008) -, na definição de posições individuais em relação à política.

2.1 A sociologia das carreiras militantes

A noção de carreira militante foi desenvolvida a partir do interacionismo simbólico e, de acordo com Fillieule (2010), constitui um “paradigma interacionista renovado” nos estudos sobre os movimentos sociais. O autor define o interacionismo simbólico como uma abordagem microsociológica e processual que sistematicamente liga o indivíduo e o estudo de situações a fatores contextuais mais amplos e a normas e ordens sociais. Trata-se de uma perspectiva em que indivíduos e sociedade não apenas são interdependentes, como também se constroem mutuamente. Como apontado pelo autor, tal abordagem possibilita a compreensão de comportamentos de atores políticos, assim como processos de engajamento e de desengajamento, permitindo tratar questões: de predisposição para a operacionalização do ativismo, de diferenciadas formas de ativismo ao longo do tempo, da multiplicidade de engajamentos ao longo do curso de vida, do abandono ou da extensão do comprometimento, etc.

O conceito de carreira militante²⁹ advém dos trabalhos de Everett Hughes, Howard Becker, Hans Gerth e Charles Wright Mills, e Anselm Strauss. Em uma citação de Becker, na qual o autor faz uma referência literal a Hughes, o conceito de carreira é dividido em duas dimensões, expressando bem alguns dos pressupostos iniciais em que se assenta a sociologia das carreiras militantes proposta por Fillieule:

²⁹ Ou carreira ativista. Nos textos de Fillieule publicados em inglês o termo é *activist career*, enquanto nas versões em idioma francês é *carrière militante*.

Em sua dimensão objetiva, uma carreira é “uma série de novos status e ofícios definidos claramente... típicas sequências de posição, realizações, responsabilidade, e mesmo de aventura... Subjetivamente, uma carreira é a perspectiva em movimento na qual a pessoa vê sua vida como um todo e interpreta o significado de seus vários atributos, ações e as coisas que acontecem com ele” (HUGHES, 1937, p. 409-410 in BECKER, 1966, p. 102 *apud* FILLIEULE, 2010: 4)³⁰.

O conceito de carreira nos permite focar nos processos e numa dialética permanente entre a história individual, as instituições sociais e o contexto; e seu procedimento metodológico fundamental consiste na reconstrução da sequência de passos e de mudanças no comportamento e na perspectiva dos indivíduos estudados. A explanação de cada passo ou etapa da carreira de alguém seria, então, algo importante para a compreensão do comportamento resultante, uma vez que são compreendidos como fatores causais dos comportamentos adotados (BECKER, 1966 *apud* FILLIEULE, *ibidem*). Ao abordar a trajetória de um indivíduo levando em consideração as relações e mudanças produzidas em contato com diferentes contextos e instituições, etapa por etapa, uma análise construída sob essa perspectiva de carreira combina movimentos sincrônicos e diacrônicos:

Uma abordagem de carreira conseqüentemente envolve considerar as duas dimensões essenciais da identidade social: de uma perspectiva diacrônica, a *transformação de identidades* e os mecanismos sociais operantes nessas transformações; e de uma perspectiva sincrônica, a *pluralidade de lugares nos quais os atores sociais devem estar envolvidos* (FILLIEULE, 2010: 4 – *itálicos no original*)³¹.

Assim, a compreensão das transformações objetivas e subjetivas pelas quais os indivíduos passam ao longo de sua carreira envolve o exame conjunto de ambos os movimentos. Na mesma linha, Strauss (1959 *apud* FILLIEULE, *ibidem*) analisa a

³⁰ Original em inglês: “In its objective dimension, a career is ‘a series of statuses and clearly defined offices... typical sequences of position, achievement, responsibility, and even of adventure... Subjectively, a career is the moving perspective in which the person sees his life as a whole and interprets the meaning of his various attributes, actions and the things which happen to him’”.

³¹ Original em inglês: “A career approach consequently involves considering the two essential dimensions of social identity: from a diachronic perspective, the *transformation of identities* and the social mechanisms at work in these transformations; and from a synchronic perspective, the *plurality of sites in which social actors may be involved*”.

forma como as identidades estão sujeitas a mudanças permanentes, tendo em vista a modificação da estrutura social e das posições sucessivas ocupadas pelos atores, o que significa que é preciso atentar para os diferentes estágios na biografia do ator e para os termos em que a interpretação subjetiva de tais mudanças é experienciada. Nesse sentido, Strauss distingue entre “mudanças institucionalizadas” (ex.: casamento, entrada no mundo do trabalho) e “acidentes biográficos” (ex.: crises, perdas, fracassos, etc.), sublinhando as mudanças de identidade provocadas.

Outro ponto que ganha destaque no estudo das carreiras militantes é a existência de uma pluralidade de mundos sociais ou esferas de vida nas quais os ativistas estão inseridos (STRAUSS, 1959, MEAD, 1934 *apud* FILLIEULE, 2010). Como Fillieule aponta, tal situação faz com que os indivíduos estejam permanentemente sujeitos à obrigação de se submeterem a diferentes normas, regras e lógicas, que podem eventualmente entrar em conflito. O tópico seguinte trará algumas formulações sobre o assunto, tendo em vista a importância destas considerações para a compreensão das carreiras de ativistas em correlação com os itinerários e relações construídas em outros campos da vida.

2.2 Relações entre as diferentes esferas de vida e suas implicações para o engajamento ou o desengajamento de ativistas

Florence Passy e Marco Giugni (2000) também empregam elementos interacionistas para tratar da participação individual em movimentos sociais. Para os autores, a participação política, como qualquer outra atividade social, possui um significado específico na vida dos ativistas, que pode ser estruturado a partir do que eles propõem chamar de esferas de vida: “A vida de cada um de nós é composta de esferas de vida, que podem ser definidas como ‘regiões’ distintas embora relacionadas na vida de um indivíduo, cada uma com suas próprias bordas, lógica e dinâmica” (ibidem: 121).³² De maneira semelhante ao conceito de carreira,

³² Original em inglês: “The life of each of us is composed of life-spheres, which can be defined as distinct though interrelated ‘regions’ in the life of an individual, each one with its own borders, logic and dynamic”.

desenvolvem um conceito de esfera de vida assentado em uma dimensão objetiva e em uma dimensão subjetiva:

Uma esfera de vida tem ambos um lado objetivo e um lado subjetivo. Seu lado objetivo é representado pelo pertencimento individual a um grupo e pelas relações sociais que emergem deste pertencimento. O conceito de redes sociais, como tem sido usado na literatura sobre movimentos sociais, captura muito desse aspecto das esferas de vida. Entretanto, a importância heurística do conceito de esferas de vida reside em seu lado subjetivo, que reflete a percepção que os atores sociais têm da sua imersão em grupos ou redes (PASSY e GIUGNI, 2000: 121)³³.

Passy e Giugni explicam que o conceito de esferas de vida envolve dois elementos cruciais. O primeiro diz respeito às percepções individuais da realidade. Sua importância reside no fato de desdobrar o significado que objetos e ações têm para os indivíduos, explicitando a maneira como as experiências são significadas. Para clarificar o argumento, utilizam o conceito de *self-interaction* proposto por Blumer:

De acordo com esta perspectiva teórica, os atores sociais interagem através de significados, então estabelecendo um enquadramento cognitivo da realidade que é constantemente redefinido e transformado como resultado de cadeias de interação (Blumer, 1969). Os significados canalizam interações sociais que, em troca, transformam a estrutura de significados. Entretanto, as interações não estão apenas situadas no nível coletivo, mas também no nível individual. Isso quer dizer que os atores também interagem e se comunicam com eles mesmos. Blumer (1969) nomeou esse processo de *self-interaction* (PASSY e GIUGNI, 2000: 123 – itálico no original)³⁴.

³³ Original em inglês: "A life-sphere has both an objective and a subjective side. Its objective side is represented by the individual's belonging to a group and the social relations arising from such belonging. The concept of social networks, as it has been used in the social movement literature, captures much of this aspect of life-spheres. However, the heuristic importance of the concept of life-spheres lies in their subjective side, which reflects the perception social actors have of their embeddedness in groups or networks".

³⁴ Original em inglês: "According to this theoretical perspective, social actors interact through meanings, thus establishing a cognitive frame of reality that is constantly redefined and transformed as a result of chains of interaction (Blumer, 1969). Meanings channel interactions that, in turn, transform the structure of meanings. However, interactions are not only located on the collective level, but also in the individual level. That is to say, actors also interact and communicate with themselves. Blumer (1969) has named this process *self-interaction*".

Segundo essa concepção, o comportamento humano é mediado por um processo de interpretação baseado em interações sociais e em interações com o próprio *self*, que ajudam os indivíduos a dar significado à realidade social e a agir de forma apropriada. A interação é factual e simbólica, e a decisão de se engajar ou de abandonar a militância depende dos dois tipos de interação e de sua relação mútua. Por sua vez, as redes de interação estão ligadas às esferas de vida do indivíduo: a inserção em redes influencia a orientação das esferas de vida, e as interações cotidianas diárias ajudam na construção do *self*, enquanto, de outro lado, as esferas de vida definem e redefinem as redes por meio do processo de *self-interaction*.

O segundo elemento consiste na ideia de que, apesar de apresentarem fronteiras e códigos específicos, as esferas de vida encontram-se interconectadas e em constante interação. Os autores argumentam que é precisamente essa interação que modela as estruturas de significados dos atores, entendendo que o mundo subjetivo dos sujeitos é formado pelas esferas de vida e por sua interação mútua.

Entre as esferas de vida mencionadas estão as esferas do trabalho, da família, das amizades, dos estudos, da ação política, etc. As esferas não possuem pesos iguais na vida de uma pessoa, sendo que uma esfera será mais importante quanto mais for ativada. Passy e Giugni sustentam que a hierarquia das esferas muda de acordo com o momento no curso de vida, mas que, em geral, família, estudos e trabalho permanecem como as esferas mais relevantes nas sociedades ocidentais, impactando as estruturas de significados de ativistas no que diz respeito ao ativismo político de forma positiva ou negativa. A partir dessas considerações, os autores trabalham com a hipótese de que, quanto mais conectadas as esferas centrais na vida de um ativista com a esfera do engajamento político, mais estável tende a ser o seu comprometimento com o movimento e com a causa. Por outro lado, a falta de ligação das esferas de vida com a esfera do ativismo, em muitos casos relacionada a um avanço no ciclo de vida, levaria o sujeito a diminuir ou abandonar o envolvimento em movimentos sociais.

Assim, em uma síntese dos dois elementos, os autores apontam que “ambas redes sociais e esferas de vida contribuem para a definição da estrutura de significado dos indivíduos durante o curso de suas vidas” (PASSY e GIUGNI, *ibidem*: 125)³⁵.

Algumas pesquisas dão exemplos de como as relações entre esferas podem facilitar e sustentar o ativismo ou, ao contrário, promover seu enfraquecimento, levando, em alguns casos, ao desengajamento. Em um estudo sobre militância e vida cotidiana, Bernadete Baltazar (1998) chama a atenção para a frequente alegação, por parte de lideranças de movimentos populares, de dificuldades para conciliar militância e vida pessoal. Apesar de a autora sublinhar que bem-estar coletivo e prazer individual não são dicotômicos³⁶, muitas lideranças relataram haver conflito entre os projetos de vida e a militância. Dessa forma, muitos lamentaram não poder se dedicar a outras esferas de vida, como à família, à carreira profissional e aos estudos. Ao contarem casos de pessoas que romperam com o ativismo para investir na carreira profissional, por exemplo, esta opção foi descrita pelos entrevistados como ir “cuidar da própria vida” – expressando, nesse sentido, uma competição que outras esferas da vida mantêm constantemente com a esfera do ativismo político.

Seguindo esta linha, Rebecca E. Klatch (2000) realiza um estudo sobre como, em momentos posteriores do ciclo de vida, os mundos do trabalho e da família afetaram o engajamento de jovens ativistas estadunidenses atuantes na década de 1960. Os resultados mostraram que, a depender da orientação assumida dentro dessas esferas, família e trabalho podem tanto cultivar e confirmar crenças e um engajamento político, quanto retirar as pessoas do mundo do ativismo. Assim, confirmando a hipótese de Passy e Giugni, a sustentação do engajamento mostrou-se mais viável naqueles casos em que foi observada proximidade entre as esferas da família e do trabalho e a esfera do ativismo, por exemplo, quando ativistas se

³⁵ Original em inglês: “both social networks and life-spheres contribute to the definition of the individual’s structure of meanings during the course of their lives”.

³⁶ Na verdade, de acordo com Gaxie (1977, 2005), a atividade militante é caracterizada por gerar retribuições (principalmente simbólicas: prazer, convívio, felicidades, honra, gratificações, prestígio, admiração) que estimulam a renovação do ativismo, no entanto as gratificações associadas a esse investimento competem com aquelas que podem ser obtidas em outras esferas da vida (amorosa, profissional, familiar, etc.). Segundo o autor, os sacrifícios e riscos corridos são inclusive valorizados dentro do universo militante, que enaltece o desinteresse, a doação, o altruísmo, a gratuidade e a generosidade.

casaram com outros ativistas e quando as profissões escolhidas tinham relação com a política ou com a causa defendida. Por outro lado, quando os ativistas se empregaram em áreas não relacionadas ou pouco coerentes com suas crenças e valores, a esfera do trabalho passou a concorrer e, em alguns casos, a conflitar com as antigas posições como militantes. No que diz respeito à família, a existência de filhos e a opção por uma família convencional também contribuíram como fatores para uma mudança de prioridades, dificultando a manutenção do engajamento ou mesmo levando deliberadamente ao desengajamento. Viu-se, com isso, que na vida adulta a esfera do ativismo político passou a competir com mais força com as esferas do trabalho e da família.

É fundamental ressaltar que o pertencimento a uma pluralidade de mundos sociais, redes e esferas de vida - e mudanças nesses pertencimentos ao longo do tempo - faz com que os indivíduos sejam governados por princípios heterogêneos e, muitas vezes, contraditórios. Cada ator incorpora uma multiplicidade de padrões comportamentais e hábitos que lhes orientam a ação e que sofrem transformações ao longo da vida (FILLIEULE, 2010). Já falamos sobre o conceito de carreira militante, sobre o papel das interações nos processos de significação individual e sobre como a esfera do ativismo político deve ser compreendida em relação com outras esferas ou áreas da vida. Com o intuito de dar sequência à reunião de elementos para uma abordagem das trajetórias de ativistas, prosseguiremos no próximo tópico tratando de processos por meio dos quais preferências, perspectivas e comportamentos individuais são configurados.

2.3 O papel do campo político, das experiências sociais e da socialização secundária na formação de preferências, comportamentos e perspectivas individuais

A ação individual não pode ser compreendida de forma apartada dos meios sociais e das instituições nas quais cada um encontra-se inserido. Como a perspectiva interacionista busca ressaltar, para compreender comportamentos e posições individuais é preciso dar relevo às interações que os indivíduos desenvolvem com instituições e estruturas sociais dentro de determinados contextos e ao longo do tempo. De acordo com Fillieule (2010), deve-se levar em consideração três níveis

inter-relacionados: o nível macro do campo político expandido, o nível micro das biografias e o nível médio das organizações. São estas inter-relações que informam a opção por diferentes preferências, por certas atitudes e não outras, e a construção das perspectivas individuais. Nesse sentido, cabe destacar o papel que o campo político mais amplo, as experiências sociais e a socialização secundária – principalmente aquela que acontece dentro das organizações sociais –, exercem sobre as visões e posições sustentadas pelos indivíduos enquanto atores políticos.

O campo político, que varia de acordo com contextos e situações específicas, apresenta configurações e valores sociais diferentes, impactando as formas como, por exemplo, cidadania, participação política e ativismo são encarados. Algumas atitudes e envolvimento podem ser valorizados, enquanto outros podem ser desestimulados. Assim, quando Mische (2008) analisa o ativismo de diferentes gerações de jovens no Brasil no contexto de abertura e redemocratização política, observa que, enquanto os jovens que tinham iniciado seu engajamento nas décadas de 1970 e 1980 costumavam combinar o ativismo com a militância político-partidária, os que começaram o ativismo durante e depois do *impeachment* do presidente Fernando Collor de Mello (1992) tinham um entendimento diferente a respeito das relações entre a participação cívica e a partidária, desenvolvendo um ativismo mais especializado, cultural e profissional, sem tanta interseção com os partidos. Aliados a outros fatores, como a inserção em redes e o envolvimento com múltiplos grupos organizados, os diferentes momentos desse ambiente de mudança política impactaram a forma como os jovens viram suas “vidas em formação” e as maneiras como eles se uniram a outros jovens para tentar interferir naquele ambiente. Isso promoveu impactos sobre os perfis e carreiras dos ativistas, assim como sobre as interações entre atores formados em diferentes gerações dentro deste período, levando a uma comunicação tensa nos públicos observados. Como expressão dessa dificuldade, a autora ressalta que as lideranças mais antigas eram acusadas de partidarismo, levando a divisões internas na União Nacional dos Estudantes – UNE depois de 1992.

As diferentes experiências sociais pelas quais os indivíduos passam ao longo da vida e os processos de socialização resultantes dessa vivência também condicionam e exercem influência sobre o relacionamento com a política, os investimentos e as preferências individuais. A questão é abordada por Daniel Gaxie (2002) num estudo

onde ele associa o nível de envolvimento com o campo político e as preferências sustentadas nesse domínio com as socializações pelas quais os indivíduos passam ao longo da vida. Socialização é definida pelo autor como a interiorização, pelo indivíduo, de aspectos da sociedade e dos setores sociais onde se localiza. Essa interiorização se apresenta na aprendizagem de maneiras de ser, pensar e agir mais ou menos adaptadas às posições ocupadas pelos indivíduos; e acontece por meio de diversos processos, como os de educação (explícita ou difusa), transmissão, imitação, adaptação ou inovação. Além da socialização primária, que acontece na infância e tem como principais meios sociais a família e a escola, há a socialização secundária, que consiste nos processos de aprendizagem ulteriores que se desenvolvem ao longo da vida, orientando e reorientando as trajetórias pessoais:

As socializações secundárias são o resultado da trajetória biográfica, que podem ser, por exemplo, ascendentes ou declinantes, de pertencimento a diversos meios (conjugal, familiares, profissionais, de amizades, culturais, comunitários, confessionais, associativos, sindicais, de vizinhança ou outros) e das posições ocupadas no espaço social e as divisões do trabalho (notadamente entre os sexos, as gerações, as categorias sociais) (ibidem: 148)³⁷.

Mudanças nas posições (ascensão ou declínio social, alteração do estado civil, mudança de emprego, o início de um curso numa faculdade, por exemplo) podem levar a mudanças nos pontos de vista, e os efeitos da socialização podem ser congruentes ou contraditórios em relação às posições ocupadas. O autor assinala que as experiências anteriores podem frear ou entravar as mudanças, que podem ser dolorosas e acompanhadas de um sentimento de culpa: “Para qualquer um relativamente preocupado com a política, a ruptura com opiniões passadas altamente valorizadas é custosa” (GAXIE, 2002: 163)³⁸. Assim, observa-se que as transformações nas perspectivas e preferências individuais podem ser

³⁷ Original em francês: “Les socialisations secondaires sont le résultat de la trajectoire biographique, qui peut être, par exemple, ascendante ou declinante, de l'appartenance à divers milieux (conjugal, familiaux, professionnels, amicaux, culturels, communautaires, confessionnels, associatifs, syndicaux, de voisinage ou autres) et des positions occupées dans l'espace social et les divisions du travail (notamment entre les sexes, les générations, les catégories sociales)”.

³⁸ Original em francês: “Pour quelqu'un de relativement concerné par la politique, la rupture avec des opinions passées hautement valorisées est coûteuse”.

acompanhadas por sentimentos de resistência, e que a síntese dessas influências múltiplas pode conter aspectos contraditórios. A pesquisa de Gaxie conclui que, em se tratando da relação com a política, os efeitos da socialização secundária parecem prevalecer sobre os da socialização primária; que o pertencimento a universos sociais afastados ou opostos pode acompanhar diversas formas de instabilidade, hesitação e ecletismo; e que essas mudanças são permanentes e consistem num processo que se desenrola de forma constante ao longo da vida:

Os instrumentos de apreensão das realidades políticas (e também das outras realidades sociais) são então suscetíveis de serem adquiridos ao longo da vida, e a relação com a política (e, de forma mais geral, com o mundo social) pode assim variar ao longo de cada história biográfica. A socialização deve então ser analisada como um processo global coextensivo a cada história de vida (ibidem: 170)³⁹.

As experiências adquiridas através do pertencimento a uma categoria social ou a ocupação de uma posição dentro do mundo social são, então, para o autor, frequentemente decisivas na orientação das maneiras como os indivíduos se veem e se posicionam em relação à realidade, em especial, em relação aos assuntos políticos.

Uma importante instância de socialização para aqueles envolvidos com o mundo da política são as organizações políticas e sociais. Nesse sentido, Fillieule (2010) chama a atenção para a necessidade de abordar os processos pelos quais as organizações estruturalmente, socialmente e politicamente selecionam e orientam as atividades desempenhadas pelos indivíduos. O autor toma como referência algumas proposições de Gerth e Wright Mills (1964 *apud* ibidem), que, ao examinarem as relações entre indivíduos e instituições, destacam a existência de hierarquias e papéis definidos aos quais os indivíduos devem se submeter, operando um processo de internalização de valores e regras que lhes influenciam a conduta. A ênfase nesse aspecto já estava presente no modelo goffmiano de “carreira moral”, onde os

³⁹ Original em francês: “Les instruments d’appréhension des réalités politiques (et aussi des autres réalités sociales) sont donc susceptibles d’être acquis tout au long de la vie, et le rapport à la politique (et plus généralement, au monde social) peut ainsi varier tout au long de chaque histoire biographique. La socialisation doit donc être analysée comme un processus global coextensif à chaque histoire de vie.”

processos de *organizational modelling* (os múltiplos efeitos socializantes do ativismo, em parte determinados pelas regras e modos de operação organizacionais, e que podem ser compreendidos como uma série de constrangimentos) ganham destaque (FILLIEULE, 2010). Como Gerth e Wright Mills observam, as instituições deixam sua marca nos atores que delas participam, influenciando tanto a sua conduta externa quanto a vida privada. Então, a partir da necessidade de examinar conteúdos e métodos de socialização dentro das organizações, Fillieule (ibidem) distingue e caracteriza três dimensões: a dimensão dos recursos, da ideologia, e as redes e identidades sociais.

No que diz respeito à dimensão dos recursos, o autor destaca a aquisição de *know how* e o desenvolvimento de uma sabedoria, adquiridos por meio da experiência no desempenho das funções exercidas e da ocupação de certos papéis. A dimensão da ideologia corresponde à internalização de regras e valores, que contribuem para a formação da visão de mundo dos partícipes da organização. Fillieule (2010) aponta que as organizações são governadas por regras escritas e tácitas, transmitindo hábitos e sistemas de crenças, que são incorporados pelos membros e pelas lideranças. De acordo com o autor, uma observação etnográfica das práticas ativistas cotidianas nos permitiria ver como as organizações legitimam certos tipos de discursos e práticas em detrimento de outros. Por fim, considerar a dimensão das redes sociais e identidades consiste em atentar para as redes de sociabilidade e sua relação com a construção de identidades coletivas e individuais:

Acima de tudo, pertencer a uma organização é pertencer a um grupo, com suas bordas e mundo de significado, participando em sua *illusio*; é interagindo com outros membros, com níveis variáveis de regularidade; portanto, pertencer é construir um lugar ou uma identidade para si mesmo (FILLIEULE, 2010: 10 – itálico no original)⁴⁰.

Trata-se, portanto, da construção de laços sociais e mesmo emocionais. A participação pode ser marcada pela renúncia (em relação a projetos e relacionamentos externos à organização) e pelo sentimento de comunhão,

⁴⁰ Original em inglês: “Above all, belonging to an organization is belonging to a group, with its borders and world of meaning, participating in its *illusio*; it is interacting with other members, with varying degrees of regularity; therefore, to belong is to construct a place or an identity for oneself”.

estimulado em reuniões, cerimônias e rituais, reforçando a identificação coletiva e o compromisso com o projeto ou causa em questão. Além disso, também ocorre a construção de laços afetivos, sendo que a existência de uma rede de sociabilidade desempenha um importante papel na manutenção do comprometimento com os objetivos da organização (seja por estímulo ou coerção).

Vemos, assim, que as organizações efetivamente imprimem suas características sobre os indivíduos que delas fazem parte, desenvolvendo suas habilidades sociais e influenciando seus perfis, por exemplo, no que diz respeito aos estilos de comunicação, sobre os quais escreve Mische (2008). Compreendendo que as instituições funcionam de acordo com diferentes lógicas e que disciplinam as ações dos indivíduos a elas ligados, ela chama de “estilos de comunicação” as práticas discursivas que se desenvolvem informadas pelos conteúdos institucionais. Assim, caberia ao indivíduo que atua em mais de uma organização a tarefa de construir pontes de mediação entre os diferentes locais de atuação.

Tendo abordado elementos explicativos acerca das maneiras pelas quais o campo político, as experiências sociais e os processos de socialização desencadeados imprimem certas características nos indivíduos, passaremos agora à última parte deste capítulo, na qual buscaremos sintetizar as noções e conceitos vistos na construção de uma orientação para a apreensão de carreiras de ativistas adequada aos nossos objetivos de pesquisa.

2.4 Empregando os conceitos na construção de uma orientação para o estudo de carreiras

Diante da questão que nos move nesta pesquisa, que é elucidar como a inserção de lideranças oriundas de movimentos sociais no Estado, por meio da ocupação de cargos de confiança ou comissionados, promove impactos sobre o líder ativista, buscaremos, a partir do instrumental teórico apresentado, construir uma síntese que oriente a execução de nossos objetivos de pesquisa.

Como visamos abordar os trânsitos de lideranças de movimentos sociais para instituições estatais em termos dos impactos e transformações (objetivas e subjetivas) por elas sofridos ao longo de sua carreira, levando a orientações e

reorientações de seu fazer político, a abordagem da sociologia das carreiras militantes nos instrumentalizará, uma vez que: a) divide e articula as dimensões objetiva e subjetiva da carreira; e b) combina, seguindo uma perspectiva interacionista, suas dinâmicas diacrônica e sincrônica, possibilitando compreender como os indivíduos, ao longo do curso de vida, interagem e são influenciados (ao mesmo tempo em que influenciam) pelos contextos e instituições onde se localizam.

Conjuntamente, utilizaremos o conceito de esferas de vida, de Passy e Giugni (2000), tendo em vista que partimos do entendimento de que a atuação política individual, apesar de dizer respeito ao campo político, não se encontra separada das outras áreas da vida pessoal. Assim, caberá levar em consideração nas análises das carreiras a relação entre a esfera do ativismo e as demais esferas de vida, particularmente quando a esfera profissional passa a ser caracterizada pela ocupação de postos de trabalho nas agências estatais. Buscaremos, com isso, observar conexões, desconexões, conflitos e contradições entre as esferas, bem como seus impactos sobre o ativismo.

Também consideraremos, de forma articulada com a abordagem das carreiras militantes, as influências: do campo político; das experiências sociais; e das socializações (particularmente, da socialização via participação organizacional) sobre os ativistas e suas carreiras – em suas dimensões objetiva e subjetiva. A abordagem desses elementos ajudará na apreensão dos efeitos da dimensão sincrônica sobre a dimensão diacrônica das carreiras. Buscar-se-á, dessa forma, apreender as transformações resultantes das mudanças de local de atuação (do movimento para o Estado) e das posições ocupadas (de desafiante a membros da *polity*).

Feita essa exposição, passaremos, no próximo capítulo, a uma caracterização geral do desenvolvimento do campo do ativismo ambiental no Espírito Santo e a uma reconstrução, com base nos dados da pesquisa de campo, dos itinerários políticos das lideranças entrevistadas.

3. CARREIRAS DE ATIVISTAS AMBIENTAIS NO ESPÍRITO SANTO

Antes de apresentarmos as carreiras dos sujeitos cujos trajetos políticos selecionamos para estudar, consideramos importante inicialmente realizar também uma apresentação de como o campo das lutas ambientais foi configurado no Espírito Santo. Adicionalmente, buscaremos abordar, de forma paralela, alguns dos principais momentos no processo de criação do órgão ambiental estadual. Optamos por esse formato, pois houve uma participação considerável das entidades ambientalistas no processo de construção da política estadual de meio ambiente. E, como algumas das trajetórias individuais abordadas servirão como exemplo, várias das lideranças que atuavam nesse contexto organizando a luta ambiental passaram a ocupar cargos em órgãos estaduais ligados à política ambiental, ou outros cargos públicos não diretamente ligados ao meio ambiente, mas desempenhando tarefas vinculadas a esta temática. Assim, a apresentação dessa visão geral sobre o campo ambiental no Espírito Santo será tratada na primeira parte deste capítulo.

Tendo passado uma visão geral, ainda que pouco aprofundada, desses processos formativos do ativismo ambiental e da construção do órgão ambiental no estado, passaremos, na segunda parte do capítulo, a apresentar os itinerários das lideranças cujas carreiras ativistas e, de forma geral, as trajetórias políticas, selecionamos para estudar.

3.1 Formação de um ativismo ambiental e criação do órgão ambiental no Espírito Santo

O início do desenvolvimento da temática ambiental no Espírito Santo é marcado pela figura e atuação de Augusto Ruschi (1915-1986), renomado cientista e conservacionista. Além da sustentação de um discurso em defesa do meio ambiente, Ruschi envolveu-se em alguns episódios polêmicos, assumindo uma postura ativista. Já na década de 1970 problematizou publicamente o plantio de eucaliptais no estado; em 1977 enfrentou publicamente o governador Élcio Álvares (1975-1979) a respeito da instalação de uma fábrica de palmito na região da Reserva Santa Lúcia; denunciou o desmatamento na Amazônia durante o regime militar; e fundou a ONG Sociedade dos Amigos dos Beija Flores – entre outras

ações e posicionamentos⁴¹. Ruschi inspirou a geração de ambientalistas que entraria em cena a seguir, em especial os estudantes da área de ciências biológicas, sendo sempre lembrado por ativistas, inclusive por alguns dos entrevistados neste trabalho.

Foi a partir da década de 1970 que começou a haver uma mobilização em torno de questões ambientais no Espírito Santo – contexto em que internacionalmente a preocupação com o meio ambiente ganhava espaço, haja vista a realização, em 1972, da Primeira Conferência Mundial sobre o Homem e o Meio Ambiente, promovida pela Organização das Nações Unidas - ONU na cidade de Estocolmo. De acordo com Lobino (2008), Nascimento (2012) e com dados que coletamos em entrevistas, as primeiras movimentações em torno da temática ambiental neste contexto desenvolveram-se a partir de ações dos alunos do curso de Biologia da UFES e da AESB – Associação Espírito-Santense de Biologia, que promoveram uma série de eventos em que a defesa do meio ambiente diante do desenvolvimento econômico não sustentável ganhava centralidade.

Mas foi apenas em 1979 que houve a primeira grande mobilização envolvendo a causa ambiental no Espírito Santo. Através da informação de que a empresa Nuclebrás estaria realizando um estudo para instalar uma usina de processamento de lixo nuclear no município de Aracruz, um grupo de ambientalistas (em sua maioria universitários e profissionais ligados às discussões que já estavam ocorrendo) que estavam organizando a ACAPEMA – Associação Capixaba de Proteção ao Meio Ambiente fez uma forte campanha de divulgação deste projeto e dos riscos que ele acarretaria. Foram feitas reuniões e ações, como pichações em muros e panfletagem, por meio da qual a população foi convocada para uma grande manifestação na Praça Oito, no Centro de Vitória, que ocorreu no dia 28 de novembro de 1979, levando cerca de oito mil pessoas à rua. Em suas mãos, faixas e cartazes traziam as seguintes mensagens: “A morte ronda nosso Estado”; “Se a usina é tão importante, por que não construir lá em Brasília?”; “Viva a vida”; “O futuro é o homem. Por que essa loucura?” (PASSOS, 2005 *apud* LOBINO, op. cit.). Outras ações ainda foram realizadas, por exemplo, a Marcha à Aracruz, que foi promovida

⁴¹ Fonte: <http://ruschicolibri.com.br/>. Acesso em 21 de dezembro 2014.

por uma comissão composta pelo Diretório Central dos Estudantes – DCE/UFES, pela AESB, pelo deputado estadual Dilton Lipio (MDB – Movimento Democrático Brasileiro) e pela ACAPEMA (LOBINO, 2008), e ocorreu em dezembro do mesmo ano. Por fim, a campanha foi vitoriosa e o projeto de construção da usina não foi concretizado. Esta campanha é lembrada como marco inicial do movimento ambiental no Espírito Santo por ambientalistas e em registros e trabalhos acadêmicos (LOBINO, *ibidem*; FAVORETO, 2009; NASCIMENTO, *op. cit.*), sendo a ACAPEMA reconhecida como a primeira entidade ambientalista do estado, abrindo o caminho para o surgimento de outras, como a ACODE – Associação Colatinense de Defesa Ecológica, em Colatina; a ABRI – Associação dos Amigos da Bacia do Rio Itapemirim, em Cachoeiro do Itapemirim; e a AVIDEPA – Associação Vila-Velhense de Proteção Ambiental, em Vila Velha.

De acordo com Nascimento (2012), a ACAPEMA surge a partir da percepção de um total descaso do governo quanto à questão ambiental, da ausência de instrumentos jurídicos e legais de proteção ao meio ambiente, e de que tinham o dever de alertar a sociedade quanto aos males da degradação ambiental. Assim, a entidade foi criada em junho de 1979 e tinha como objetivo congregar pessoas e entidades que aspirassem “ao bem estar e sobrevivência da humanidade observando a harmonia possível com o ambiente natural e o combate a todas as formas de depredação do meio ambiente capazes de afetar o equilíbrio ecológico” (ACAPEMA, Estatuto Social, 27/07/1979, doc. 359 *apud ibidem*: 132). Buscando a promoção de um modelo de desenvolvimento preocupado com a preservação dos recursos naturais e com o controle da poluição, a ACAPEMA pressionou por fiscalização e questionou impactos decorrentes do funcionamento de empresas como a CVRD, a CST, a Companhia Ferro e Aço de Vitória – COFAVI, a Aracruz Celulose e a Flexibrás. Tendo passado por momentos de maior e menor mobilização e atuação⁴², a entidade foi afetada pelo falecimento de uma de suas principais lideranças, o advogado Freddy Montenegro Guimarães, em junho de 2013, mas segue

⁴² A tese doutoral de Nascimento (2012) oferece uma boa visão geral da atuação da entidade, trazendo dados a respeito de ciclos de maior e menor mobilização e de mudanças no que concerne aos repertórios de ação empregados.

participando de mobilizações contra a poluição em Vitória, integrando atualmente o Grupo SOS Espírito Santo - Ambiental⁴³.

Tendo em vista a visibilidade alcançada e a comoção gerada por essas mobilizações, que traziam questionamentos e colocavam a questão ambiental na agenda política capixaba, em outubro de 1979 o governador Eurico Resende criou uma fundação destinada à preservação ambiental no Espírito Santo, a FEMA – Fundação Estadual do Meio Ambiente, vinculada à Secretaria Estadual de Agricultura. De acordo com Favoreto (op. cit.), a FEMA utilizava pessoal e equipamento do extinto Instituto Estadual de Florestas – IEF, absorvendo funções do órgão. Entre seus objetivos, estavam: a promoção de estudos e a execução de projetos voltados para a defesa da qualidade de vida ambiental; a proteção da fauna, da flora e dos recursos hídricos do Estado; a realização de projetos para recuperação de recursos naturais afetados por processos predatórios ou poluidores; a conservação do meio ambiente, por meio do uso racional dos recursos; a conscientização e educação ambiental da população; e, por último, a divulgação de normas relativas à preservação do meio ambiente, orientando empresas e comunidades para os riscos do uso de agentes poluidores e substâncias nocivas ao meio (FAVORETO, 2009). Respondendo aos questionamentos da sociedade, a FEMA foi o início do processo de criação de um órgão ambiental no Espírito Santo, e atuou, entre outras coisas, na regulação da atividade industrial no estado. No entanto, foi extinta em 1980, cerca de um ano após a sua criação. De acordo com o que alegaram os entrevistados e com informações de Favoreto (ibidem), esta medida teve como razão o mal estar causado com empresas poluidoras – representantes do poder econômico, e também a centralização política do governo

⁴³ Grupo criado em janeiro de 2013, que tem por objetivo “a união de todos em prol da Saúde e Qualidade de Vida do Cidadão Capixaba através de ações planejadas/organizadas/coordenadas conjuntamente no combate aos processos industriais poluentes que agredem de maneira fortuita ou sistemática os ecossistemas do seu entorno e a omissão dos órgãos governamentais com tais agressões. Ações com objetivo de que as Gestões Estadual e Municipal do Espírito Santo coloquem nas suas listas de pautas prioritárias o MEIO AMBIENTE” (Ata de criação, disponível no endereço <http://revistadoisPontos.com/wp-content/uploads/2013/02/Ata-de-cria%C3%A7%C3%A3o-GRUPO-SOS-ESP%C3%8DRITO-SANTO-AMBIENTAL.pdf>, acessado em 15/01/2014 – destaques no original).

militar e a falta de políticas e mecanismos legais específicos que subsidiassem sua atuação⁴⁴.

Extinta a FEMA, parte de suas funções passou para a Secretaria Estadual de Saúde, através do DAA – Departamento de Assuntos Ambientais. Além de continuar a se responsabilizar pela vigilância sanitária e pelo controle de salubridade do meio, o DAA assumiu boa parte das funções da FEMA, desenvolvendo atividades de controle da poluição e de emissão de autorização para o funcionamento de fábricas e indústrias. Uma ação importante do departamento foi a realização de um cadastro de atividades potencialmente poluidoras, por meio do qual se buscou conhecer o perfil das empresas instaladas no Espírito Santo e a degradação causada pelas mesmas (FAVORETO, 2009). O DAA também foi responsável por realizar o estudo e a sugestão ao legislativo estadual do projeto de lei ambiental, que foi apresentada para votação pelo deputado Paulo Hartung. A lei nº 3.582 foi aprovada em 03 de novembro de 1983 e foi regulamentada pelo decreto nº 2.299-N de 09 de junho de 1986 (ibidem). A partir da implementação da lei é que o órgão começou a trabalhar com licenciamento. Os casos de licenciamento da Aracruz Celulose e da Flexibrás foram casos que ganharam visibilidade na época, visto que ambientalistas acompanharam e discutiram publicamente os possíveis impactos desses empreendimentos. Além disso, o departamento também realizava outras atividades de proteção à flora e à fauna. Deu apoio, por exemplo, à implantação do Projeto Tartaruga Marinha no Espírito Santo. O DAA foi, portanto, precursor de um órgão propriamente ambiental no Espírito Santo.

A criação de uma secretaria de meio ambiente em nível estadual só aconteceu no governo Max Mauro (1987-1991), em 31 de dezembro de 1987; e o caminho para a sua implementação foi pavimentado pelos trabalhos da CEMA – Comissão de Estudos do Meio Ambiente, uma comissão instituída em maio daquele ano, que reunia, além dos técnicos do Estado, representantes das entidades ambientalistas capixabas; e que deveria promover diagnósticos a respeito do quadro ambiental do

⁴⁴ Segundo Favoreto (2009), neste período foi realizado um esboço do projeto de lei estadual de proteção ao meio ambiente, que, ao esbarrar em problemas burocráticos (quando foi considerada ilegal pela Procuradoria do Estado), deixou o órgão desprovido de elementos legais para o efetivo combate e punição dos principais poluidores do Estado. O Espírito Santo só veio a ter uma lei ambiental (lei 3.582) em 1983, aprovada como proposta do então deputado estadual Paulo Hartung.

estado e diretrizes básicas para a formulação da política estadual de meio ambiente. Com duração de apenas alguns meses, a CEMA finalizou seus trabalhos, entregando o relatório com o diagnóstico final e o plano de ação ao governo do estado, que criou a SEAMA – Secretaria Extraordinária para Assuntos de Meio Ambiente, em 1987, para dar suporte à criação do órgão estadual gestor de meio ambiente (FAVORETO, 2009). O primeiro secretário de meio ambiente foi Luiz Ferraz Moulin, e o subsecretário foi Antônio⁴⁵, que até então chefiava a Divisão de Meio Ambiente do DAA. Posteriormente foi efetivada a criação da SEAMA – Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos, à qual estão subordinados o CONSEMA – Conselho Estadual de Meio Ambiente, o CERH – Conselho Estadual de Recursos Hídricos e os CONREMAS – Conselhos Regionais de Meio Ambiente; e do IEMA – Instituto Estadual de Meio Ambiente, instituído como uma autarquia vinculada à SEAMA e que funciona como órgão executor das políticas estaduais de meio ambiente⁴⁶.

É importante destacar que, de acordo com os depoimentos das lideranças entrevistadas, a instituição da política estadual de meio ambiente consistiu num processo que foi acompanhado por debates com ambientalistas, que aconteciam em eventos e em momentos como a CEMA. Devido à experiência e conhecimento na área, alguns ativistas ambientalistas foram convidados a compor os quadros do Estado. Na avaliação de algumas das lideranças entrevistadas, as ações por parte do órgão estatal, nesse período inicial, podem ser caracterizadas por certa combatividade, tendo em vista episódios como a interdição da COFAVI (em razão das condições insalubres de trabalho e da poluição atmosférica) e a paralisação, por uma semana, das atividades da CVRD e da CST (ocorrida em 1990, diante do recuo das empresas em assinar um termo de compromisso para a adequação da atividade industrial).

No entanto, e principalmente em momentos posteriores, críticas em relação à política ambiental estadual continuaram existindo, havendo a emergência e

⁴⁵ Nome fictício da L3 por nós entrevistada.

⁴⁶ E em 2014 acaba de ser criada a AGERH – Agência Estadual de Recursos Hídricos, também como uma autarquia vinculada à SEAMA, para tratar de questões referentes à água e fortalecer o Sistema Estadual de Gestão de Recursos Hídricos.

organização de novos atores. Mencionaremos aqui a mobilização de duas frentes que se organizaram durante os anos 2000, e que são expressões das lutas em torno da temática ambiental no estado: a Rede Alerta Contra o Deserto Verde e o Fórum das ONGs Ambientalistas do Espírito Santo.

A Rede Alerta Contra o Deserto Verde foi uma articulação entre diversos atores (entidades e movimentos sociais organizados, como o Movimento Sem Terra – MST, o Movimento dos Pequenos Agricultores – MPA, a Via Campesina, a Comissão de Caciques Tupiniquim e Guarani e a Comissão Quilombola do Sapê do Norte; ONGs, como a FASE; e participantes avulsos) reunidos em torno do questionamento dos impactos da eucaliptocultura nos estados do Espírito Santo, Bahia, Rio de Janeiro e Minas Gerais. De acordo com Lobino (2008), desde as décadas de 1960 e 1970 grupos indígenas resistiam à ocupação de terras pela empresa Aracruz Celulose, mas, naquele momento, a questão era tratada como apenas territorial. O marco inicial da rede foi uma articulação, realizada em 1999, que teve como objetivo impedir que a Aracruz recebesse o “Selo Verde”⁴⁷ pelos plantios de eucalipto na Bahia, objetivo que foi alcançado com sucesso. A partir daí, a rede foi se consolidando como uma das principais forças de oposição à Aracruz Celulose, atual Fibria. Algumas de suas principais ações foram: a realização de um seminário problematizando a monocultura de eucalipto, que ocorreu na UFES em 2000 e contou com a presença de nomes como o geógrafo Aziz Ab’Saber e Renato Casagrande, que ocuparia posteriormente o cargo de governador do estado; o desenvolvimento de um debate público sobre a incorporação de terras pela empresa Aracruz, acompanhando os trabalhos da “CPI da Aracruz”, em 2002⁴⁸; a promoção de protestos; a realização projetos educacionais junto às comunidades afetadas pela expansão do cultivo do eucalipto; além do desenvolvimento de uma atuação judicial principalmente em questões territoriais.

⁴⁷ Concedido pela certificadora FSC – Forest Stewardship Council, este selo identifica produtos originados do bom manejo florestal.

⁴⁸ A “CPI da Aracruz” foi uma comissão parlamentar de inquérito criada em 2002 pela Assembleia Legislativa do Espírito Santo (ALES). A comissão constatou, entre outras coisas, um conluio ilícito entre a Aracruz Celulose e alguns de seus funcionários para que estes, de forma fraudulenta, requeressem a legitimação de posse de terras devolutas estaduais no início dos anos 70 com o exclusivo fim de transferi-las à empresa.

Vendo no poder estatal o principal investidor, credor e protetor da empresa de celulose, a rede desenvolveu uma relação com o Estado de forte crítica e oposição, decidindo não ocupar espaços de representação em instâncias deliberativas, como os conselhos. Questionou a efetividade desses espaços de participação, os financiamentos concedidos à empresa pelo BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, assim como as estreitas relações entre poder político e poder econômico, com destaque para o financiamento de campanhas eleitorais (ibidem). Além de preocupar-se com os impactos da eucaliptocultura sobre o ambiente (sobre a água e o solo, etc.) e com a apropriação indevida de terras, a destruição da agricultura familiar e dos modos de vida e subsistência de comunidades tradicionais indígenas e quilombolas também consistiu em uma questão de luta dos atores articulados. Dessa forma, por ter como característica a ênfase em conflitos e impactos sociais, a rede se firmou como agente da luta “socioambiental”, em contraposição a entidades e atores conservacionistas – que sustentam uma visão estrita à preservação da natureza. Segundo Lobino (2008), esta diferenciação delineou-se a partir de posicionamentos distintos assumidos pela rede e pelo grupo que se organizou no Fórum das ONGs Ambientalistas do Espírito Santo.

O Fórum das ONGs foi criado em 2001 como forma de organizar a representação das entidades ambientalistas nos conselhos de meio ambiente e recursos hídricos. Como informa Cruz (2011), o objetivo do fórum era, então, servir de instrumento para agregar as organizações ambientalistas, no sentido de discutirem e formarem estratégias em conjunto para atuar e representar oficialmente as ONGs do estado. O fórum atuou orientando a representação da sociedade civil nos conselhos até 2007, ano em que foi instituído pela SEAMA o Cadastro Estadual das Entidades Ambientalistas do Espírito Santo, no qual as entidades teriam que se cadastrar caso desejassem ter representação no CONSEMA, nos CONREMAS ou no CERH⁴⁹. Como este cadastro, estabelecido pelo poder público, é que passaria a mediar a representação das organizações ambientalistas nesses conselhos – que antes acontecia como fruto de uma articulação da própria sociedade civil –, criou-se um

⁴⁹ Além de nos Conselhos de Unidades de Conservação, Comitês de Bacia Hidrográfica e demais conselhos com representação da sociedade civil. Fonte: <http://www.meioambiente.es.gov.br/>. Acesso em 24 de dezembro de 2014.

conflito com o Fórum das ONGs, que acabou se retirando do CONSEMA (ibidem). Registre-se, como agravante, que o documento que originou esse decreto teria, de acordo com lideranças do Fórum das ONGs, saído da Federação das Indústrias do Espírito Santo – FINDES (CRUZ, 2011; LOBINO, 2008). Adicionalmente, Lobino (ibidem) explica que já era sentida uma insatisfação com a participação nos conselhos, tendo em vista uma alegada falta de paridade, uma vez que, de acordo com uma série de depoimentos, o Estado atuava favorecendo os interesses do poder econômico (seja criando atalhos em relação aos procedimentos normais de licenciamento, por exemplo; seja por meio de apoio nas votações, tendo em vista que o CONSEMA possui desenho tripartite e que, juntos, Estado e empresas são maioria em relação aos representantes da sociedade civil).

O marco da diferenciação entre o Fórum das ONGs e a Rede Alerta Contra o Deserto Verde se deu quando o fórum, que já vinha buscando estratégias de atuação fora dos conselhos, decidiu optar pela via da negociação direta com empresas. Assim, Lobino (2008) aponta que em 2002 representantes do fórum foram procurados pela Aracruz Celulose para um diálogo, aproximação que já tinha sido recusada pela Rede Alerta. Diante disso, foi realizado um acordo entre fórum e empresa em 2003, e uma maneira de diferenciar as frentes de ação dos dois coletivos se deu a partir do estabelecimento de uma compreensão de que a luta desenvolvida pela Rede Alerta teria caráter mais social, socioambiental, enquanto as questões desenvolvidas pelo Fórum das ONGs diriam respeito estritamente à preservação da natureza. Nos depoimentos colhidos por Lobino (ibidem), os ambientalistas justificam essa posição a partir da interpretação de que os entraves nas negociações territoriais com os indígenas não deveriam atrapalhar o desenvolvimento de projetos de preservação e recuperação ambiental, tratando os dois casos como matérias distintas. Assim, parcerias foram feitas, por exemplo, com a realização de um programa de reflorestamento da mata atlântica. Para tanto, em 2006 foi criada a ASAMBIENTAL – Associação de Entidades Não-Governamentais Ambientalistas do Estado do Espírito Santo como braço executivo do fórum para captação de recursos, e que teve como primeiro projeto o “Pacto Revitalização da Mata Atlântica” (LOBINO, 2008).

Estabeleceu-se, dessa forma, um afastamento entre a rede e o fórum, marcado pela adoção de diferentes formas de atuação e de diferentes concepções de movimento

ambiental. Atualmente, tanto o fórum quanto a rede encontram-se desarticulados, mas observa-se nos depoimentos de participantes das duas⁵⁰ frentes o desejo de uma rearticulação em momentos futuros. Nesse sentido, a fala de Regina (L2), uma das lideranças de nosso estudo que atuou na Rede Alerta, é ilustrativa tanto da atual situação da rede quanto da diferenciação estabelecida com certas entidades ambientalistas capixabas:

Então, assim, como eu falaria para você do movimento, no Espírito Santo, do movimento ambiental? O que é o movimento ambiental? Nós temos figuras hoje que fazem um discurso ambientalista, mas, no entanto, fazem alianças sistemáticas com grandes empresas, têm projetos financiados por grandes empresas. E você tem aqueles movimentos que são mais autônomos, que têm um discurso, e aí se vinculam mais às lutas locais. Então eu acho, eu aposto nesse movimento. Eu acho que esse movimento, que não é o movimento conservacionista - porque a ideia do conservacionismo é o seguinte: eu preservo esta parte, então ela está conservada, e eu posso destruir o que está aqui em torno dela. Então, ou seja, a conservação autoriza a destruição, dentro dessa lógica. E eu não aposto nessa lógica. Então eu acho que o movimento ambiental, eu não aposto no movimento conservacionista, nesse movimento que discute meio ambiente desligado dessa relação ser humano-natureza, sabe, como algo que está fora do ser humano. Eu acho que nós temos que discutir. O meio ambiente é uma coisa real, sabe, ela se produz nessa relação sujeito-natureza. E acho que as populações hoje que são mais impactadas pela degradação ambiental, que são populações pobres, que vivem em bairros de periferia, populações ribeirinhas, pescadoras... Eu fiz uma pesquisa com mulheres pescadoras e elas estão assim... as ações da Petrobras estão acabando com o ecossistema onde essas populações pescam, entendeu? Isso afeta a vida dessas populações! Então é nessa luta que eu aposto. Eu acredito nessa luta, que aí não é uma luta puramente ambiental, é uma luta socioambiental. Que ela articula a dimensão social, econômica e ambiental. Mas eu acho que ela ainda está muito frágil. Eu acho que ela esteve mais forte no Espírito Santo, hoje ela vive um certo refluxo. Mas ela está aí. Ela está latente. Precisa ser organizada, precisa ser rearticulada. E ela é necessária, ela é urgente. Porque a Vale está ampliando a sua planta industrial, a CST está ampliando. Quer dizer, você tem a expulsar. Só expulsar. E aí é interessante, porque você acha, por exemplo, que tem leis que regulamentam de forma explícita, então a poluição é menor do que antes. Na realidade, o que está acontecendo hoje é que você está alterando os coeficientes de poluição. De forma muito sutil, a sociedade não sabe disso. É dentro dos conselhos, alterando dentro das câmaras municipais. Exatamente para possibilitar que essas empresas ampliem a sua capacidade, a sua planta industrial. Então, assim, então eu acho que a luta ambiental hoje ela está frágil, no entanto ela tem um potencial grande. E existem lutas, assim. Existem pescadores que estão no sul lutando, no norte, lutando, existem populações ribeirinhas, existe o Movimento dos Pequenos Agricultores, o próprio MST tem cumprido um papel importante,

⁵⁰ Referimo-nos aqui às entrevistas complementares realizadas com uma representante da FASE e da Rede Alerta Contra o Deserto Verde e com um representante da ONG AVIDEPA e liderança no Fórum das ONGs, e também aos anseios expressos na entrevista realizada com a L2 – Regina.

existem ambientalistas independentes, também, que estão nessa luta. Tem aí! Mas eu acho que precisa potencializar, articular essa luta. Agora, infelizmente, o discurso que tem espaço nessa sociedade, na grande mídia, é o discurso conservacionista. Porque aí a ideia é isso: eu preservo um pedacinho aqui, o resto eu posso destruir. (...) Mas assim, eu quero ter um tempo para investir nisso, para ajudar na articulação da Rede, sabe? Porque eu acho que, nesse contexto da luta ambiental capixaba, a Rede, ela é uma voz diferenciada. Ela faz esse discurso socioambiental, e ela faz o contraponto com essa perspectiva conservacionista. Que, para mim, ela é muito conservadora. Então, eu acho que a Rede ainda é uma expressão. As pessoas ainda fazem muita referência à Rede Alerta. Então a minha esperança é que eu possa voltar a desenvolver uma certa militância dentro da Rede Alerta Contra o Deserto Verde (Regina, L2).

Assim, ao final desta seção, podemos ter uma visão, ainda que pouco aprofundada, a respeito de como a questão ambiental veio a integrar a agenda política capixaba, das primeiras lutas e entidades organizadas, e do processo de construção do órgão estadual de meio ambiente – assim como uma visão mais recente acerca de como duas das principais frentes reconhecidas por desenvolverem uma luta ambiental no estado se organizaram e se diferenciaram.

Vimos que a criação de instituições de Estado no que diz respeito ao controle ambiental ganhou impulso com a organização da sociedade civil em torno do tema, tendo como marco as manifestações de 1979; e que o acompanhamento e participação do movimento ambiental durante o processo de formação dessas instituições deu-se de maneira constante. Em decorrência dessa característica, ao observarmos como estes processos se desenrolaram no nível individual (das lideranças entrevistadas), verificamos a entrada de ativistas para o Estado (como quadros dessas instituições), assim como a recorrente atuação simultânea em lutas e entidades ambientalistas e como funcionários em órgãos públicos. Também o quadro geral de diferenciação entre atores conservacionistas e aqueles que enfatizam questões sociais como parte da luta ambiental reflete-se nas carreiras dos entrevistados, sendo possível observar divergências em seus perfis e no teor das causas por eles trabalhadas.

Na próxima seção apresentaremos as trajetórias políticas dos sujeitos entrevistados e, de modo particular, suas carreiras ativistas, tentando situar sua atuação nos contextos e processos aqui descritos de maneira geral.

3.2 Trajetórias políticas de lideranças em lutas ambientais no Espírito Santo

Procederemos agora à apresentação das carreiras ativistas e, de forma mais ampla, dos trajetos políticos dos sujeitos cujos itinerários individuais foram estudados. Esses itinerários, que tiveram como principal fonte de informação as entrevistas realizadas, serão descritos aqui de maneira sintetizada, em virtude do espaço que seria necessário para reproduzirmos a riqueza de fatos e situações relatadas em detalhe durante as entrevistas. É preciso também sublinhar que, enquanto construção de pesquisa, a descrição das trajetórias segue os objetivos da mesma. Nesse sentido, apesar de buscarmos contextualizar a ação dos atores e de provermos um *background* básico, mantivemos como orientação: a) a reconstrução dos engajamentos e pertencimentos enquanto ativista (da causa ambiental, mas também de outras, quando existirem); b) a reconstrução dos trajetos enquanto quadro do Estado; e c) a militância político-partidária – importante dimensão a ser considerada, uma vez que ajuda a informar sobre posicionamentos e vinculações políticas. Baseando-nos na observação destes pontos, construímos para cada um dos atores uma figura com a organização visual de seus pertencimentos enquanto ativista, quadro do Estado e membro de partido político ao longo do tempo – apresentada sempre depois da síntese da trajetória.

Não foram incluídas nessas figuras as participações em conselhos, uma vez que, em razão da longa trajetória, poucos entrevistados foram capazes de precisar o período em que ocorreram, tendo mesmo dúvidas a respeito de qual entidade representavam em certos contextos e situações. Contudo, mesmo que ausente nas figuras, a participação em conselhos e noutros espaços será mencionada no texto sempre que registrada.

3.2.1 L1 – José

Nascido em Castelo (ES) em 1957, José veio ainda jovem para Vitória fazer curso pré-vestibular. Divorciado, não possui filhos. Coursou Direito na UFES, tendo participado, desde a entrada na universidade, do movimento cineclubista. Tornou-se o primeiro presidente da Fundação Capixaba de Cineclubes em 1981. Em 1983 formou-se e em 1984 começou, junto com a esposa, a participar da ACAPEMA,

entidade da qual foi vice-presidente em 1989. Participou da CEMA como representante da entidade.

Começou a trabalhar na SEAMA (a convite de Antônio⁵¹, então secretário de estado de meio ambiente), tendo que deixar a vice-presidência na ACAPEMA e afastar-se da entidade pouco tempo depois, devido ao discurso crítico da entidade em relação ao órgão, o que poderia causar sua demissão. Por meio do emprego na SEAMA cursou uma especialização em Direito Ambiental na Universidade Federal do Amazonas. José permaneceu na SEAMA até 1994, quando saiu em decorrência da contratação de técnicos efetivos. Sublinhe-se que, durante este período, José não deixou de atuar como ativista ambiental, tendo ajudado a criar e atuado junto à SAMBIO – Sociedade dos Amigos do Museu de Biologia Mello Leitão⁵² e ajudado a fundar o IPEMA - Instituto de Pesquisa da Mata Atlântica⁵³.

Saindo da SEAMA, foi convidado para trabalhar na Prefeitura Municipal de Vitória – PMV como assessor da secretária municipal de meio ambiente, de quem tinha sido colega na SEAMA. Em seguida, também por convite de um ex-colega da SEAMA, trabalhou na ALES assessorando o deputado Nasser Youssef (PMDB), que desenvolvia um trabalho com uma horta de alimentos orgânicos no município de Cachoeiro do Itapemirim. Atuou ainda como técnico contratado na ALES nas CPIs da Aracruz e da Rodosol⁵⁴. Nesta segunda, teve que denunciar, entre outras pessoas, Antônio, secretário de estado de meio ambiente na época⁵⁵.

⁵¹ Nome fictício da L3.

⁵² Em luta para garantir a subsistência do museu durante o governo do presidente Fernando Collor de Melo, quando não estava havendo repasse financeiro.

⁵³ Instituto voltado para a pesquisa e conservação da Mata Atlântica e de sua fauna.

⁵⁴ Comissão parlamentar de inquérito criada em 2003 pela ALES para investigar irregularidades ocorridas na concessão e execução das obras do Consórcio Rodovia do Sol/Terceira Ponte.

⁵⁵ Abertura de inquérito criminal para investigar o cometimento de crime contra a administração ambiental no processo de concessão, pela SEAMA, da Licença de Instalação – LI037/99, cujo subscritor é Antônio, ex-secretário de estado de meio ambiente. Segundo o relatório da CPI, teria havido: descumprimento das normas em níveis estadual e federal na concessão da licença, omissão na fiscalização das condicionantes legais estabelecidas e na aplicação de sanções cabíveis para os descumprimentos praticados pela concessionária. Fonte: http://www.al.es.gov.br/antigo_portal_ales/subsites/cpi/cnoticias_rodosol.cfm?ParId_noticia=2116, acesso em 25 de dezembro de 2014.

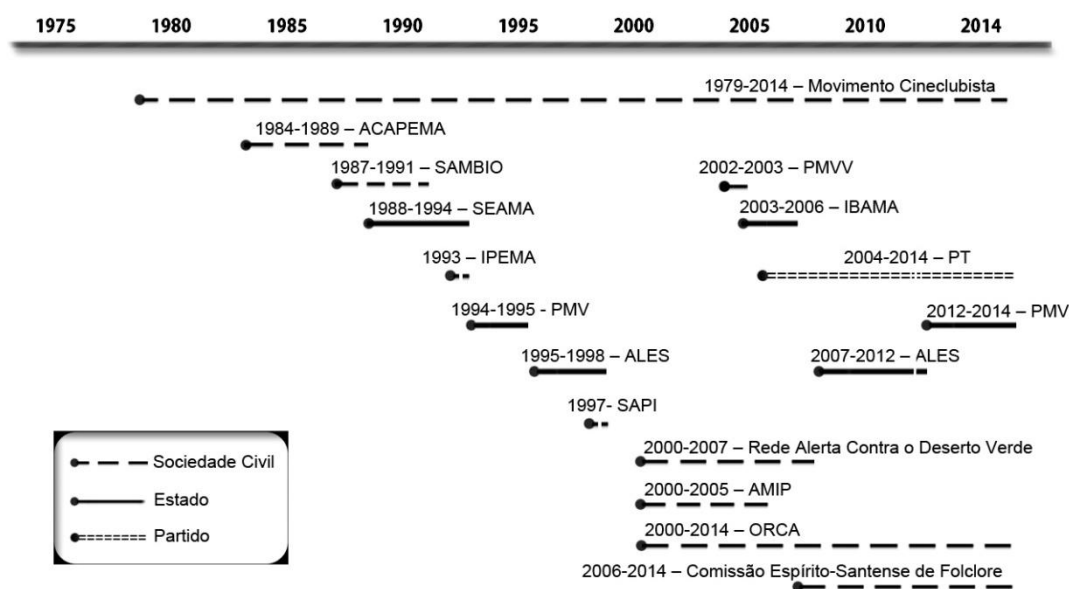
Durante o período em que atuava na ALES, José deu prosseguimento às suas atividades como ativista, ajudando a fundar em 1997 a SAPI - Sociedade dos Amigos do Parque de Itaúnas, da qual foi o primeiro presidente. Em torno dos anos 2000 iniciou também atividades na Rede Alerta Contra o Deserto Verde, na AMIP – Associação dos Amigos do Piraquê-açu e no Instituto ORCA – Organização Consciência Ambiental, tendo se engajado com as duas últimas entidades numa luta contra a extração de calcário coralíneo em Santa Cruz (Aracruz-ES) e contra a instalação de uma fábrica da Totham Mineradora na foz do Rio Piraquê-açu. José tem longa atuação como colaborador, fornecendo consultoria jurídica voluntária para esses e outros movimentos e entidades, assim como longa trajetória de participação em conselhos, tendo ajudado a rearticular o Conselho Estadual de Cultura – CEC no Espírito Santo, o qual chegou a presidir, assinando junto com o secretário de cultura a resolução do tombamento dos remanescentes de mata atlântica no estado em 1991. Recentemente representou o Instituto ORCA no CEC por quatro anos, atuando na Câmara de Patrimônio Ecológico, Natural e Paisagístico; e atualmente é conselheiro no CONSEMA, onde representa a Comissão Espírito-Santense de Folclore, da qual participa pelo menos desde 2006.

Após ter trabalhado na ALES, José trabalhou por um período na Prefeitura Municipal de Vila Velha – PMVV na assessoria jurídica da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, sendo convidado posteriormente pelo secretário Ricardo Vereza (PT) para ser seu assessor no IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, onde assumiu o cargo de superintendente em nível estadual. Foi também neste período que se filiou ao PT. Ficou no IBAMA até 2006, saindo com a exoneração de Ricardo. Desempregado por algum tempo, pediu emprego ao deputado Cláudio Vereza (PT)⁵⁶, trabalhando como seu assessor na ALES até 2012, quando saiu por ocasião de sua aprovação num concurso público para trabalhar como analista em gestão cultural na Secretaria Municipal de Cultura da PMV – único cargo ocupado por concurso, e onde vem trabalhando desde então. Como atesta o entrevistado – que canta, compõe, toca violão, escreve, é cineasta e documentarista –, questões ambientais e culturais sempre estiveram presentes ao longo de seu itinerário pessoal – aqui apenas sintetizado de acordo com o escopo

⁵⁶ Irmão de Ricardo.

da pesquisa. A organização visual de seus pertencimentos ao longo de sua carreira ativista e de sua trajetória política é apresentada a seguir (Figura 2).

Figura 2 - Trajetória política da L1 - José



3.2.2 L2 – Regina

Regina nasceu em Santa Teresa (ES), em 1961. Seus pais eram meeiros e, como não possuíam terras, vieram para Vitória em busca de trabalho em 1966, morando num bairro de periferia da capital, no qual a entrevistada ainda reside. Regina começou a envolver-se com política aos 14 anos, quando começou a participar do grupo de jovens da Igreja Católica. Logo se engajou na comunidade eclesial de base e no movimento popular local, ajudando a fundar a associação de moradores do bairro, na qual atuou como coordenadora. Ao mesmo tempo, desenvolvia-se ligada a essas lutas uma articulação para a criação do PT no Espírito Santo, da qual a entrevistada participou ativamente. Segundo Regina, ela está inclusive entre as cinco primeiras pessoas que se filiaram ao partido em Vitória. Hoje em dia esta ligação reside apenas num vínculo formal, visto que a entrevistada se afastou da militância político-partidária e expressou vontade de se desfiliar do partido.

A militância e o contato com universitários por ela proporcionado despertou em Regina o desejo de fazer faculdade. Assim, ela começou a cursar Serviço Social na UFES em 1981, concluindo o curso em 1985. Segundo conta, a escolha do curso deveu-se à militância que tinha em comunidades na época. Logo que iniciou a vida acadêmica, Regina também começou a militar neste espaço, participando do movimento estudantil. Quando foi criado o Centro Acadêmico – CA do curso de Serviço Social, ela e uma colega foram as primeiras coordenadoras gerais. Foi no ambiente universitário e de militância que conheceu seu primeiro marido, que estudava Direito na época, e com quem teve um filho posteriormente.

Em 1987, como resultado de uma deliberação do partido, começou a trabalhar como assessora do deputado estadual João Coser (PT) na ALES, tendo como uma das tarefas representar o mandato junto a movimentos sociais. Em 1988 Regina tornou-se mãe, ano em que foi indicada pelo partido para candidatar-se vereadora, elegendo-se a primeira vereadora mulher pelo PT em Vitória. Durante o mandato, Regina aprofundou sua ligação com o segmento ambientalista do PT, participando de protestos e organizando ações junto com Paulo César Vinha⁵⁷, como, por exemplo, protestos contra os campeonatos de pesca do marlim azul. Foi neste período e dentro desse contexto que conheceu seu segundo marido, um ambientalista holandês que veio trabalhar no estado para, entre outras coisas, fazer uma articulação em nível internacional da luta indígena contra a empresa Aracruz Celulose. Aproximando-se mais da temática, passou a integrar a Comissão Permanente de Meio Ambiente na Câmara. Foi também durante o mandato que se engajou na luta feminista, abraçando uma demanda social⁵⁸, e ajudou a fundar o Fórum de Mulheres do Espírito Santo, do qual participa até hoje como coordenadora. Pouco tempo depois, em 1995, Regina começou o curso de mestrado

⁵⁷ Ambientalista, também era filiado ao PT. Tornou-se símbolo da luta ambiental no estado ao ser assassinado em 1993 por empresários que extraíam areia ilicitamente no Parque Estadual de Setiba, rebatizado “Parque Estadual Paulo César Vinha” em sua homenagem.

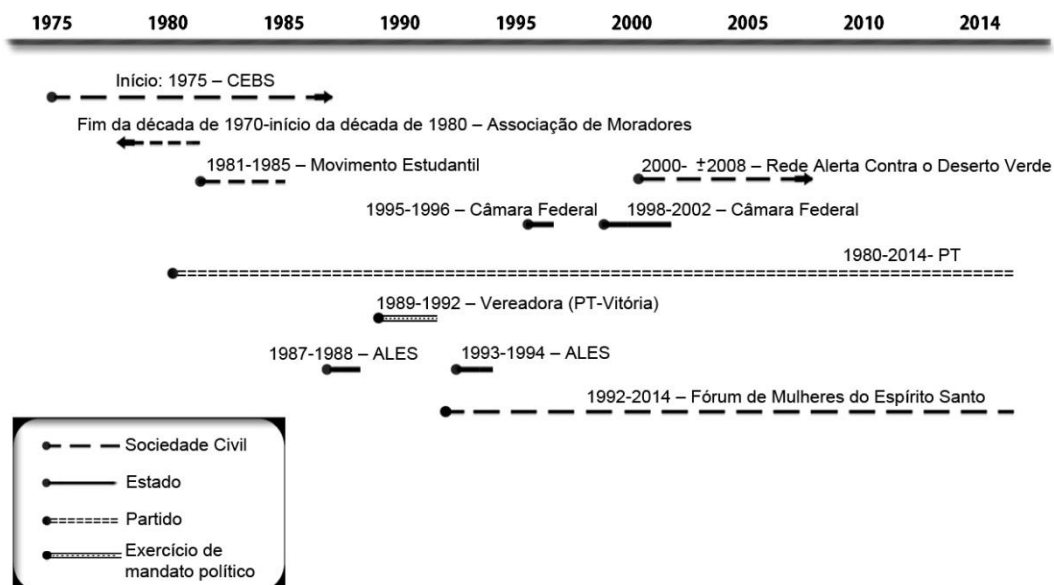
⁵⁸ Regina conta que, quando vereadora, foi procurada pelos familiares de Maria Cândida Teixeira, uma mulher que havia sido brutalmente assassinada pelo marido em 1992, face à impunidade do assassino. Tendo em vista esse caso, ela, algumas outras “companheiras” e um grupo de advogadas da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil) começaram a se articular numa luta contra a violência contra as mulheres no Espírito Santo, levando à criação, nesse processo, do Fórum de Mulheres do Espírito Santo, em 1992.

em Psicologia Social na UFES, que teve como tema a denúncia de casos de violência conjugal às delegacias da mulher no Espírito Santo.

Após tentar, sem sucesso, se reeleger em 1992, Regina voltou a trabalhar na assessoria de João Coser em 1993, inicialmente na ALES, e, depois, por dois mandatos na Câmara Federal, em virtude de sua eleição como deputado federal. Trabalhando como assessora parlamentar, voltou a representar o mandato junto a movimentos sociais, ocasião na qual se engajou na Rede Alerta Contra o Deserto Verde, ajudando a organizar uma série de ações, tais como marchas, protestos, trabalho de organização junto às comunidades locais, além de ter sido autora, junto com outro colega da Rede Alerta, de uma ação popular contra a empresa de celulose. A partir do interesse nas questões socioambientais, ela e o marido realizaram uma especialização em Estudos Ambientais na Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais – PUC-MG nos anos 2002 e 2003.

Decidindo dedicar-se à carreira acadêmica, e em função do que ela aponta como uma mudança de rumos do PT, terminado o mandato, ela decidiu não acompanhar Coser, que assumiu a direção estadual do partido. Passou a trabalhar como professora em faculdades particulares e iniciou o doutorado em Geografia na Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG em 2004, concluindo-o em 2008. Em 2013 iniciou o pós-doutorado na UFES, e foi aprovada num concurso para lecionar nesta universidade em 2014. Regina mantém as questões ambientais e de gênero como temas de pesquisa, sustentando um discurso de articulação entre vida acadêmica e militância. Uma representação de sua carreira ativista e de sua trajetória política segue apresentada na Figura 3.

Figura 3 - Trajetória política da L2 - Regina



3.2.3 L3 – Antônio

Nascido em Ubá (MG) em 1956, Antônio mudou-se com a mãe, que tinha se separado de seu pai, para Vitória em 1960. Divorciado, Antônio tem agora outra união estável, somando quatro filhos das duas uniões. Kursou Biologia na UFES de 1977 a 1981, e diz ter sido inspirado por Augusto Ruschi, a quem tinha ouvido numa palestra na UFES em 1976. Antônio conta que desde que entrou na universidade engajou-se, junto com outros estudantes do curso de biologia, no “movimento ecológico”. Neste contexto, ajudou a fundar e atuou como secretário e depois presidente na AESB – Associação Espírito-Santense de Biologia, responsável pela promoção de uma série de seminários, semanas e simpósios de biologia e meio ambiente, onde a preocupação com o meio ambiente e o questionamento do desenvolvimento não sustentável ganhavam centralidade. Antônio também foi um dos fundadores e atuou como secretário na ACAPEMA, primeira entidade ambientalista do estado; e um dos organizadores da campanha contra a instalação da usina nuclear no Espírito Santo em 1979, que colocou a questão ambiental como tema para a sociedade capixaba.

Já em 1979 Antônio começou a trabalhar no Estado, sendo contratado como estagiário na FEMA, fundação criada pelo governador Eurico Resende como

resultado da demanda por políticas ambientais. Extinta a FEMA, Antônio continuou como estagiário na SESA, onde trabalhou no cadastro de atividades potencialmente poluidoras, visitando e registrando as atividades desenvolvidas em indústrias e outros empreendimentos. Foi promovido a chefe dos estagiários, sendo posteriormente contratado como técnico do DAA/SESA. À medida que foi começando a trabalhar mais tecnicamente dentro do Estado, Antônio conta que foi abandonando o ativismo na ACAPEMA, considerando que, ao desenvolver uma atuação a partir do Estado, estava “preenchendo um lugar que a sociedade tinha e que não estava ocupando” e “militando na prática”.

Depois, Antônio passou a chefe da Divisão de Meio Ambiente do DAA/SESA. Durante o período em que estava no DAA participou de importantes processos, como o da construção da proposta de lei estadual de meio ambiente e, com a aprovação da lei, o do estabelecimento de procedimentos de licenciamento ambiental como pré-requisito para a instalação de atividades produtivas no Espírito Santo. Participou também de discussões e negociações para a criação de uma secretaria de meio ambiente em nível estadual, e acompanhou os trabalhos da CEMA, que deram origem à secretaria.

Fundada a SEAMA, ocupou o cargo de subsecretário de estado de meio ambiente – posição alcançada devido à indicação do secretário de estado de saúde da época, que conhecia seu trabalho por meio da atuação na SESA. Passou já em 1988 (ano em que a SEAMA começou a funcionar) a secretário de estado de meio ambiente, em função de um desentendimento do ex-secretário com o governador Max Mauro. Ocupando esta posição aos 32 anos, Antônio conta que estava “cheio de vontade de fazer as coisas”, o que acabou resultando em uma atuação que ganhou visibilidade, quando, entre outras coisas: tirou um garimpo do Rio Ibitirama; interditou a extração de pedra na Pedra do Elefante em Nova Venécia (ES) – que acabava de ser tombada pelo CEC; e interditou a COFAVI, a CST e a CVRD como forma de pressionar para a adequação de suas atividades à regulamentação da SEAMA. Este período foi caracterizado por Antônio como uma época de vários enfrentamentos, sendo avaliado positivamente por outros ativistas. O entrevistado contou que, devido à boa repercussão, o governador o manteve até o fim do mandato, quando saiu para fazer uma especialização em poluição atmosférica no Japão pela JICA – Japan International Cooperation Agency.

Retornando do Japão, Antônio foi convidado a permanecer na SEAMA como subsecretário no governo Albuíno Azeredo (PDT⁵⁹ - 1991-1995). No meio do governo assumiu novamente a secretaria, também em função de desentendimentos entre o ex-secretário e o governador, permanecendo secretário de estado de meio ambiente nos anos 1993 e 1994. Antônio conta que de 1989 a 1994 foi ainda presidente da ABEMA – Associação Brasileira de Entidades Estaduais de Meio Ambiente⁶⁰. Depois de 1994 pediu licença e foi desenvolver outras atividades. Atuou como consultor no PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, fez um curso sobre gestão de recursos hídricos com o governo francês, e foi professor em uma universidade em Curitiba.

Em 1997, quando Luiz Paulo Vellozo Lucas (PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira) foi eleito prefeito de Vitória com apoio do PV – Partido Verde (partido presidido por Antônio de 1996 a 2007), ele foi convidado a ser subsecretário de desenvolvimento econômico do município. De acordo com Antônio, o convite inicialmente causou estranheza (por ser da área ambiental e não de desenvolvimento econômico), mas foi justificado pelo então prefeito como sendo uma maneira de introduzir um “crítico do processo” à “gestão”. Antônio contou que essa experiência “abriu sua cabeça” para a área e que tentou trabalhar com a concepção de desenvolvimento sustentável. Deixou o cargo em 1999, quando foi convidado para assumir novamente a SEAMA como secretário no governo José Ignácio (PSDB - 1999-2002), pedindo exoneração do cargo em 2001 – época em que, em razão das denúncias contra corrupção no governo, a ALES se tornou mais interveniente nas secretarias estaduais, o que desagradou ao entrevistado.

Saindo da SEAMA, Antônio realizou um estágio remunerado no Banco Interamericano em Washington (EUA) e trabalhou realizando consultoria para a ANA – Agência Nacional de Águas. Em 2002 candidatou-se a deputado estadual pelo PV. Não sendo eleito, ocupou o cargo de subsecretário estadual de desenvolvimento econômico no governo Paulo Hartung (PMDB - 2003-2006) – posição que, segundo o entrevistado, foi assumida em virtude da experiência anterior na PMV. Em 2005

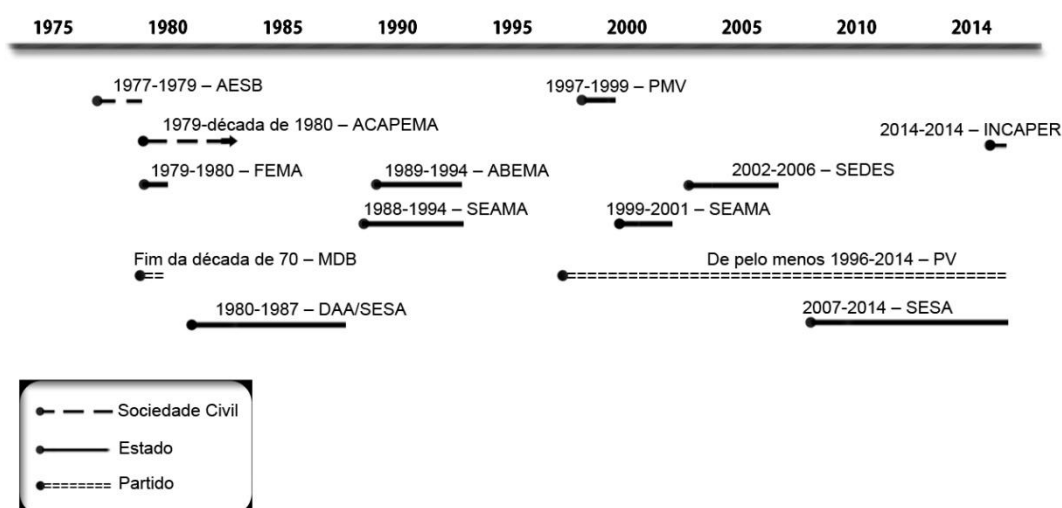
⁵⁹ Partido Democrático Trabalhista.

⁶⁰ Que, apesar de ser uma associação civil, foi representada na Figura 4 como fazendo parte do Estado por congregar órgãos estaduais de meio ambiente do Brasil.

criou o canal televisivo TV Ambiental, e em 2006 candidatou-se a deputado estadual novamente, não sendo eleito.

Em 2007 Antônio voltou a atuar como biólogo na SESA (vínculo estável que possui com o Estado desde a época em que foi contratado como técnico), estando atualmente a dispor do INCAPER – Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural. Ao longo de sua trajetória, atuou paralelamente como consultor; e continua na TV Ambiental, onde, ao tratar de assuntos ligados ao tema meio ambiente e ao desenvolvimento sustentável, considera desenvolver uma “militância”. Sua trajetória política segue representada na Figura 4.

Figura 4 - Trajetória política da L3 - Antônio



3.2.4 L4 – Leonardo

Proveniente de uma família de madeireiros, Leonardo nasceu no Rio de Janeiro (RJ) em 1958. Com o fim da participação do pai no negócio de madeira, veio por volta dos 5 anos de idade morar numa fazenda no município de Montanha (ES). De acordo com o entrevistado, seu interesse pelo meio ambiente data dessa época, em que, além do contato com a natureza, viu-se cativado pelo *hobby* de preparar e colecionar quadros com insetos, atividade que aprendeu com uma família vizinha.

Leonardo escolheu estudar biologia devido à influência do pesquisador e documentarista Jacques Cousteau⁶¹ e de um professor que teve durante o ensino médio. Assim, cursou Biologia Marinha na UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro de 1977 a 1980. Voltando para o Espírito Santo, buscou uma aproximação com Augusto Ruschi, com quem desenvolveu um estágio no Museu Mello Leitão, em Santa Teresa (ES), e em relação a quem expressa um sentimento de filiação. Desempregado, Leonardo fez concurso para trabalhar como auxiliar administrativo no BNH – Banco Nacional da Habitação, tendo que deixar o estágio com Ruschi. Segundo conta, este foi um período difícil da vida, no qual estava infeliz por não trabalhar na área que tinha escolhido. Essa situação mudou em 1982, quando, graças ao contato com um parente em grau distante, conseguiu um emprego como biólogo no ITC – Instituto de Terras e Cartografia, atual IDAF - Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal do Espírito Santo.

Segundo conta, no início de sua vida profissional já estava se ligando à militância ambientalista na ACAPEMA e na AESB. Foi na ocasião de um evento de ambientalistas ocorrido no início da década de 1980 para traçar diretrizes para a questão ambiental no estado que, inclusive, conheceu a primeira esposa (de três)⁶² – que também era bióloga e com quem participou da ACAPEMA. Foi vice-presidente desta entidade por dois mandatos consecutivos, trabalhando, entre outros, com José (L1). De acordo com Leonardo, na época uma das principais lutas da ACAPEMA era contra a poluição atmosférica produzida pela CST e pela CVRD, mas também por outras indústrias, quando foi lançado o slogan “Não respire fundo”.⁶³

⁶¹ Jacques Cousteau foi um oficial da marinha francesa, documentarista, cineasta e pesquisador mundialmente conhecido por suas viagens de pesquisa. Produziu quatro longas-metragens e mais de setenta documentários para televisão.

⁶² Com as quais teve 6 filhos, no total.

⁶³ “E na ACAPEMA, em 82, a briga principal era contra a CST e a Vale do Rio Doce por conta da poluição atmosférica. Uma das campanhas que a gente traçou naquela época era (...) ‘Não respire fundo’ (...). Era o cenário de uma fábrica, a poluição e embaixo ‘Não respire fundo’. Isso virou adesivo, virou plástico para colocar em carro, cartaz. Chamando a atenção das autoridades em relação à poluição atmosférica, que naquela ocasião era muito intensa. Tanto quanto é hoje, mas hoje houve uma evolução muito grande do ponto de vista dos equipamentos de controle da poluição atmosférica” (Leonardo – L3).

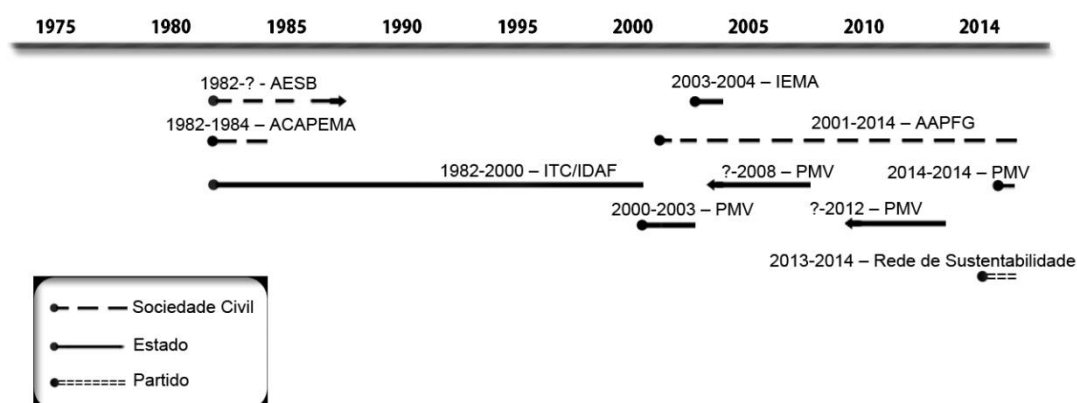
Trabalhando no ITC, teve incentivo de um diretor, Luiz Fernando Schettino, para a realização do mestrado em Ciências Florestais, cursado na Universidade Federal de Viçosa – UFV de 1987 a 1990, desenvolvendo um estudo acerca de unidades de conservação. Em função disso, trabalhou na implantação e na gestão de várias unidades de conservação no Espírito Santo. Leonardo ficou no IDAF até o ano 2000, quando teve que pedir exoneração, devido a um processo administrativo. Após ficar desempregado por um tempo, foi convidado por Luiz Paulo, então prefeito de Vitória, para trabalhar na PMV, participando da implementação do Parque da Fonte Grande. Em razão deste trabalho, foi convidado a participar de uma reunião do Movimento Pró-Parque da Fonte Grande, organizado por moradores do bairro Fradinhos, que reivindicavam que a PMV tomasse medidas em relação ao cuidado e à criação efetiva do parque. Nesta reunião, apresentou o andamento dos trabalhos de implementação do parque e envolveu os moradores neste processo, participando desde então da AAPFG – Associação dos Amigos do Parque da Fonte Grande. Leonardo foi vice-presidente na AAPFG, ocupou por quatro vezes seguidas a presidência, e atualmente é novamente vice-presidente. Além disso, representa a entidade no COMDEMA - Conselho Municipal de Meio Ambiente desde 2001.

Em 2003 foi convidado por Luiz Fernando Schettino, que assumia o cargo de secretário estadual de meio ambiente, para ser gerente de recursos naturais no IEMA, deixando, então, a PMV. Deixou o cargo em 2004 por motivos de saúde, quando sofreu uma intervenção cirúrgica, sendo posteriormente exonerado num processo de contratação de técnicos efetivos. Desde 2001 já vinha atuando paralelamente como professor em faculdades e em cursos de pós-graduação. Leonardo voltou ainda a atuar na PMV como técnico em outros momentos, tendo pedido demissão devido a discordâncias com relação a decisões municipais (em 2008, devido à decisão de construir um condomínio numa área de preservação do Parque da Fonte Grande; em 2012, diante da autorização do corte de árvores exóticas para dar lugar a um empreendimento imobiliário em outro local da cidade).

Leonardo foi aprovado num concurso como professor estadual, mas se viu novamente impossibilitado de trabalhar por motivos de saúde. Graças a uma negociação entre governo do estado e PMV, foi remanejado em 2014 para a PMV, onde atualmente trabalha com um projeto de turismo ecológico. Com a entrada para a PMV, abandonou uma coluna ambiental que tinha desde o começo do ano no

canal GV News a fim de evitar constrangimentos com a instituição. No que diz respeito a filiações partidárias, diz participar ativamente da articulação local para a criação da Rede de Sustentabilidade no Espírito Santo; e que já foi filiado ao PSDB, ao PPS – Partido Popular Socialista e ao PSB – Partido Socialista Brasileiro, declarando-se insatisfeito com essas filiações anteriores, uma vez que não foi chamado para participar efetivamente de sua organização⁶⁴. Seus pertencimentos ao longo de sua carreira ativista e sua inserção em órgãos públicos encontram-se representados na Figura 5.

Figura 5 - Trajetória política da L4 - Leonardo



3.2.5 L5 – Pedro

Pedro nasceu em 1964 em Aimorés (MG), e possui uma união estável há mais de 10 anos com uma fotógrafa, com quem tem dois filhos. Mudou-se para Vila Velha em 1979 com a família para estudar Eletrotécnica na Escola Técnica Federal do Espírito Santo. O irmão mais velho já cursava Engenharia Elétrica na UFES. Sem conhecer ninguém, inseriu-se na rede de amigos do irmão, que tinha uma militância política de esquerda na UFES. Na Escola Técnica começou a participar do movimento estudantil, ajudando a refundar o Grêmio Rui Barbosa. Logo começou a participar do

⁶⁴ Razão pela qual estes pertencimentos não foram representados na Figura 5.

“Partidão”, o PCB – Partido Comunista Brasileiro, que funcionava clandestinamente. Oficialmente, participava do PMDB, partido do qual foi liderança jovem.

Cada vez mais envolvido com política, Pedro não se identificou com o curso de Eletrotécnica, que acabou não concluindo. Naquele momento, terminou apenas o ensino médio. Em contato com uma série de militantes do Partidão do curso de Medicina da UFES, viu-se inspirado a tentar vestibular para o mesmo curso, mas, não tendo estudado suficientemente – “porque a gente fazia muito mais política do que estudava” (Pedro, L5) –, passou apenas para o curso de Biologia, que tinha assinalado como segunda opção. Em 1982, ano em que passou no vestibular, o PMDB obteve vitória nas eleições municipais em Vila Velha, e Pedro continuou a equilibrar-se entre política e estudos, passando a trabalhar na administração pública municipal – inicialmente na área de meio ambiente, e posteriormente como assessor no gabinete.

Foi estudando Biologia que se aproximou das questões ambientais, particularmente por meio de um estágio realizado no Projeto Tartaruga Marinha, em Regência (Linhares-ES), que contribuiu para voltar sua atenção para o Rio Doce, uma vez que é lá que a foz desse rio se localiza. Segundo conta, o estágio teria sido uma experiência “fantástica”, que teria “mudado sua vida”. No entanto, perdeu um pouco de interesse pelo curso, devido ao seu caráter cientificista, e, ao mesmo tempo, seu trabalho na política partidária demandava atenção, fazendo com que a Biologia ficasse em segundo lugar e, depois, com que deixasse o curso.

Em 1987, com uma mudança de gestão, Pedro deixou a PMVV. Em 1988, aos 24 anos e desejando ter formação superior, começou a graduação no recém-criado curso de Filosofia na UFES, com o qual afirma ter se compatibilizado. Nesse período, afastou-se da política partidária e dedicou-se aos estudos, formando-se em 1993. Foi também em 1988 que começou a delinear o projeto para a realização de uma descida ecológica⁶⁵ do Rio Doce. Juntou-se a um grupo de ambientalistas de

⁶⁵ Trata-se de uma metodologia de reconhecimento de rios em que os mesmos são navegados em caiaques a fim de que se observe seu estado de conservação. Em geral essas descidas são organizadas como grandes eventos abertos à população e com cobertura midiática, por meio dos quais há o objetivo de chamar a atenção dos governantes e de divulgar a importância da preservação dos corpos hídricos. No Espírito Santo, a ABC – Associação Barrense de Canoagem (com a qual o entrevistado possui estreita ligação) promove descidas regulares no Rio Jucu.

Vila Velha em 1989 para a criação do Grupo SOS Natureza, com o qual organizou a primeira descida completa do Rio Doce, que aconteceu em 1991. Para esta descida, que durou 22 dias, articulou-se com pessoas e entidades de outras cidades por onde passa o rio (articulação que recebeu o nome de Movimento Pró-Rio Doce); com o poder público (por meio, por exemplo, da SEAMA e do IBDF - Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal – precursor do IBAMA); e com o poder econômico, buscando apoio de empresas.

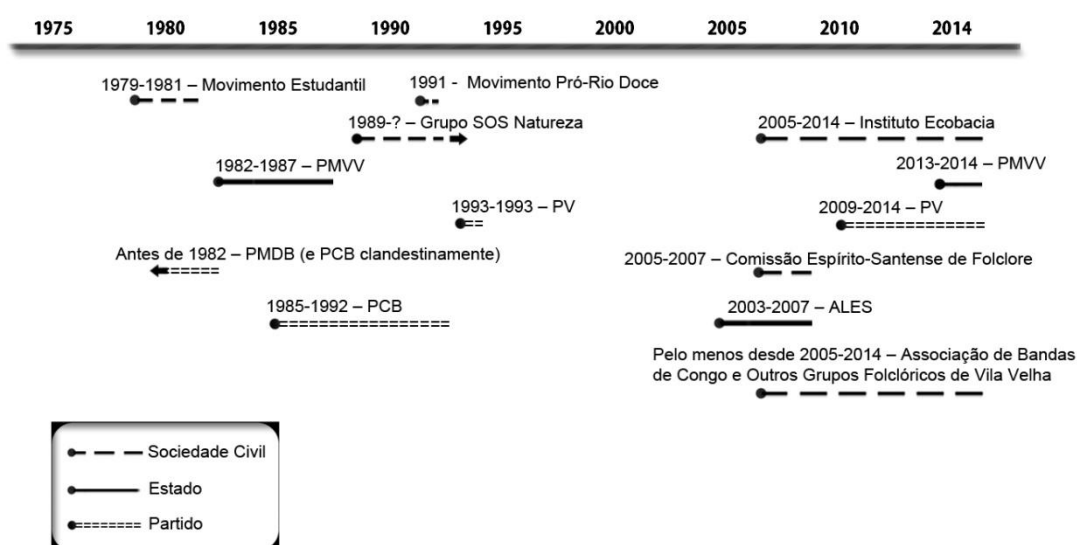
Iniciado este trabalho, os recursos hídricos passaram a ganhar centralidade na atuação de Pedro, que em 2002 foi contratado num convênio com a ANA para coordenar a mobilização para a formação e instalação do Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Doce. Em seguida, Pedro buscou apoio na ALES para rearticular a Comissão Interestadual Parlamentar de Estudos para o Desenvolvimento Sustentável da Bacia Hidrográfica do Rio Doce - CIPE Rio Doce⁶⁶, sendo contratado como assessor na ALES para esta função, exercida de 2003 a 2007. Em 2005, a partir da percepção de que outros rios, como o Jucu e Santa Maria, ainda não tinham comitê de bacia hidrográfica, criou o Instituto Ecobacia – ONG que desenvolve ações ligadas ao planejamento e gestão de recursos hídricos, ajudando, junto com a ABC, a organizar os comitês dessas bacias. Saindo da ALES em 2007, Pedro dedicou-se a organizar o Seminário Água 2008, evento que promoveu a eleição dos comitês de bacias dos dois rios e discutiu uma agenda para a política de recursos hídricos, e contou com a participação de representantes da Agência de Água Seine-Normandie (França). Desde então, por acreditar no bom exemplo daquele país, Pedro vem trabalhando para o estabelecimento de uma cooperação entre o governo do Espírito Santo e o governo francês. Em 2007 também iniciou o mestrado em História na UFES, sendo que sua dissertação teve como tema os processos de criação da lei brasileira de recursos hídricos. Durante vários períodos de sua trajetória o entrevistado trabalhou como professor em escolas e instituições de ensino superior.

⁶⁶ Que havia sido formada entre as assembleias legislativas de Minas Gerais e Espírito Santo em 1999 e encontrava-se desativada.

Pedro voltou à PMVV por meio do apoio à candidatura de Rodney Miranda (DEM – Democratas) à prefeitura em 2012. Com a vitória nas eleições, fez parte da equipe de transição de governo e foi nomeado secretário municipal de meio ambiente, cargo que deixou em setembro daquele ano para realizar o projeto da descida do Rio Sena (França) – projeto no qual trabalhava há anos e que recebeu bastante atenção da mídia, o qual tinha como objetivo observar as estratégias de recuperação adotadas naquele rio. Voltando, Pedro assumiu o cargo de subsecretário de governo e articulação institucional na Secretaria de Governo da PMVV, onde atualmente trabalha na implementação de um núcleo de drenagem.

No que diz respeito à vinculação a partidos, conta que, com a crise do PCB que originou o PPS – Partido Popular Socialista, não se refiliou ao partido. Ajudou a fundar o PV no Espírito Santo no início da década de 1990, refiliando-se em 2009. No entanto, apesar de continuar filiado, diz não ter relações com o partido, adotando até mesmo posições contrárias na política municipal e estadual. Pedro também desenvolve um trabalho cultural na cidade, participando de uma banda de congo local. Já foi representante do Ecobacia no CERH e da Comissão Espírito-Santense de Folclore no CONSEMA. Sua trajetória política foi sintetizada na Figura 6.

Figura 6 - Trajetória política da L5 - Pedro



3.2.6 L6 – Daniel

Mais novo que os demais entrevistados (todos atualmente na faixa dos cinquenta anos), Daniel nasceu em 1977 em Vitória (ES). Após ter iniciado o curso de Comunicação Social em uma faculdade particular (da qual saiu, devido ao custo financeiro), ele começou a estudar Geografia na UFES em 1999. Como já tinha amigos dentro do curso e gostava de questões de “reivindicação social”, desde que entrou na universidade começou a participar do CA e do movimento estudantil, chegando posteriormente a ser diretor no DCE por dois mandatos. Neste período, Daniel também participou ativamente de várias mobilizações organizadas por estudantes, por exemplo, acerca do aumento do preço da passagem de ônibus.

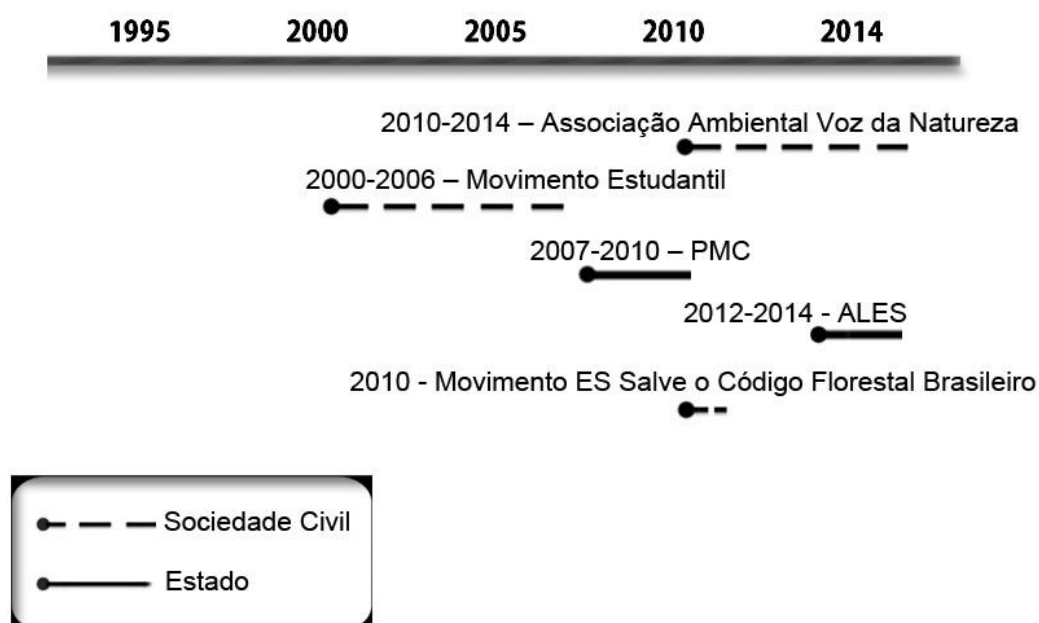
Formando-se em 2007, começou a trabalhar como técnico da Prefeitura Municipal de Cariacica – PMC na Gerência de Planejamento Urbano, desenvolvendo o Plano de Organização Territorial. Trabalhando com planejamento urbano, teve a oportunidade de aproximar-se de questões ambientais, em relação às quais, segundo conta, já tinha “certa militância”. Em 2008 iniciou o mestrado em Geografia na UFES e, para concluí-lo, saiu da PMC em 2010. No entanto, devido a alguns problemas o curso não pôde ser finalizado e o entrevistado passou cerca de dois anos desempregado, realizando apenas consultorias.

Em 2010 começou a se engajar na campanha contra mudanças no Código Florestal Brasileiro⁶⁷, apelidado de “Código da Motosserra”, articulando manifestações e discussões no Espírito Santo, principalmente pela internet. Chegou a entrar em contato com políticos, entre eles o então governador Renato Casagrande, a quem foi entregue um documento, assinado pelo Movimento ES Salve o Código Florestal Brasileiro, com apontamentos contra a alteração do código em um ato em frente ao Palácio Anchieta – sede do governo do estado. Por meio de um contato realizado com a ONG SOS Mata Atlântica, conheceu a Associação Ambiental Voz da

⁶⁷ Legislação que institui as regras gerais sobre onde e de que forma a vegetação nativa brasileira pode ser explorada, o Código Florestal determina que áreas devem ser preservadas e que regiões são autorizadas a receber diferentes tipos de produção rural. O primeiro código data de 1934 e sofreu modificações que o tornaram mais exigente. Sua última versão foi aprovada em 2012 (Lei 12.651/12), sendo objeto de intensos debates no Congresso Nacional, que reduziu a proteção ambiental das formulações anteriores.

Natureza⁶⁸, com a qual se uniu na campanha contra mudanças no Código Florestal, e da qual passou a participar, integrando ações e protestos, como a organização de uma caravana para Brasília para a participação num protesto nacional. Foi ainda por meio desta campanha (quando buscava entrar em contato com políticos para pedir apoio) que se aproximou de Cláudio Vereza, deputado estadual pelo PT, que, com a saída de um de seus assessores (a L1 – José), convidou Daniel para que ocupasse seu lugar. Assim, Daniel passou a trabalhar na ALES, representando o mandato do deputado junto a movimentos sociais, prestando assessoria técnica e buscando trazer demandas sociais e ambientais para serem discutidas nos espaços do órgão legislativo, atuando por meio da Frente Parlamentar Ambientalista do Espírito Santo. Paralelamente, o entrevistado também começou a representar a Voz da Natureza no CEC, atuando na Câmara de Patrimônio Ecológico, Cultural e Paisagístico. Seus trajetos enquanto ativista e dentro do poder público foram representados na Figura 7.

Figura 7 - Trajetória política da L6 - Daniel



⁶⁸ Entidade fundada por estudantes (em sua maioria biólogos e oceanógrafos) em 2003, que promove: pesquisas científicas, diagnósticos ambientais voltados para a conservação e gestão dos recursos naturais, e ações de educação ambiental; buscando, além disso, envolvimento em políticas socioambientais por meio da participação em conselhos, grupos de trabalho e fóruns de debate. Fonte: <http://vozdanatureza-es.blogspot.com.br/>, acesso em 29 de dezembro de 2014.

Conhecidas as trajetórias desses sujeitos, que, como pudemos perceber, se engajaram em lutas e participaram de entidades ambientais, também militando em outras áreas; e posteriormente, ou mesmo simultaneamente, ocuparam cargos públicos relacionados a esta temática, podemos passar agora, no próximo capítulo, à problematização dos engajamentos, dos trânsitos para o Estado e das consequências, nos casos estudados, desta inserção para as carreiras ativistas individuais.

CAPÍTULO 4 – MUDANDO DE POSIÇÃO: O INGRESSO DE LIDERANÇAS DE LUTAS AMBIENTAIS NO ESTADO

Após termos caracterizado o campo de desenvolvimento das lutas ambientais no Espírito Santo e realizado uma apresentação básica dos itinerários pessoais dos entrevistados (contendo informações acerca de sua participação e atuação em movimentos e entidades, em partidos políticos e como quadros do Estado ao longo do tempo), realizaremos, neste capítulo, algumas discussões que acreditamos serem úteis à compreensão da inserção dessas lideranças no Estado, das tensões produzidas em relação à militância e do impacto sobre suas carreiras ativistas. Para tanto, exploraremos como principal fonte de informação os relatos, avaliações e opiniões pessoais colocadas em entrevista pelos sujeitos cujas trajetórias estão sendo estudadas. As discussões seguem divididas em três partes. Na primeira parte, abordaremos questões referentes ao engajamento político e à militância. Na segunda, falaremos sobre como se deu a ocupação de cargos em órgãos públicos, e caracterizamos esta atuação pondo-a em relação com as carreiras ativistas. E, na última parte, realizaremos apontamentos a respeito das diferenças percebidas pelos entrevistados entre a atuação em entidades e movimentos e no Estado, buscando também apontar reorientações objetivas e subjetivas em suas carreiras.

4.1 Engajamento e militância

Todos os sujeitos entrevistados, com exceção da L6, iniciaram seu engajamento político – com relação às questões ambientais ou em outros campos do ativismo (político-partidário, estudantil, popular, etc.) – entre meados da década de 1970 e o início da década de 1980. Contexto, portanto, em que politicamente o país iniciava o processo de abertura política. Também é importante observar que, em nível estadual, este foi um período em que a Grande Vitória⁶⁹, recebeu grande contingente de migrantes originários do norte do Rio de Janeiro, do oeste de Minas

⁶⁹ Aglomeração urbana composta pelas cidades de Cariacica, Serra, Viana, Vila Velha e pela capital Vitória. De acordo com dados do Instituto Jones dos Santos Neves (2011), entre as décadas de 1960 e 1970 estes municípios sofreram um acréscimo populacional de respectivamente 156%, 88%, 60%, 123% e 60%.

Gerais, do Sul da Bahia e, sobretudo, do interior do Espírito Santo (IJSN, 2011). Esse fluxo migratório foi acompanhado por um intenso processo de urbanização e teve como uma das principais razões a mudança na estrutura econômica capixaba: com o enfraquecimento do setor agrário e da cafeicultura, houve uma reorientação da economia estadual, que buscou os caminhos da industrialização. Assim, foi marcante neste contexto histórico capixaba a promoção de Grandes Projetos de Impacto, que levaram à instalação dos parques industriais da CST (atual Arcelor Mittal), da CVRD (atual Vale), da Aracruz Celulose (atual Fibria) e da Samarco – indústrias que, com exceção das duas últimas, foram implementadas em um raio de apenas cerca de 100 km da capital, modificando o ambiente e as dinâmicas da Grande Vitória. Dessa forma, como podemos perceber, o período em que os sujeitos entrevistados construíram seu engajamento político foi marcado por grandes mudanças políticas, econômicas e sociais. Com exceção da L6, todos moram na Grande Vitória, mas são naturais de municípios do interior ou mesmo de outros estados; hoje estão na casa dos 50 anos de idade; e lançaram-se ao ativismo quando jovens. Nesta seção buscaremos “dar voz” a estes sujeitos, estabelecendo nexos entre as experiências de engajamento das diferentes carreiras e entre elas e os conceitos propostos pelas teorias.

Começaremos por Regina (L2), cujo relato oferece um bom retrato do contexto estadual:

Eu nasci em Santa Tereza, e meus pais, quando eu tinha 5 anos de idade, vieram para Vitória. Eram camponeses, né. Na realidade, eles eram meeiros. Não tinham terra. Viviam na roça. E meu pai, que trabalhava com construção civil, decidiu vir para Vitória. Aquela ideia, né, o processo de industrialização no Espírito Santo, ele acabou vindo para cá em busca de trabalho. E aí eu vim para cá. Hoje eu tenho 53 anos, eu nasci em 1961. Em 66 nós viemos para Vitória. Viemos para morar numa região de periferia (...) (Regina – L2).

Vivendo na periferia e sentindo a precariedade da acomodação nos espaços urbanos e a carência de políticas públicas, Regina engajou-se ainda adolescente nas CEBs e no movimento popular do bairro onde morava:

(...) eu participo de movimento social desde os 14 anos de idade. O fato de eu morar em (...) um bairro de periferia, com muitos problemas de infraestrutura e tal, eu comecei muito pequena. Eu ia muito à igreja, minha

família era católica e tal. E o fato de eu começar a ir muito à igreja, eu comecei a participar de um grupo de jovens, na época em que existia um movimento eclesial de base muito forte, organizado, no período da Ditadura Militar. Eu era muito pequena, e tal. Nesse período, eu comecei a militar em movimento eclesial. Pequeninha, ia, participava e tal. Desde então, eu nunca mais me distanciei de movimento social (...). Esse movimento resultou na criação, não fui eu, mas um grupo de pessoas, né, na criação de uma associação de moradores (...), que a gente fazia grupos por infraestrutura, por equipamentos comunitários durante muito tempo. E depois também esse movimento acabou fundando o PT (Regina – L2).

Foi o desenvolvimento desta militância eclesial e popular que a levou para a militância partidária, a qual proporcionaria futuramente sua inserção nos quadros do Estado (como assessora parlamentar e vereadora) e o contato com as questões ambientais, levando-a ao exercício de um ativismo na área:

(...) eu tinha um companheiro. Era uma figura, inclusive, Paulo Vinha. Ele foi assassinado. A gente era amigo dentro do PT e tudo. E ele acabava desenvolvendo algumas lutas e sempre me envolvia. E o fato de eu ser vereadora, ele sempre me chamava, e tal. Isso acabou me despertando, porque eu ainda não tinha uma visão acerca da questão ambiental. Não era uma questão para mim. Tinha coisas que me incomodavam, mas eu não tinha consciência sobre o problema. Não tinha, né, nenhuma formação técnica, profissional, nem teórica, nem política sobre o problema. Mas aí eu comecei a participar de alguns eventos. Ele era biólogo, fazia pesquisa e tal, muitas denúncias. E aí nós participamos de alguns momentos juntos nessas lutas ambientais. (...) Por causa disso, eu acabei participando. Tinha um grupo dentro do PT que discutia a questão ambiental. Eu comecei a fazer parte de eventos nacionais do PT. Ainda quando o PT estava naquele processo inicial de organização. Participei inclusive de uma luta, de um encontro de ambientalistas do PT, que aconteceu em Angra dos Reis. A ideia de você pensar um programa para o partido nessa área ambiental (Regina – L2).

Mais que um exemplo de militância múltipla, o caso de Regina revela proximidades e fluxos entre a participação em movimentos sociais e a militância partidária: se, de um lado, vemos que foi a participação em movimentos que promoveu a inserção e mesmo a participação no processo de criação do partido no Espírito Santo; observamos, por outro, que foi a partir da militância partidária e do contato com os colegas de partido que Regina começou a se interessar pela questão ambiental, à qual se dedicou posteriormente na Rede Alerta Contra o Deserto Verde (que também recebia apoio de mandatos do PT). Este é um caso em que a militância em movimentos e a militância partidária, apesar de possuírem lógicas distintas, não apresentam limites tão bem delineados afinal: vai-se de um campo de atuação para

outro, e a atuação política em ambos pode encontrar-se bastante imbricada, chegando mesmo a dificultar a identificação dos sujeitos envolvidos nos dois tipos de atividade de forma distinta (SILVA e OLIVEIRA, 2011) – ao mesmo tempo em que Regina foi descrita numa das entrevistas secundárias como alguém que se aproximou da Rede Alerta representando um mandato do PT, outros ativistas a caracterizaram como uma liderança ambientalista⁷⁰.

O engajamento político de Pedro (L5) também se iniciou na adolescência e também levou a uma militância popular e partidária. Tendo sido aprovado num exame para estudar na Escola Técnica em Vitória, ele se mudou com a família de Minas Gerais para o Espírito Santo em 1979. Em seu caso, o envolvimento com questões políticas teve como porta a influência de amigos e o movimento estudantil:

E aí passei na Escola Técnica naquela época. Passei para eletrotécnica. Meu irmão já estudava aqui em Vitória, meu irmão mais velho, e eu era o filho do meio. (...) tem algo que não está escrito aí no meu currículo, mas que é algo que eu tenho muito carinho na minha vida, é o fato de que eu tive uma formação política, uma participação política muito grande num período, assim, no fim da Ditadura. Desde 79, quando eu vim do interior para cá, eu acabei participando da refundação do Grêmio da Escola Técnica, Rui Barbosa. Meu irmão era ligado a movimento político de esquerda na universidade, um pouco por causa dos círculos de amizade dele. Eu, que saí da minha cidade natal, com 15 anos de idade, eu rompi, perdi todas as minhas amizades, ficaram para trás. E eu aqui fiz um novo círculo. Fiquei muito tempo, assim, congelado, sem novas amizades, mas aí o movimento estudantil me salvou nesse aspecto, porque me deu um novo círculo de amizades. E aí, no movimento estudantil, daí dele eu fiquei conhecendo muitas pessoas e caí num outro tipo de movimento político, que não mais estudantil, mas o movimento comunitário em Vila Velha. Eu era filiado clandestinamente ao Partidão, o Partido Comunista Brasileiro. Junto com uma série imensa de colegas que estão aí até hoje. (...) É uma lista fácil de conseguir no DOI-CODI⁷¹ (risos), está tudo lá! (Pedro – L5).

É interessante ressaltar o papel das redes de sociabilidade para o ativismo individual: em busca de amizades, Pedro obteve não apenas contato com outras pessoas, mas também acabou recebendo uma socialização política, compartilhando

⁷⁰ E atualmente se mantém ligada ao pessoal da Rede Alerta e às questões ambientais, e não mais ao PT. Ela conta que, apesar de permanecer filiada, afastou-se do partido por questionar “os rumos que ele foi tomando” ao conquistar o poder.

⁷¹ Destacamento de Operações de Informações do Centro de Operações de Defesa Interna, órgão repressor do regime militar.

da estrutura de significados do grupo e sendo introduzido à esquerda político-partidária. Vemos, dessa forma, que a inserção em redes de militantes e no ambiente político-estudantil da Escola Técnica foi fundamental para o desenvolvimento de uma militância que, assim como no caso de Regina, foi extrapolada para os espaços do bairro e do partido. O interesse pelas questões ambientais veio apenas depois, quando começou o curso de Ciências Biológicas na UFES – curso no qual chegou a estudar por acaso, uma vez que, também influenciado por amigos, tinha como objetivo estudar Medicina:

Então, eu, por influência um pouco desse povo, porque eu tinha muita ligação com (...) um pessoal muito ligado à base do Partidão da Medicina - DA da Medicina, né, o Diretório Acadêmico da Medicina -, então eu tinha muita ligação com esse povo. Aí “pô, vou fazer medicina também!”. Mas aí, na verdade, assim... com pouco estudo – porque a gente fazia muito mais política do que estudava -, acabei passando para Ciências Biológicas. Na época tinha a tal da segunda opção. Hoje em dia não tem mais isso no vestibular. Você faz um vestibular para um determinado curso, às vezes você não tem média suficiente para passar naquele curso, pode aproveitar caso você tenha média suficiente para o curso seguinte. E aí acabei passando, por um acaso total, tinha botado Biologia. E lá descobri, coisa maravilhosa, né? Por acaso caí dentro da Biologia e gostei muito do curso de Ciências Biológicas. (...) Foi lá dentro do curso. Foi uma ligação a princípio acadêmica. (...) Foi, por isso, um acaso tremendo. Né? Porque eu poderia ter passado no curso de Medicina e não ter... ou, por exemplo, não ter passado em nenhum dos dois cursos, e ter feito só política. E não ter me ligado à universidade naquela época. Mas dentro do curso de Biologia eu conheci pessoas e eu comecei a estudar o assunto. E eu comecei realmente a me aproximar do tema e fui descobrindo coisas. Então, a universidade me abriu um grande campo na vida. E foi de lá que começou, eu acho. (...) fui participar do Projeto Tartaruga Marinha como estagiário. Lá em Regência. (...) Passei um verão fantástico, maravilhoso, que mudou minha vida! (Pedro – L5).

Mesmo não concluindo o curso (no qual permaneceu de 1983 a 1985), Pedro participou posteriormente do Grupo SOS Natureza, que foi criado em 1989 e reunia ambientalistas de Vila Velha. Neste grupo, organizou e realizou a primeira descida ecológica completa do Rio Doce, em 1992. A partir daí, criou uma rede de articulação com diversos ambientalistas para a realização de outras descidas ecológicas de rios e para a discussão e implementação de comitês de bacias hidrográficas. Em 2005 transformou o Grupo SOS Natureza no Instituto Ecobacia – uma ONG especializada em recursos hídricos. A esfera dos estudos foi, dessa maneira, importante tanto para o seu primeiro engajamento (no movimento

estudantil da Escola Técnica), quanto para a reorientação dos rumos de sua carreira ativista (pensando o curso de Biologia e o ativismo ambiental).

A esfera dos estudos – em suas dimensões objetiva (das redes de relações sociais) e subjetiva (da percepção individual informada por essas redes de interações) (PASSY e GIUGNI, 2000) – desempenhou papel importante como impulsionadora do engajamento ativista não apenas na carreira de Pedro, mas na de todas as lideranças entrevistadas. Assim, as redes de sociabilidade que José (L1) construiu na universidade, quando começou a estudar Direito, foram fundamentais para que ele se inserisse no movimento cultural cineclubista e posteriormente na ACAPEMA:

(...) quando eu estava na universidade, eu entrei para o movimento cineclubista. E tinha um capixaba, que agora é presidente da Federação Internacional dos Cineclubes, que ele se elegeu em 80 presidente do Conselho Nacional dos Cineclubes. E aí em 81 nós fundamos a federação aqui e eu fui o primeiro presidente. E desde 79, quando eu entrei na universidade, que eu comecei a trabalhar com cultura e nunca parei. Em 78 eu tinha aprendido a tocar violão, então eu faço músicas, componho. Aí, há 6 anos atrás [sic] eu fiz um curta-metragem com esse meu compadre, colega, que era fundador da ACAPEMA, a gente era do cineclube, ele que me levou para lá. (...) aí a minha primeira mulher entrou e aí eu entrei junto também e comecei a militar com relação às lutas [da ACAPEMA] (José – L1).

A inserção na universidade foi decisiva para o engajamento ambiental de Antônio (L3) e Leonardo (L4), que se formaram biólogos. Para além da pura formação acadêmica, desenvolveram uma preocupação com a questão ambiental e uma militância na área. A partir dos conhecimentos técnicos, sustentaram um discurso de alerta com relação aos impactos que os processos produtivos geram sobre a natureza – isto num período em que a questão ambiental não possuía a legitimidade e a força que tem hoje:

Aí também, aí nesse período aí, a gente começou também a identificar coisas que eram (...) quase que sinônimo de desenvolvimento, que eram o progresso, né, que hoje a gente conceitua “desenvolvimento não-sustentável”, que não se sustenta ao longo do tempo. (...) a produção agrícola, por exemplo, era com base na pulverização de venenos que matavam os inimigos da planta, mas matavam também muito os inimigos naturais daquela praga. Eliminavam tudo de uma vez. E a gente começou a ver isso, e participei do primeiro movimento. Hoje a gente sabe, quer dizer, naquela época a gente tinha as influências dos movimentos internacionais

indiretamente. Porque isso que eu to falando, 1975, 1976, aí 77 a gente já estava fazendo os nossos movimentos na universidade. Mas a primeira conferência mundial sobre desenvolvimento e meio ambiente foi em 72, na Suécia, em Estocolmo. Que aí surgiram alguns temas, alguns temas muito contraditórios. O representante brasileiro disse que a poluição era bem vinda, que traria o progresso. (...) A gente sempre estava preocupado com o problema da poluição do ar, problema de lançamento de efluentes da Aracruz no mar, problema da expansão da monocultura do eucalipto, problema por causa do desmatamento. Porque as pessoas que a gente falava na época, que eu me lembro, conversando com amigos da família e tal, pessoas mais velhas [falavam] “meu filho, essa área a gente já desmata há muitos anos, não vai acabar isso não! Isso tem madeira aí para dar pro pau!”. Acabou. Acabou. O estado ficou com menos de 10% do seu território em floresta nativa (Antônio – L3).

Antônio fez parte do grupo de alunos do curso de Biologia da UFES que, como mencionado no Capítulo 3, promoveu eventos na metade final da década de 1970 debatendo e questionando os impactos do desmatamento, da eucaliptocultura, das atividades industriais, entre outras questões no Espírito Santo:

É, na universidade a gente começou a participar até... fizemos o primeiro simpósio de ecologia do Espírito Santo! Eu fui um dos organizadores, eu era o secretário. E eu entrei na universidade já para o movimento ecológico. E quem orientou esse primeiro simpósio de ecologia, foi um marco do ambientalismo no Espírito Santo, que foi orientado pelo Ruschi. O Ruschi é que sugeriu os nomes das pessoas que vieram aqui. Nomes importantíssimos. Até como José Lutzenberger, que era um grande ambientalista. (...) E aí desse seminário de 76 surgiram as semanas do meio ambiente. Fazia a semana da Biologia, que acabou virando semana do meio ambiente. A gente debatia basicamente questões ligadas ao meio ambiente. Foi aí que... é, eu posso te dizer que foram os precursores mesmo do movimento ambiental aqui no Espírito Santo. O Ruschi, e depois a gente, essa turma aí da Biologia (Antônio – L3).

Em seguida, Antônio integrou a AESB (associação de biólogos da qual foi secretário e presidente) e, junto com estudantes e profissionais desta e de outras áreas, ajudou a fundar a ACAPEMA em 1979, trabalhando na organização, entre outras ações, do protesto de 28 de novembro de 1979 na Praça Oito:

(...) foi num período em que nós recebemos uma informação de que o Espírito Santo sediará uma planta de reprocessamento de lixo nuclear, do projeto Brasil-Alemanha. A usina atômica iria para Angra, como foi. Já estava lá. E aqui no Espírito Santo nós iríamos processar o lixo atômico. Não ia nem gerar energia nem nada, ia ser um lugar de processamento de lixo. Aí um amigo meu que era engenheiro, que conhecia um dos membros

da Nuclemon⁷², que era um engenheiro da Nuclemon, o meu amigo recém formado, acabou confidenciando. Porque era assunto de segurança nacional. Ele acabou confidenciando (...). E aí ele espalhou para a gente e a gente espalhou para o resto da cidade. Então nós panfletamos, rodava isso em mimeógrafo na universidade, mimeógrafo a tinta, se borrava para todo o lado. E panfletamos, eu pichei os muros “abaixo a usina nuclear”. (...) eu que pichava, eu tinha carro, né? Eu tinha uma condição financeira boa, nessa época minha mãe já era médica, já tinha meio de renda melhor, eu tinha um carro já. E a gente saía com a latinha de tinta e pichava. Saiu até na capa da revista “Agora” – uma revista importante da época, não existe mais. (...) Acabei aproveitando os momentos, porque ia passar no Cine Paz, que não existe mais, que tinha ali em frente ao Forte São João, em frente à Praça Getúlio Vargas, ali na Beira Mar, na Avenida Beira Mar, em Vitória, e aí nós... estava passando o filme “Síndrome da China”. Um filme que falava sobre a explosão de um reator que atravessou a Terra. Isso era uma ficção que tinha na época por conta do perigo iminente de uma explosão nuclear. Depois disso, muito tempo depois teve Chernobyl e agora Yokoshima. Chernobyl na Ucrânia, né, a catástrofe do filme e depois na Ucrânia. Então a gente aproveitou, usou o momento, que tinha uma certa comoção, e panfletamos na porta do cinema. E na porta do cinema nós fomos filmados também pela televisão (...). E a gente distribuía em barca, tudo, no cais das barcas, e (...) fizemos o maior momento da história do Espírito Santo. Botamos mais de 12 mil⁷³ pessoas na Praça Oito! Se você pegar os 80 anos da Rede Gazeta, ela coloca isso como um dos dois acontecimentos mais importantes (Antônio – L3).

Segundo os dois biólogos, Augusto Ruschi teria sido uma figura inspiradora, sendo descrito com muita admiração por ambos. Antônio relata que uma palestra do cientista à qual assistiu teria contribuído para sua opção pelo curso de Biologia, e Leonardo conta que Ruschi produzia certo encantamento nos alunos para quem palestrava. No caso de Leonardo, que se formou em Biologia Marinha na UFRJ e veio para o Espírito Santo em 1981 estagiar com Ruschi, percebemos que houve a criação de um vínculo emocional e de uma influência que se refletiu em sua postura enquanto biólogo, caracterizada por um comprometimento com a questão da criação de parques e unidades de conservação:

E, vindo para o Espírito Santo, voltando para Vitória, eu fui com meu pai e minha mãe à Santa Teresa. E o Ruschi estava vivendo um momento emocional muito... vamos dizer assim, crítico da vida dele, que era a separação da mulher (...). E esse conflito gerou vários problemas dele com relação ao trabalho e, principalmente, na relação emocional com os filhos.

⁷² Nuclebrás Monazita (Nuclemon).

⁷³ Não há número confirmado de participantes dessa manifestação. Entrevistados e outros trabalhos acadêmicos apontam números diferentes: 8 mil, 2 mil e até 12 mil participantes.

Na época ele, um tanto quanto decepcionado com a trajetória dos dois filhos, (...) ele, na entrevista que eu fiz com ele, no bate papo, meus pais foram lá, e ele virou-se e, batendo nas minhas costas, falou “esse vai ser o filho que eu não tenho”. E isso... [o entrevistado se emociona. Lágrimas] desculpa. (...) Isso carrega a gente com muita responsabilidade, né? E a gente... eu lembro desse período, ao longo da minha vida a gente assumiu essa paternidade. E tentando fazer ali esse investimento, né, que ele fez na gente. É isso. (...) E daí a minha tese de mestrado ter sido na área voltada à criação de novas unidades de conservação. Seguindo, mais uma vez, uma trilha deixada pelo Ruschi, quando ele, em 1949, propõe a criação de 7 unidades de conservação no estado do Espírito Santo. Então, eu tenho clareza de que ele muito me inspirou e, a partir do conhecimento que eu tive do trabalho dele à medida que eu ia pesquisando, verifiquei que era um espaço muito importante na minha vida que eu poderia contribuir (Leonardo – L4).

As experiências obtidas durante o estágio e a influência de Ruschi repercutiram nos rumos posteriormente tomados nas esferas dos estudos, profissional e ativista de Leonardo, que teve como tema da dissertação de mestrado a criação de unidades de conservação no Espírito Santo; trabalhou na criação e gestão de parques e unidades de conservação quando biólogo do IDAF e foi professor em faculdades e cursos de pós-graduação sobre o tema; e que participa desde 2001 da AAPFG – que foi criada com o objetivo de acompanhar e pressionar para a implementação do Parque da Fonte Grande, em Vitória. Vemos, assim, que a carreira ativista de Leonardo esteve entrelaçada com sua formação acadêmica e com sua atuação profissional. No retorno do Rio de Janeiro para o Espírito Santo, ele buscou se envolver como biólogo nas discussões estaduais a respeito das políticas de meio ambiente, ligando-se à AESB e à ACAPEMA, associação da qual foi vice-presidente por dois mandatos.

Em 82. Junto com a ACAPEMA. Foi quando eu começo a atuar no IDAF, na época, o ITC. Havia aquele momento de transição da ditadura, as eleições para governador, foi eleito o Gerson Camata. E havia, então, o sopro de liberdade chegando para a gente de forma efetiva. Quando, então, as pessoas começavam a se organizar para traçar diretrizes políticas, eu diria, tanto nos feitos quanto inclusive na área ambiental. Nós tivemos, eu me lembro, foi quando eu conheci (...) a minha primeira esposa, a gente teve um momento no auditório da secretaria de administração no Edifício Fábio Ruschi, onde as pessoas se reuniram para traçar as diretrizes da área ambiental para aquele contexto. Eu acho que foi ali o primeiro marco que nós tivemos depois da ditadura de construção coletiva dos objetivos relacionados a meio ambiente. (...) E foi muito interessante, porque havia contribuições de pessoas que já militavam nessa área como técnicos, como profissionais, e deram contribuições importantes. E, se você comparar esse documento de 82, feito lá naquela ocasião, com o que a gente vê hoje, não tem muita diferença. A diferença está na falta de prática, ou seja, na falta de

implementação efetiva das ações que são ali delineadas em vários momentos. Participei de um outro momento depois, quando da eleição do Max, como governador, Max Mauro. Então havia essa mobilização da sociedade para participar. E na ACAPEMA, em 82, a briga principal era contra a CST e a Vale do Rio Doce por conta da poluição atmosférica. Uma das campanhas que a gente traçou naquela época era “não respire”. Ou melhor “respire fundo”. “Não respire fundo” – acho que era essa! Era o cenário de uma fábrica, a poluição e embaixo “não respire fundo”. Isso virou adesivo, virou plástico para colocar em carro, cartaz. Chamando a atenção das autoridades em relação à poluição atmosférica, que naquela ocasião era muito intensa. Tanto quanto é hoje, mas hoje houve uma evolução muito grande do ponto de vista dos equipamentos de controle da poluição atmosférica. Embora a gente viva numa cidade que, sem dúvida alguma, merece, eu diria, por parte dos políticos, uma atenção muito maior com relação à efetividade do controle de ações contra a poluição atmosférica (Leonardo – L4).

Sua trajetória pessoal fornece um exemplo a respeito de como a esfera profissional pode estar associada à esfera do ativismo, refletindo uma concepção militante da atividade profissional e da formação escolar, vistas como instrumento de intervenção política e social (OLIVEIRA, 2008a). Uma relação próxima entre essas esferas foi constatada também nas trajetórias do geógrafo Daniel (L6) e da assistente social (e atual professora universitária) Regina (L2)⁷⁴.

Bom, eu sempre fui militante. No início, na universidade, eu entrei na UFES em 99, 99/2, no curso de Geografia, aí já de cara, como eu já era amigo dos estudantes de Geografia, vários amigos meus tinham entrado na Geografia antes que eu, aí eles já no segundo período (...) me jogaram para dentro do CA, que tava sendo reativado. Um ou dois mandatos anteriores é que ele tinha sido reativado. Aí como sempre fui, gostei de questões... é... vamos dizer, mais de reivindicações sociais, sempre gostei de natureza, acabei caindo de paraquedas na Geografia (...). Hoje eu vejo que me apaixonei pela Geografia (...). Aí é legal, porque na Geografia você consegue... ela é bem abrangente, né? Apesar de a maioria virar professor – até acho muito digno, acho legal, deveria ser melhor reconhecido, né? Essa profissão – mas eu mesmo nem fiz a licenciatura, porque eu queria enfrentar um outro dragão, sabe. Queria botar a mão na massa. Igual aqui, na Assembleia, você pode mexer, fazer, influir na formulação de uma lei, chamar quem

⁷⁴ Apesar de, à primeira vista, José parecer encaixar-se bem nesta lista (em razão de sua formação como advogado com especialização em direito ambiental), ao longo de sua trajetória sua atuação como advogado ambientalista foi mais exercida como um trabalho voluntário que como uma profissão: “Com a questão ambiental (...) eu trabalho, até hoje! Só que é um trabalho, assim... que não é... se eu tivesse que sobreviver disso, eu tava ferrado. Eu tinha que trocar de profissão. Aliás, não é trocar de profissão, eu tinha que esquecer meu registro de advogado, porque na verdade o que paga as minhas contas não é isso, é o meu trabalho aqui [como analista de políticas culturais]” (José – L1).

entende do assunto para poder opinar... da sociedade, quem tem interesse nisso, né. Ou no executivo, onde você pode mesmo fazer outros tipos de ações diretas, né. Usando a Geografia. E a Geografia é legal, porque você pode ir para as questões rurais ou para as questões urbanas, que acaba sempre voltada para a organização do espaço, as questões territoriais, (...) cidadania e processos democráticos... então aí a gente se sente em casa. Meu espírito se encontrou na Geografia (Daniel – L6).

Tendo inicialmente se envolvido numa militância estudantil no curso de Geografia e no DCE, a fala e o olhar de Daniel são orientados pela compreensão de que a Geografia possibilita uma atuação prática (“botar a mão na massa”, “influir na formulação de uma lei”, etc.), por meio da qual é possível atuar de maneira transformadora. Compreensão semelhante aparece no discurso de Regina, que escolheu cursar Serviço Social justamente por entender que tal formação contribuiria para as lutas e movimentos populares nos quais se engajava desde a adolescência:

(...) toda a minha experiência acadêmica veio a partir da minha experiência militante. Eu vim fazer o Serviço Social na UFES, porque eu queria fazer Serviço Social. Porque eu queria, eu atuava com comunidade na época. Eu não queria fazer Medicina. Sabe, a coisa (...) [que as] meninas (...) querem? Eu não queria. Eu queria fazer Serviço Social. Então a minha busca pelo curso de Serviço Social tem a ver com a minha trajetória militante à época. Depois, quando eu fui fazer o mestrado, eu fiz porque eu militava no movimento feminista. O meu tema foi violência contra as mulheres nas relações conjugais. Eu queria discutir esse fenômeno da violência contra a mulher. Tem a ver com a minha militância no movimento feminista. Os estudos ambientais têm a ver com a minha presença mais intensa na Rede Alerta. E tudo isso foi me produzindo elementos para eu... surgiu o desejo de fazer o doutorado e aí eu falei “no doutorado eu quero articular meus dois campos de militância: meio ambiente e movimento de mulheres”. E aí discutir o impacto do eucalipto, né, da monocultura de eucalipto sobre as mulheres indígenas. Então toda essa minha trajetória militante acabou incentivando muito na minha trajetória acadêmica (Regina – L2).

Além de ter escolhido o curso em função da aplicabilidade à militância que desenvolvia na juventude, Regina orientou toda a sua vida acadêmica pelos temas trabalhados enquanto ativista nas lutas socioambientais e de mulheres. A importância de uma articulação entre formação acadêmica e militância foi ressaltada por ela em vários momentos da entrevista, e a prática profissional do assistente social no campo ambiental foi tema de um dos projetos de pesquisa desenvolvido com alunos:

Olha, eu vejo... bem, a minha vida, eu acabei fazendo esse movimento, né, vim para o mundo acadêmico, e isso acabou alterando muito a minha dinâmica. Porque aí você dá aula, tem que preparar aula, você tem que (...) coordenar pesquisa, você tem que coordenar orientação. É uma outra realidade. O quê que eu fiz para compensar essa minha ausência? Eu trouxe essa minha experiência para o campo acadêmico. Então, né, desenvolvi pesquisa com mulheres pescadoras, fiz um relatório, não sei se você viu, de direitos humanos? (...) A gente produziu um relatório de impacto em direitos humanos, muito legal, que foi uma solicitação do movimento de direitos humanos nacional e do CDDH⁷⁵ aqui. Foram feitos 4 estudos no Brasil e um deles foi feito no Espírito Santo. E a gente, eu coordenei o estudo. Aí eu tento dar essa contribuição no campo acadêmico, estimulando a pesquisa, sabe? Trazendo essas populações para dentro da universidade. Aqui na UFES eu não consegui fazer isso não. Porque eu cheguei, né, tô tentando fazer o pós-doc. Mas na EMESCAM⁷⁶ foi muito legal. Por exemplo, eu tenho alunos hoje que são militantes do Fórum de Mulheres. Uma hoje está atuando, inclusive, trabalha no Conselho Estadual da Mulher. Isso é resultante de projeto de extensão que a gente fez, de pesquisa. (...) Então, assim, a ideia é tentar trazer essa discussão para dentro da universidade. E também pensar que esses atores, eles podem estar aqui, né, essas pessoas podem estar aqui trazendo a sua experiência militante. Os alunos adoram. (...) E do ponto de vista mais amplo, por exemplo, eu acho que essa experiência me possibilitou trazer uma contribuição para o Serviço Social. O Serviço Social discute pouco a questão ambiental. Hoje nós temos assistentes sociais que atuam em relatórios de impacto socioambiental, fazem relatórios para empresas, mas não têm um instrumental teórico-metodológico para fazer isso. E aí às vezes não compreendem a questão ambiental. E aí a gente começa a trazer esse debate, não só eu, outros colegas, sobre como é importante o Serviço Social preparar esse profissional para ele entender de forma crítica a questão ambiental e não para ele corroborar com essa lógica de dominação (Regina – L2).

Nota-se em sua fala uma preocupação com o estabelecimento de uma relação entre a academia, a militância e a atuação do profissional de serviço social – que deve, em sua visão, ter contato com comunidades e grupos ativistas para que “entenda de forma crítica a questão ambiental”.

Uma análise geral a respeito do início das carreiras ativistas dos sujeitos entrevistados revela que, como sugerem os trabalhos de Passy e Giugni (2000) e Klatch (2000), o engajamento foi viabilizado nos casos em que outras esferas de vida (em especial a dos estudos e a profissional, mas também a das relações

⁷⁵ Centro de Defesa dos Direitos Humanos.

⁷⁶ Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia de Vitória.

peçoais de amor e amizade) tiveram proximidade com a esfera do ativismo, impulsionando essas atividades, inclusive para um engajamento político em outras áreas, organizações e temas. Dessa maneira, a militância e a inserção no meio estudantil (principalmente na universidade), e a formação acadêmica e profissional desempenharam importante papel para o início da carreira ativista dos entrevistados⁷⁷.

A respeito da proximidade da esfera ativista com a esfera dos relacionamentos pessoais, sublinhe-se que, entre as lideranças entrevistadas, José entrou na ACAPEMA logo após sua primeira esposa, que também era ambientalista, e que é amigo e compadre de um dos fundadores da entidade; Regina casou-se inicialmente com um militante do PT, e depois com um militante ambientalista; Leonardo conheceu a primeira esposa num evento sobre a política de meio ambiente no Espírito Santo, vindo a participar com ela da direção da ACAPEMA; e Pedro e Daniel foram em muito iniciados à militância devido à influência de amigos no ambiente estudantil. Para os que vêm atuando como ativistas de maneira duradoura é possível perceber que essas duas esferas estiveram articuladas: muitos amigos, “compadres”, namorados e cônjuges vieram dos espaços de militância. A fala de Regina é bastante ilustrativa, nesse sentido: “Os meus amigos eram os meus amigos da militância. O meu companheiro era o companheiro que eu conheci dentro da militância. Então, assim, era tudo muito junto. (...) a minha vida, ela se deu através dessa militância. Os meus amigos, os meus amores” (Regina – L2).

Outro ponto de relevância para a análise é que o contexto político e social do final da década de 1970 e do início da década de 1980 (já caracterizado no começo da seção) ofereceu um meio propício para o engajamento político dos sujeitos entrevistados⁷⁸. Vivendo num clima marcado pelas mobilizações contra a ditadura e a favor da participação política – caracterizado pela organização de movimentos

⁷⁷ Com exceção de Regina, que em princípio engajou-se nas CEBs e no movimento popular de bairro. No entanto, posteriormente entrou para a universidade, onde também participou do movimento estudantil. E, como já mencionado, é a partir da universidade que neste momento atua profissionalmente, buscando relacionar as atividades de ensino e pesquisa com sua militância. Assim, apesar de seu ativismo não ter se dado inicialmente a partir das esferas estudantil e/ou profissional, esta inter-relação foi sendo estabelecida ao longo de seu itinerário pessoal.

⁷⁸ Com exceção de Daniel.

sociais, entidades civis, pela atuação do movimento estudantil e pela reorganização dos partidos políticos – os entrevistados, então jovens e em contato com redes que alimentavam essas práticas e ideias, participaram desses processos de mobilização política e social. Inserindo-se em tais espaços de militância, alimentavam expectativas e interpretações diversas a respeito de sua atuação:

Ah, naquela época eu era muito imaturo. Muito jovem, muito, sei lá, sonhador e inocente, então eu acreditava muito que a gente ia poder transformar o Brasil numa pátria socialista, num comunismo, e não sei o que, alguma coisa desse tipo. Mas era muito incerto, assim. Eu tinha uma visão muito... a longo prazo tinha essa questão de jogar para o além essa ideia de um comunismo – o que era isso, não sabemos. Agora, a curto prazo tinha um inimigo muito na porta de casa, que era a questão da ditadura. De você não poder eleger, não poder se manifestar. Sabe? Vários amigos meus foram presos, eu tomei tiro. Tomei tiro no pescoço! Quase morri! (...) Da polícia! Mas não é certo que era da polícia. Até hoje não está certo. A gente estava fazendo uma pichação de muro, à noite, “abaixo a ditadura”, um cara apareceu e tal, não sei o que, e meteu o tiro em mim (Pedro – L5).

Embora todos façam menção às lutas contra a ditadura, o discurso “político” (ideológico, partidário) aparece de maneira mais destacada na fala de alguns que na de outros, que afirmaram a especificidade da luta ambiental. Para esses entrevistados, a expectativa era alcançar vitórias e avanços nesta área.

Aí depois alguns cursos, algumas pessoas foram adentrando [na ACAPEMA]. Inclusive na época tinham alguns colegas, eram ligados também porque era um momento muito político, então uma questão interessante era a questão política da universidade, era discutida sempre assim “é direita, é esquerda, e tal” e a gente se posicionava em relação ao meio ambiente. A gente tinha até uma identidade maior com os movimentos de esquerda (...). E a gente tinha um certo trânsito, até por uma certa liberdade para trabalhar, mais até do que alguns segmentos do movimento da esquerda, porque a ditadura não tinha, como se diz, um antígeno contra o ambientalismo, porque não existia antes. Não existia antes. Então era uma coisa, assim, que passava meio despercebida. Era um movimento de reação, né? Ao sistema, à situação que ali estava, mas uma reação que não era, digamos assim, enquadrada de imediato como uma subversão, como eram enquadrados aqueles que se contrariavam contra a ditadura militar. (...) Aí tem esse cara, o Freddy Guimarães foi o primeiro presidente [da ACAPEMA]. Freddy era mais ligado a movimento político, não ambiental. (...) A movimento que questionava sumiço de preso e tal, mais esquerda mesmo. Também juntava tudo isso. Mas ele era mais nessa linha, e nós éramos do ambientalismo e também aderíamos a outras causas, ao movimento contra a ditadura, né. Enfim. Nesse período o que mais marcou foi essa. Aí foi aí que (...) a gente consolidou a ACAPEMA. Aí na divulgação

da ACAPEMA o Freddy ganhou espaço e disse que um dos pontos era a questão de alguns posicionamentos políticos de esquerda, que não eram o posicionamento do grupo. A gente tinha um posicionamento específico (bate na mesa), que era a questão ambiental! A gente tinha isso muito claro. Então, quer dizer, a gente poderia até participar de um ou outro movimento ligado a outras causas, mas aquele movimento nosso ali era contra a usina nuclear (Antônio – L3).

Nesse sentido, uma tendência observada é que os entrevistados que tiveram uma experiência de contato e militância junto à esquerda acabaram trazendo, para além do discurso ambiental, mais elementos que remetem a uma expectativa de transformação social em suas falas. Estas experiências marcaram sua relação com a política e imprimiram suas características sobre a subjetividade dos sujeitos. Ao falar sobre seus projetos e sobre o papel da militância em sua vida, Regina considera que seu engajamento político foi fundamental para os rumos posteriormente tomados:

Eu ia para a escola, uma escola Rotary grupo escolar, pobre. Eu acho que os meus pais, o máximo que eles achavam, é que eu poderia talvez fechar primeiro grau e chegar ao segundo grau. No máximo. Não havia essa história. Para você ter ideia, eu tenho família por parte de mãe, primos e primas e tal, de classe média alta, mas, assim, eu sou uma das poucas que fizeram doutorado dentro da minha família. Porque, dentro da minha família – eu falo dessa família extensa, não dessa família nuclear: pai e mãe, e tal – as minhas irmãs, só uma conseguiu terminar o segundo grau. Então, assim, a militância, ela me fez perceber a importância disso. Então eu queria isso! Eu não queria casar e ter filho imediatamente. Porque aí é a ideia, né, de um projeto de uma menina, que vem de uma família pobre geralmente é esse: vai para a escola, estuda um pouquinho, e vai querer casar e ter filho. Meu projeto era estudar. E eu conheci meu companheiro, o meu marido, aqui, dentro da universidade, na militância partidária. Isso impacta minha vida de forma diferente. Para uma menina como eu, isso foi importante. Porque talvez, se eu não tivesse passado por esse processo, eu estaria hoje lá, né, com o primeiro ou o segundo grau. E vivendo essa vida, assumindo uma atividade cotidiana de sobrevivência, que eu acho extremamente digna, mas é muito mais opressora do que a minha dinâmica de vida, onde eu posso fazer pesquisa, criar, trabalhar com alunos, né, fazer o debate teórico, político, metodológico. Então eu acho que me possibilitou um crescimento nesse sentido. Então eu acho que esse é um aspecto importante. E acho também que essa ideia, e aí eu vou com Paulo Freire, sabe, essa ideia de que a participação social, ela amplia o seu nível de consciência sobre a realidade social. E aí você não precisa ir para a universidade para isso. As pessoas participam e, quando participam, elas refletem sobre a realidade, sobre as contradições dessa realidade. Por que que elas estão ali? Por que é que elas reivindicam? Por que é que há ausência de alguma coisa? Por que é que alguma coisa está errada? Então isso vai possibilitando, num processo coletivo, você pensar a realidade e querer transformá-la. E aí eu acho que isso é um ganho, um ganho importante. Porque você sai da condição de objeto, de pessoa que está

assistindo, para a condição de sujeito. (...) Então eu acho que, quando você tem um tipo de inserção social, isso altera, porque você começa a problematizar as coisas. Eu, por exemplo, hoje, meu filho, eu sou militante do movimento feminista, meu filho hoje, ele arruma a cozinha. Ele lava a louça, ele faz arroz. Minha mãe chega lá em casa e fala assim “isso é um absurdo, ele tá fazendo arroz”. Eu falei “se ele quer comer arroz, ele vai fazer arroz”. Entendeu? Essa dimensão eu tive a partir da minha militância. E provavelmente essa mudança de postura (...) vai mudar a relação que ele tem com a companheira dele. (...) Então, assim, eu acho que isso vai produzindo mudanças não só do ponto de vista da sua vida, no seu projeto de vida, mas no seu entorno. (...) Eu acho que isso é muito legal, assim. E aí não só de pensar a questão ambiental, mas em outras dimensões da sua vida, das suas relações afetivas, das suas relações profissionais, isso vai te criando, te comprometendo. Você fica indignado, você não aceita mais aquilo que é ditado, você questiona (Regina – L2).

Como a própria entrevistada avalia, a experiência do engajamento político foi decisiva para reorientar os rumos de seus itinerários pessoais tanto objetivamente (a profissão escolhida, o caminho acadêmico seguido); quanto subjetivamente, posto que, ao redefinir sua estrutura de significados, influenciou sobre sua maneira de interpretar e lidar com o mundo. A esses produtos de processos nos quais o engajamento e a carreira ativista acabam impactando os itinerários pessoais em outras esferas da vida, McAdam (1989) chama “consequências biográficas do ativismo”.

Ao analisar o ativismo juvenil no período de abertura e redemocratização do regime político brasileiro, Mische (2008) chama a atenção para o posicionamento de lideranças em múltiplos grupos: para a autora, os ativistas posicionados nessas interseções estavam colocados *in between* – entre um regime e outro; entre partidos e movimentos; entre a infância e seu futuro profissional. Relatando a multiposicionalidade desses ativistas, a autora observou a ocorrência de trânsitos e de participação paralela em diversas áreas de atuação política (partidos, movimentos sociais, movimento eclesial de base, movimento estudantil), refletindo uma situação também comum nas carreiras dos nossos entrevistados. Tendo se engajado ainda jovens em movimentos sociais (diretamente ou não em movimentos ambientais ou socioambientais), viram-se, com o avanço no curso de vida, tendo que iniciar sua vida profissional. Nos casos aqui selecionados, o desempenho do exercício profissional acabou ocorrendo repetidas vezes, ao longo dos itinerários pessoais, por meio da ocupação de cargos dentro do Estado. Trata-se de uma situação bastante particular, uma vez que as mesmas pessoas que desenvolveram

um ativismo, atuando como desafiantes frente ao poder político em vários contextos e situações, passaram a funcionários do Estado, trabalhando, de acordo com nosso recorte, com questões ligadas à temática ambiental – seja como assessores, técnicos ou gestores. Enquanto Mische (ibidem) enfatiza os trânsitos e interseções entre diferentes tipos de redes e organizações ativistas e os impactos sobre os perfis e estilos de comunicação dos indivíduos, colocamos em questão os trânsitos e interseções ocorridos quando sujeitos reconhecidos como lideranças ambientalistas passaram a atuar no Estado, tendo como objetivo observar os impactos eventualmente gerados para as carreiras ativistas objetiva e subjetivamente. As experiências individuais de inserção no Estado dos ativistas serão abordadas na próxima seção.

4.2 Inserção e atuação a partir do Estado

Nesta parte falaremos sobre como se deu a inserção e a atuação no Estado das lideranças entrevistadas, buscando abordar expectativas e avaliações a esse respeito. Buscaremos, também, observar se houve ou não articulação e continuidade do engajamento em lutas ambientalistas em relação à atuação a partir desse novo lugar. Nos casos de Regina e Pedro, que haviam tido uma ligação forte com o movimento popular e com a esquerda partidária antes de se dedicarem à questão ambiental, a inserção foi possibilitada pelos partidos dos quais participavam. Com as vitórias eleitorais obtidas, Regina passou a atuar como assessora parlamentar na ALES e Pedro como assessor na PMVV:

Eu fui assessora parlamentar, cargo de confiança do João Coser, durante muitos anos. Eu trabalhei na assessoria dele durante 16 anos. Então nesse período eu representava o mandato dentro da Rede Alerta, porque era o momento em que o PT tinha essa inserção social muito forte. O Coser, na história dele, João, ele morou no mesmo bairro que eu e nós participamos do movimento eclesial de base (...). Juntos, iniciamos o nosso processo de militância (...), eu tinha 14 e ele tinha 20 anos. E João Coser era militante de movimento eclesial, que ajudou a fundar a associação de moradores e o PT. (...) Então, quando ele foi eleito em 86 deputado estadual, foi o primeiro deputado do PT. Ele, acho que o Vereza e o (...) Angelo Moschen. E quando ele foi eleito, todo o processo de discussão era coletivo, e aí tinha que indicar alguém para trabalhar na assessoria dele. E aí uma colega que a gente queria que ela fosse, ela não quis ir. Ela estava saindo do Espírito Santo. Aí indicaram meu nome, aí eu fui trabalhar na assessoria do João Coser na Assembleia Legislativa, isso em 86, 87 (Regina – L2).

82 é o ano em que eu passei no vestibular de biologia. Nessa mesma época nós ganhamos a prefeitura em Vila Velha. O Partidão estava dentro do PMDB – o Partidão, o Partido Comunista, ele era clandestino -, e eu era o presidente do PMDB jovem. (...) Um jovem (...) de 18 anos. E a gente ganhou a eleição em Vila Velha, disputamos a eleição aqui, o nosso candidato era Vasco Alves. Que hoje em dia é uma pessoa muito recriminada e tudo mais, mas em 82 a gente nem tinha tido eleição para presidente ainda, então, assim, nós estávamos na redemocratização no Brasil, né. Ainda tinha eleição indireta, a Constituinte só veio em 86. Então, em 82 a gente conseguiu montar uma chapa e ganhamos a eleição com Vasco. Então, aquele grupo de universitários secundaristas que vieram para o movimento social em Vila Velha, tal, de repente eles se viram na prefeitura. Na maior cidade do Espírito Santo, Vila Velha, e com uma tarefa imensa para fazer, e com uma série de propostas bem inovadoras de orçamento popular, né. Então teve muita coisa interessante no mandato do Vasco. Depois acabou degradingolando, teve outras coisas. Mas, então, essa primeira experiência que eu tive com política municipal foi, então, há longínquos... em 82 (Pedro – L5).

Posteriormente é que se deu o contato com as lutas ambientais – contato que permitiria uma atuação com relação ao tema do meio ambiente dentro do Estado. No caso de Regina, como já mencionado, este engajamento foi produzido dentro do partido, quando conheceu pessoas que já tinham uma atuação na área, como o biólogo Paulo César Vinha. Assim, ela começou paralelamente ao exercício do mandato como vereadora em Vitória (1989-1992) a engajar-se na área e a participar do grupo ambientalista do PT, tendo integrado a Comissão Permanente de Meio Ambiente da câmara. Depois, como assessora parlamentar, representou o mandato de um deputado petista junto a movimentos socioambientais. Dessa forma, sua atuação no Estado foi construída de maneira articulada com a sua militância:

E, quando eu fui parlamentar, (...) eu fui relatora da Comissão de Sistematização da Câmara de Vitória, da Câmara Constituinte, em 1989. Porque, naquele processo, a Constituição Federal foi elaborada em 1988, foi aprovada em 1989. Em 88 eu fui eleita, aí assumi o mandato em 89, 90 e 91. E teve eleição em 92. Eu fui eleita e na câmara você iniciava, porque naquela época os municípios não tinham uma lei orgânica própria, né, era uma lei orgânica única para todos os municípios. E não se tinha muito claro qual era o papel que... até então a gestão da questão ambiental, os problemas ambientais na cidade, ainda ficavam sob a responsabilidade ou do governo federal ou do estado. O município tinha pouca autonomia para atuar com a questão ambiental. A partir dessa Câmara Constituinte, cada câmara elaborou a sua lei orgânica, então a ideia era que o município pudesse ter mais autonomia para atuar com os problemas ambientais da cidade. E aí eu acabei participando dessa comissão, que foi pensar a política urbana, a ideia de disciplinamento da cidade, quais eram as ações possíveis. E aí nós acabamos discutindo a questão ambiental nessa comissão, então eu fui relatora da Comissão de Sistematização (...). E

depois também participei, fui da comissão que foi pensar a política urbana em Vitória. E dentro da política urbana estava a questão ambiental. Né, dos problemas ambientais. Depois participei de uma comissão permanente de meio ambiente da câmara. Porque todas as câmaras têm suas comissões de justiça, de saúde, né? E eu fui da Comissão de Meio Ambiente. Então, assim, essa questão da discussão ambiental sempre estava nessa interface aí da minha atuação parlamentar (Regina – L2).

Como o PT apoiava as lutas socioambientais, a entrevistada afirma que foi possível conciliar a participação em movimentos com a militância partidária e a atuação a partir do Estado, considerando que a atuação nesses diferentes espaços não produzia “contradição”.

(...) como eu falei para você, às vezes eu ia representando mandato. Eu representava mandato dentro da Rede Alerta Contra o Deserto Verde. Então, no meu caso, assessoria parlamentar, dependendo da postura do parlamentar, hoje talvez isso representaria [um problema], porque Coser mudou muito a posição dele. Então talvez hoje isso representaria um problema. Porque quando eu o assessoriei, não. Porque ele fazia o apoio à luta indígena, tinha compromisso com o movimento (...). Então isso não produzia contradição nessa relação. Mas eu vivi, presenciei outros colegas que trabalhavam com assessoria parlamentar que viveram essa contradição. Porque o parlamentar apoiava os interesses de outros grupos em detrimento daquele grupo que estava na luta. Então acho que esse é um problema (Regina – L2).

No entanto, ela conta sobre momentos em que a gestão municipal do PT na PMV assumiu posturas contrárias a movimentos populares aos quais apoiava, afirmando que é preciso ter clareza sobre o que é mais relevante do ponto de vista pessoal. Traça, ainda, uma diferença no que diz respeito aos cargos ocupados: segundo avalia, como parlamentar, ela tinha uma autonomia maior em relação aos colegas que atuavam como secretários de governo – cargos em que há uma subordinação em relação ao prefeito ou ao governador.

Por exemplo, nós vivemos uma situação aonde Paulo Vinha, ele foi secretário de transporte, e os moradores do bairro da região de São Pedro queriam quebrar o monopólio do transporte coletivo. Porque ficavam reféns de uma única empresa de transporte. A prefeitura de Vitória do PT não queria, porque isso iria produzir um problema. Os empresários estavam pressionando a prefeitura. E eu apoiei. A gente fez a marcha junto com os moradores de São Pedro na câmara, na prefeitura, para pedir a quebra de

monopólio. Isso resultou, por exemplo, na exoneração de Paulo Vinha como secretário de transportes. (...) Isso acabou criando um problema, porque, né, o prefeito não gostou, o vice-prefeito não gostou. Mas aí isso, para mim, isso era inegociável. Entendeu? Mas, assim. Eu imagino que para um secretário de meio ambiente a situação é muito mais delicada. Paulo Vinha foi, fez a marcha, e ele foi exonerado. Então esses cargos de confiança, eles trazem um compromisso também muito delicado. E aí você tem que saber qual é o limite disso. Para estar ali, o que eu comprometo? Entendeu? Até que ponto eu negocio aquilo que eu acho que é fundamental, o que é principal, para mim. No caso de Paulo Vinha, ele não negociou. Ele falou “eu não vou deixar de apoiar essa luta, que eu acho que é justa, para me manter à frente de uma secretaria municipal”. Então, assim, eu acho que é importante o militante ter claro isso. Qual é o limite disso, né. (...) Mas, assim, também no parlamento você tem ainda essa relativa autonomia. Não é um secretário de município. Então tem essa diferença. Então, nos momentos de conflito, eu sempre tive muita clareza. É estressante? É. Há contradições? Há. Mas eu sempre tive muita clareza em relação à minha postura (Regina – L2).

Mais tarde, desaprovando a conduta do partido, ela se afastou e deixou a assessoria, ligando-se mais a movimentos sociais e dedicando-se à vida acadêmica e à profissão de professora.

(...) aí eu fui fazer o mestrado, aí eu falei que eu queria viver a carreira acadêmica. Aí eu comecei a dar aula, o que me possibilitou depois fazer o doutorado. Então eu acabei me distanciando, né. Ele [João Coser] também foi tomando outros caminhos dentro do PT e tal que eu não corroborava muito, achava... e acabei me distanciando. Aí também esse distanciamento me possibilitou uma visão mais crítica do próprio PT. Das mudanças que ele foi sofrendo no interior dessas relações de poder, né? E eu acabei me distanciando mais do PT. Por isso é que hoje eu não me sinto militante partidária, apesar de estar filiada. (...) por exemplo, o BNDES, na gestão do PT, fez um investimento altíssimo no grande capital. (...) os brasileiros, grandes empreendedores brasileiros, Friboi e tal, estão comprando os frigoríficos uruguaios. Então hoje a maior parte dos frigoríficos é de brasileiros, financiado pelo BNDES, que é dinheiro do Fundo de Amparo ao Trabalhador. Entendeu? Então, assim, é muita contradição. Então lidar com isso tudo não é fácil. É um Estado que financia. (...) E que, na realidade, pensar, por exemplo... melhorar as condições de vida ou resolver parte dos problemas ambientais brasileiros está cada vez mais difícil, porque com a extração do pré-sal, né? Do petróleo, a implantação de grandes empreendimentos, a ampliação da agroindústria... tudo gera impacto de toda ordem, inclusive impactos ambientais. Como lutar contra isso? Então, não é fácil (Regina – L2).

Já Pedro atuou em órgãos públicos trabalhando com a questão ambiental em duas ocasiões: como assessor técnico na ALES (2003-2007) e como secretário municipal de meio ambiente na PMVV, no ano de 2013. Em ambos os casos os cargos foram ocupados não devido à vinculação partidária, mas em função do engajamento do

entrevistado na discussão e promoção de ações no que diz respeito à conservação e gestão dos recursos hídricos. Na ALES, trabalhou reorganizando a CIPE Rio Doce – comissão reorganizada por iniciativa e sugestão de Pedro, que no ano anterior havia coordenado a mobilização social para a formação e instalação do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Doce:

Então, Foletto era o único [deputado estadual de um município da Bacia do Rio Doce]. E fui lá e falei, fui representar. Falei “Foletto, (...) eu estou querendo te propor o seguinte: você sabe que já existia uma comissão, e eu participei de várias reuniões dela, chamada CIPE Rio Doce?”. Aí ele “não. Quê que é CIPE Rio Doce?”. “CIPE é o seguinte, CIPE é: Comissão Interestadual Parlamentar de Estudos Sobre o Rio Doce. A Assembleia Legislativa de Minas Gerais e a Assembleia Legislativa do Espírito Santo formaram, em 99, e eu participei de várias reuniões dessas, porque estava no Rio Doce direto, via várias reuniões dessas... (...) só que ela está desativada desde 2000 e não sei quanto. E agora você está tomando posse aí, poxa, por que é que você não abre o olho para isso aí?” Ele falou: “é mesmo?”. (...) E ele falou “não, vamos fazer o seguinte” – aí daí a pouco tempo ele me chamou de novo e falou assim – “vamos formar a CIPE Rio Doce de novo e eu queria te chamar para você ser da Assembleia. Eu vou te contratar pela Assembleia. Para você ser, então, membro da CIPE. Para você organizar a CIPE aqui no estado” (Pedro – L5).

Suas atividades enquanto assessor na ALES permaneceram, então, ligadas à sua questão de militância, refletindo-se no desenvolvimento de algumas ações e projetos:

Nós fizemos um negócio muito interessante lá, (...) foi por minha interferência. Sabe? Um projeto muito interessante (...) chamado “Rio Doce limpo”. A gente fez um projeto muito interessante, fantástico para uma assembleia legislativa, envolvendo a Assembleia Legislativa do Espírito Santo e de Minas Gerais. Nós fizemos um trabalho para fazer um levantamento da carga poluidora da Bacia do Rio Doce, todas as cidades. Nós fizemos um levantamento (...) das 220 cidades, quantas cidades tinham alguma espécie de tratamento de esgoto. Havia algumas cidades que tinham só coleta, algumas tinham coleta e tratamento, algumas que não tinham nenhuma das duas. Quantas eram? Qual a porcentagem? E fizemos um plano para até 2010 ir abatendo essas cargas. Então, foi um projeto lindíssimo, que deu uma repercussão tremenda para a Assembleia, só que depois, né, é aquela história. Na verdade era até 2020 o projeto. Só que depois aí termina o nosso mandato lá, mas o plano ficou (Pedro – L5).

O entrevistado avaliou positivamente sua passagem pelo poder legislativo, e acredita ser possível influenciar as instituições por meio desse tipo de inserção no

Estado. No entanto, a realização do projeto, aliada à conhecida trajetória de atuação a partir da sociedade civil, gerou críticas por parte de colegas da ALES:

É interessante, porque... como é que é a passagem, né? Eu creio muito no poder que a gente tem como indivíduo de mudar as instituições. E é isso que eu acho que foi criticado. O que tinha sempre antes era o quê? A Assembleia Legislativa encampa a ideia gerada pela sociedade. Então, por exemplo, tinha um projeto bonito lá numa cidadezinha. A Assembleia vai lá e fala “oh, esse projeto aqui é muito bonito e tal, nós vamos dar um prêmio para o prefeito que executou”. Então, o que que é isso? É o poder legislativo encampando a ideia executada por alguém fora da Assembleia. E pela primeira vez, pelo menos quando a gente estava lá, a Assembleia Legislativa, ela foi a protagonista, ela fez o plano. Envolveu, é claro, vários segmentos (...). E esse plano, quando ele finalizou, o comitê do Rio Doce encampou esse plano como sendo seu plano. Ou seja: adotou aquele projeto. A sociedade adotou o projeto do poder legislativo, o contrário do que sempre acontecia. Então, por isso é que gerava essas críticas. “Oh, isso aqui não é ONG!” – me lembro muito bem desse diretor (...) da Assembleia Legislativa, está há muito tempo lá. “Isso aqui não é ONG! Você está achando o quê?” (...) Porque tem um ativismo que é inerente. Quando você vem de um trabalho de ONG, você quer mobilizar. Você está com uma ligação com a comunidade. E o poder legislativo, por exemplo, naquela época, ele tinha uma outra relação, de ser algo muito mais tradicional, de reunião de deputados, e eu tentava dar uma outra cara para a coisa (Pedro – L5).

Com o final do mandato e o desgaste de algumas relações, Pedro saiu da ALES, voltou a trabalhar como professor de filosofia em faculdades e passou a se dedicar de maneira mais forte aos projetos do Instituto Ecobacia, em especial à realização do Seminário Água, em 2008. Sempre desenvolvendo uma interlocução com o poder público, voltou a desempenhar funções públicas apenas em 2013, quando foi secretário de meio ambiente em Vila Velha. Neste período, conta que foi bastante criticado por ativistas:

Eu não sei por qual motivo, mas a minha convivência com as ONGs de Vila Velha não foi proveitosa durante o período em que eu fui secretário. Eu não tenho interesse em voltar a ser secretário de meio ambiente em nenhum município do Brasil. A minha convivência com eles não foi boa. Eu não serviria para ser um bom secretário. (...) Eu não sei se eles me enxergam como um cara vendido, porque, vindo de ONG, hoje eu estou dentro do aparelho do Estado. Eu acho que eles acham que eu estou vendido. Pode ser uma. Não sei, teria que perguntar para eles. Ou eles acham que eu não atendo aos objetivos deles. Mas eu acho que eu não agradei. Pelo menos a esses ambientalistas que eu conheço aqui de Vila Velha. Eu não fui agradável para eles. Então, assim, para a prefeitura eu acho que eu não provoquei um bem estando como secretário. Do ponto de vista das ONGs,

entendeu? Ou seja, daquele setor de onde eu vim. Não foi boa a convivência que eu tive. Nas reuniões do COMMAM⁷⁹... não foi boa. Eu acho que eles fizeram muita força para poder me mostrar que eu não deveria estar lá. (...) Então a postura foi muito desrespeitosa, especialmente de 3 pessoas. De 3 ou 4 pessoas que são de ONGs, tal. Que estão aí já. ONGs profissionais também, né? Pessoas que estão lá militando há muito tempo e têm seus interesses também. Pessoas que estavam nas administrações, que foram desalojadas e que por isso ficaram... ficaram... porque cada um também tem um motivo para ser aguerrido. Não é só ideológico. Entendeu? Então, não foi bom. Agora, para a administração, pessoalmente, eu acho que é bom para a administração ter um cara com a minha trajetória. Porque, de certo modo, quando eu dou uma entrevista em nome da prefeitura e as pessoas da cidade veem que é o mesmo cara que fez a descida do Sena, eles veem que a administração, ela tem uma relação, ela tem uma... entendeu? Um respeito por alguém que tem uma história também. Eu não sou uma pessoa que surgiu ontem. Você está vendo aí pela minha trajetória que é uma coisa que tem (estala os dedos), sabe? Uma caminhada de 30 anos de insistência, de trabalho (Pedro – L5).

Pedro deixou o cargo ainda em 2013, quando foi realizar a descida do Rio Sena pelo Instituto Ecobacia – projeto antigo que já tinha sido planejado anteriormente. Ao voltar, começou a ocupar o cargo de subsecretário de governo e articulação institucional na PMVV, no qual se encontra atualmente, e vem trabalhando na implementação de uma secretaria de drenagem em Vila Velha. Pedro continua alimentando o diálogo com governantes e com a Agência Seine-Normandie para a promoção de um convênio do governo estadual com o governo francês na política de recursos hídricos do Espírito Santo. No entanto, não se percebe mais como ativista ou ambientalista: diz que hoje é um quadro dos recursos hídricos.

Nós estamos querendo que o Espírito Santo faça uma cooperação com a agência de água do Sena. Então, de 2008, no final do governo Paulo Hartung, em 2010, ele criou um grupo de trabalho para propor a cooperação. Passou os 4 anos do governo Casagrande, isso não andou uma palha! Nenhum centímetro. Entendeu? Mas não tem problema, eu fui lá na França, eu fiz a descida, eu não deixei a peteca cair e a cooperação vai acontecer! Entendeu? Então, eu tenho tempo. Entre aspas. Ou seja. É até uma coisa interessante, porque eu fico muito satisfeito. (...) Então, assim, se tem uma coisa que hoje eu tenho orgulho, traduzindo para o francês, *je suis fièr de... de quoi?* De que, para uma pessoa que teve um início de uma trajetória tão segmentada... começa um curso de eletrotécnica e não termina, começa um curso de biologia e não termina - para uma pessoa que teve um início com essa fragmentação -, hoje eu tenho muito orgulho de ter uma conduta, de ter uma trajetória que, sabe... todo mundo para e eu continuo. Eu não queria que todo mundo parasse, né, obviamente. Mas, ou seja, eu sei que o tempo passa, o governante muda, e eu estou firme com a minha ideia, e eu sei que nós vamos ter... (Pedro – L5).

⁷⁹ Conselho Municipal de Meio Ambiente de Vila Velha.

Nos casos de Antônio e Leonardo, ambos biólogos, a inserção no Estado se deu pela via do trabalho como técnicos nesta área. Já em 1979, ano em que participou da fundação da ACAPEMA e ajudou a organizar os protestos contra a instalação da indústria nuclear, Antônio começou a estagiar na FEMA – organismo criado pelo governo do estado diante das reivindicações de caráter ambiental⁸⁰. Extinta a FEMA, passou a estagiar na SESA, no setor responsável pelos assuntos de meio ambiente, onde foi contratado como técnico. Desde então, teve uma trajetória ascendente, passando por cargos de chefia, sendo subsecretário na recém criada SEAMA (em 1988), e passando, no mesmo ano, a secretário estadual de meio ambiente – cargo por ele ocupado três vezes, em momentos e governos distintos.

[Contei] com a vantagem de ter vivido os vários estágios: fui coletor de amostra, fui estagiário, preenchi questionário dentro de 400 empresas, fiz cursos acadêmicos, cursos mais práticos, e quando eu exigia alguma coisa eu tinha noção do desdobramento daquilo dentro do laboratório. Montamos laboratório... eu montei a estrutura da secretaria, consegui convênio com o governo italiano, treinei técnicos na Itália, conseguimos equipamentos para montar o nosso laboratório em Cariacica. Nós invadimos. É uma área onde o INCAPER saiu de um laboratório lá, o INCAPER tinha um laboratório grande, mas resolveu descentralizar, levar para o interior as estruturas, e praticamente abandonaram uma área lá que a gente acabou ocupando. É área do próprio Estado, né? Mas tava ficando praticamente tudo depredado e a gente transformou aquilo num laboratório, isso existe até hoje, e depois serviu de base para a polícia florestal (Antônio – L3).

Assumindo o cargo de secretário de estado na SEAMA aos trinta e poucos anos, a gestão de Antônio realizou uma série de ações no combate à poluição e na regulamentação de atividades produtivas que estavam impactando negativamente o meio ambiente. Este período foi caracterizado por ele como uma época de muitos “enfrentamentos”.

(...) eu interdi a pedreira do elefante, que estava destruindo a Pedra do Elefante. Tive que brigar com Deus e o mundo. Tirei o garimpo do Rio Ibitirama, com helicóptero e tudo, tive que peitar o pessoal, tirar balsa de

⁸⁰ Sobre a trajetória de formação do órgão ambiental estadual no Espírito Santo, consultar o Capítulo 3.

garimpeiro de Minas Gerais, já estavam usando mercúrio na água. Fiz algumas ações que foram bastante impactantes, porque outros estados não tinham feito. Eu fui usando, achava que tinha todo o poder, né? Até por ignorância. 30 anos, secretário, cheio de vontade de fazer as coisas. Era tudo o que eu queria, né? E aí quando ele [o governador Max Mauro] viu que estava dando certo, a repercussão na opinião pública foi muito boa, ele foi me mantendo. E eu acabei ficando até o final do governo dele (Antônio – L3).

Mas uma das ações mais marcantes da SEAMA na época foi a paralisação de algumas das mais importantes indústrias da Grande Vitória: a COFAVI, a CST e a CVRD – que apenas voltaram a funcionar após se comprometerem com a adequação de seus equipamentos e atividades à regulamentação exigida pelo órgão ambiental.

(...) quando eu fui secretário pela primeira vez (...) tivemos vários enfrentamentos. Desde garimpeiro, com minerador, com a Companhia Ferro e Aço Vitória, que nós fechamos aqui (...) porque eles tinham uma poluição horrorosa em Jardim América. (...) Na época disseram que era uma interrupção definitiva, mas era uma interrupção curativa, até porque tinha muito... além de uma poluição horrorosa – você não sabe o que era aquilo. Você passava em Jardim América, era um núcleo vermelho. E aí ainda tinha um problema de saúde ocupacional e de segurança do trabalho. As panelas com aço a 1.800 graus, a 1.200 graus, passavam naquelas pontes rolantes, naquela fumaceira, ninguém enxergava nada. Tinha acidente, caía, matava gente. “Mas é normal!” – eles achavam aquilo normal, naquela época não se tinha... “é um acidente de trabalho, aconteceu, né? Fazer o quê?” e tal. E aí depois os próprios trabalhadores, até o diretor deles, eram a favor. Porque mudou o conceito da indústria. Porque a gente obrigou a fazer a sucção da fumaça dentro da própria panela. O trabalho ficou muito melhor. Então teve que instalar equipamentos, esse tipo de coisa. E depois fechamos a Vale e a CST. Só isso. Fechamos a Vale e a CST! Nós estávamos há um ano e meio discutindo, desde 88 até junho de 1990, discutindo com a Vale vários pontos: poluição, projetos, o que podia para cada um... estava para fazer um plano de compromisso. Quando estava na véspera de acontecer a assinatura dos termos de compromisso – as duas empresas eram estatais, não é? A Vale e a CST –, o ministro Bernardo Cabral ligou para cá. O presidente da CST, quando eu estava lá no escritório dele no dia anterior discutindo com os técnicos, com os técnicos da secretaria de meio ambiente e com os técnicos da CST os detalhes finais do termo de compromisso que seria assinado no Palácio Anchieta, já estava anunciado inclusive. E era um período também próximo ao de eleições, né, e eles tinham receio de que isso pudesse gerar um ganho para o candidato deles, para o candidato do Max, que era oposição ao candidato deles, apoiado pelo governo federal. E aí os assessores chamaram ele, ele saiu do escritório (...) e falou “Antônio” – ele chegou, assim, meio pálido, né -, “olha, vou te dizer um negócio. Eu fui chamado agora, fugiu ao meu controle, e eu não vou poder ir assinar lá amanhã”. Aí eu falei assim: “Bem, se fugiu ao seu controle” – liguei para o governador – “também fugiu do meu, então eu vou ligar para lá para ver o que a gente faz”. O Max falou “não, nós vamos manter a assinatura do termo no horário que estava para assinar, no

Palácio Anchieta”. Fomos para lá. Palácio cheio. A sala cheia. Naquela época parecia que as pessoas participavam mais do que hoje. E a gente dava muita informação para a sociedade, para que ela pudesse participar também. E aí o governador chegou, numa mesa grande assim, ele sentado na ponta, eu do lado. O secretário de justiça, estavam todos, o procurador geral do Estado, o procurador de Justiça. E ele falou para o procurador geral de Estado: “Nós podemos fechar a Vale e a CST?”. “Governador, não, e não sei o que, tá tá tá, não sei o que!”, perguntou ao procurador de Justiça. “E aí, Antônio, podemos fechar?” Eu falei: “Podemos, só que eu vou precisar do melhor advogado do Brasil”. (...) Ele falou: “quem é?”. Eu falei: “o Edson Guimarães”, que era promotor de Cubatão. Eu conheci essa turma toda. “Você tem o telefone dele?” Eu falei “tenho”. Peguei minha caderneta, porque eu só andava com cadernetinha, né? Não tava anotado em celular, nem tinha (risos). Aí ele falou “liga para ele”. Liguei (...). E ele anunciou lá. O governador anunciou no salão que ia fechar a Vale e a CST. Aí eu falei que tinha embasamento, conhecia tudo. Nessa época não tinha. Essas leis nossas tinham sido feitas com base na Constituição antiga, que não falava nem na palavra meio ambiente. Uma alínea da Constituição falava em bem estar da população. Saúde e bem estar. E daí derivava a questão do meio ambiente. (...) Foi uma comoção no estado, a imprensa toda impavorosa. E aí “fecha ou não fecha”, tinha gente apostando, jornalista e tudo. E aí quando ele chegou aqui nós mostramos ao Edson, ele viu e deu um embasamento para a gente. Só nos deu segurança para seguir em frente. [A CST e a CVRD ficaram fechadas por] uma semana. Até assinar o termo de compromisso. Eu fui lá para abafar o auto-forno. Fui lá com o chefe da casa militar. (...) A sorte é que deu tudo certo, a gente... o ministro, estava no governo Collor, o ministro da infraestrutura veio cá, ligou para o governador: “governador, você fecha a CST por uma semana, mas não fecha a Vale por um dia não, por causa da imagem internacional da Vale” e não sei o que. Aí o Max era muito tihoso “não, mas então vocês têm que assumir o compromisso aqui”. (...) [O compromisso foi cumprido] quase todo. (...) eram sistemas muito primitivos. Tanto na parte de ar como de água. Jogava tudo praticamente no rio. E aí foi o primeiro grande movimento. Houve uma redução bastante infantil. Depois, em momento subsequente, ampliamos a capacidade aqui na Grande Vitória e não aumentamos a poluição. Hoje você controlando uma produção mais elevada, você tem uma emissão normal, mas ela continua existindo (Antônio – L3).

À medida que passou a atuar como biólogo do Estado, Antônio conta que foi se afastando da ACAPEMA e deste tipo de ativismo ambiental. Considera que ao trabalhar no Estado e ao ajudar a construir a política estadual de meio ambiente estava “militando na prática”, e que alguns discursos de seus antigos companheiros começaram a soar um pouco “infantis”.

[Parei de participar da ACAPEMA] quando eu comecei a trabalhar mais tecnicamente dentro da Secretaria de Saúde, quando a gente já começou a praticar, né. (...) Mas ali também a gente já estava desempenhando uma função no governo. Eu colaborava com eles, demais. Quando você tem a oportunidade de fazer alguma coisa, né. E a gente começou a trabalhar. Fizemos a primeira proposta da primeira lei de meio ambiente. Eu fui autor

dessa minuta, da primeira lei de meio ambiente, junto com outros companheiros lá do Departamento de Ações Ambientais. Então a gente começou a militar na prática. Começamos a preencher os espaços que a sociedade tinha e que não estava ocupando, pela questão ambiental, pela gestão do meio ambiente. Aí começamos a falar que as empresas que viessem para cá teriam que se licenciar, ter a licença ambiental. “Ai, que absurdo! Para quê?” E começamos também a trabalhar as empresas que já estavam implantadas, o que elas tinham que fazer para controlar o seu processo de produção, para não emitir poeira para o ar, não jogar água poluída (...) nos rios. Como eu tinha esse espaço, eu trabalhava menos na ACAPEMA. *Às vezes eu ia para a ACAPEMA, eu ouvia umas conversas já meio infantis. Porque a gente já estava desenvolvendo como governo. Não é porque é governo que vai ser reacionário.* Então a gente tinha uma oportunidade dentro do governo de estar influenciando. Mesmo sem recursos, sem estrutura, mas um processo de convencimento muito grande. A gente também tinha a capacidade de gerar atenção da mídia para aquelas questões que a gente levantava, então isso nos dava força. E aí a gente ganhava espaço na sociedade e até mesmo lá dentro da estrutura do governo. A gente ia conquistando isso, né. Algumas coisas eram vistas como uma espécie de subversão. Naquela época, se você reclamasse demais, era subversivo reclamar do Estado (Antônio – L3).

Assim, Antônio saiu da posição de ativista do movimento ambiental para a de gestor público de meio ambiente. Apesar desse início marcado por enfrentamentos e de ter continuado a lidar com questões ambientais enquanto quadro estatal, sua atuação não se deu mais como ativista (havendo mesmo atritos com ambientalistas, inclusive de redes das quais costumava participar), e sim a partir do novo lugar que passou a ocupar. Ao longo de sua trajetória como secretário e subsecretário, sua atuação foi bastante questionada por ambientalistas em uma série de situações, nas quais foram relatados casos em que licenciamentos foram aprovados sem estudo de impacto ambiental adequado, entre outras críticas⁸¹. Mesmo reconhecendo que trabalhar no governo pode implicar em assumir posições conflitantes, ele considera positiva sua experiência no Estado e se diz orgulhoso de ter participado dos processos de construção da política de meio ambiente no Espírito Santo.

Olha, eu participei dessa história toda aí, né. Não tenho como ocultar isso. Porque posso te dizer que na vida ambiental do Espírito Santo de 1976 para cá eu tive uma participação muito grande. Até o momento em que fui secretário de ambiente pela última vez, em 2001, né, o último período. E

⁸¹ Para citar apenas um caso, data de sua gestão uma ação popular movida por Regina e um colega (representando a Rede Alerta), com assessoria de José, contra o programa Fomento Florestal 2 da Aracruz, cujo licenciamento permitiu a expansão da empresa na época e que, de acordo com os entrevistados, teria sido aprovado sem estudo de impacto ambiental prévio.

depois na área de desenvolvimento econômico, participei desses debates, na área política, e agora também com a TV Ambiental, onde a gente está sempre discutindo temas ligados à área ambiental. (...) [P]ara mim foi uma glória eu ter conseguido ser a autoridade máxima no estado na minha área. Por três vezes né? Com 3 governos, 3 partidos diferentes, 3 concepções diferentes. E também fui participar de mais dois governos, um municipal e outro federal, na área de desenvolvimento. Isso foi legal para mim, foi muito interessante. Agora, financeiramente não é uma coisa que seja muito pop, porque secretários de estado trabalham muito, não têm possibilidade de se dedicar às outras coisas... ter até têm, mas eu me dedicava exclusivamente a isso. E também *é uma posição sempre muito conflituosa, ser governo*. Não é uma atividade fácil, ainda mais para quem quer fazer as coisas absolutamente corretas (Antônio – L3).

Como mencionado, Antônio ocupou ainda o cargo de subsecretário de desenvolvimento econômico nos níveis estadual e municipal (em Vitória). Atualmente atua como biólogo no INCAPER e considera exercer uma “militância” no canal TV Ambiental, do qual é diretor e responsável.

No caso de Leonardo, a atuação como biólogo no ITC/IDAF foi possibilitada graças ao intermédio de um parente. Foi dentro do órgão que foi incentivado por um dos diretores para fazer mestrado em Ciência Florestal. Esta formação acabou por reorientar sua área de atuação, uma vez que sua graduação havia sido em Biologia Marinha e, anteriormente, tinha como objetivo trabalhar neste campo. Ao longo de sua trajetória, trabalhou na criação e gestão de vários parques e unidades de conservação – atividade por ele compreendida como uma continuidade da militância aprendida com Augusto Ruschi durante seu estágio. No entanto, Leonardo relatou que houve situações de conflito com colegas do IDAF:

(...) além de ser o único biólogo do órgão – os outros eram engenheiros florestais e engenheiros agrônomos -, a gente literalmente colidia muitas vezes nas diferenças de opinião com o tratamento particularmente com relação à questão de incêndios e derrubadas de florestas para avanço das fronteiras agrícolas. E os meus colegas muitas vezes discutiam comigo por conta dessas diferenças de opinião, de tratamento com relação à questão ambiental (Leonardo – L4).

Um conflito com a instituição foi criado quando, ao voltar do mestrado, foi convidado a dar entrevista para um jornal a respeito de sua dissertação, que tinha como tema as unidades de conservação no Espírito Santo. Nesta ocasião, a matéria expressou uma crítica à atuação do IDAF, criando problemas entre Leonardo e o órgão.

(...) eu tinha voltado do meu mestrado, na ocasião eu fiz um diagnóstico da situação histórica da criação das unidades de conservação, e um jornalista me pede, então, uma entrevista para falar sobre isso. Eu pedi autorização ao meu diretor, ele falou que eu pudesse fazer a entrevista desde que eu falasse tanto das coisas boas quanto das coisas ruins, sem nenhum problema. Mas que eu não esquecesse as coisas boas do órgão também. E assim eu fiz essa entrevista (...). Capa de jornal no domingo d'A Tribuna dizendo que o Estado era responsável pelo descaso com relação aos parques. Só que essa matéria era um recorte dentro de um cenário histórico. E esse processo de descaso aconteceu fundamentalmente na ocasião quando o Ruschi, como eu falei para você, em 49, propõe a criação de 7 unidades de conservação, das quais somente quatro se consolidaram. Mesmo assim em áreas muito reduzidas. 3 literalmente desapareceram e as outras 4 tiveram suas áreas reduzidas, sabendo que o estado era detentor da responsabilidade de conceder ou não a titularidade dos posseiros e proprietários no entorno dessas áreas. Então o estado era responsável, dentro do próprio órgão, por essa destinação inadequada. Essa situação, então, histórica, não se repetia naquela ocasião, embora tivesse historicamente havido, relativamente recente, uma situação dessa natureza em relação à reserva de Comboios, que foi criada com 10 mil hectares aproximadamente, 1.960 hectares, e ela chegou a ser reduzida a 330, 336 hectares. E era uma área extremamente importante para a desova das tartarugas marinhas. (...) E a matéria de jornal, que saiu no domingo (...) foi motivo para o meu diretor me ligar no domingo e falar para eu aparecer no IDAF na segunda-feira de manhã, que eles teriam uma reunião muito importante comigo. (...) Quando eu cheguei em [sic] Vitória, por volta de umas 3 para 4 horas da tarde, entrei dentro [sic] do IDAF. Na época eu acho que era ITCF, não era IDAF. O meu chefe imediato (...) passou por mim, passou a mão assim no pescoço falando entre gestos que eu estava sendo degolado, que os técnicos tiveram uma reunião com a diretoria do órgão e estavam pedindo a minha cabeça. Aí eu virei para ele e falei: "e sem me dar a oportunidade, então, de eu explicar nada vocês estão pedindo a minha cabeça?" (Leonardo – L4).

A situação foi agravada por um acaloramento nas discussões, fazendo com que o entrevistado fosse suspenso do órgão. Tempos depois, com a ocorrência de um processo administrativo, ele negociou sua exoneração. Foi, então, atuar como biólogo na PMV, cargo ocupado graças a uma ligação com o então prefeito Luiz Paulo Vellozo Lucas (PSDB), a quem conheceu na SESA⁸². Neste período, trabalhou na implementação do Parque da Fonte Grande, quando atuou como mediador entre a prefeitura e um grupo de moradores que estava articulando questionamentos e críticas em relação ao descaso com o parque.

⁸² Secretaria à qual o IDAF é subordinado e na qual Luiz Paulo ocupou o cargo de secretário de estado.

Isso foi em [2001], quando eu estava trabalhando na Prefeitura de Vitória, com um projeto aprovado pelo Fundo Nacional do Meio Ambiente do Ministério de Meio Ambiente para a captação de recursos para a implantação das estruturas do Parque da Fonte Grande. Isso foi em 2001, que foi criado em 85! Ou seja, 15 anos. E em 96 houve um convênio que repassa a atribuição da gestão do parque para o município, mas que ficou entre aspas parado 5 anos. Com pouca coisa efetivamente sendo feita por parte do município. Surgiu à frente do movimento que veio a criar o Parque da Fonte Grande um dono de posto de gasolina, que (...) começa, então, a reunir pessoas para questionar: “por que é que o município não está fazendo nada em relação ao Parque da Fonte Grande?”. Ele olhava diariamente para a Pedra dos Dois Olhos, sabia que aquilo fazia parte do Parque da Fonte Grande, via coisas acontecendo... negativas, incêndios, queimadas, e, enfim, nada acontecendo do ponto de vista da gestão, e criou, então, o movimento pró-Parque da Fonte Grande, Amigos do Parque da Fonte Grande. Nessa ocasião eu já estava com o projeto aprovado, né, e fui convidado, então, para uma reunião dessas. Foi quando, então, eu cheguei e falei “olha, eu acho que muito mais do que vocês criticarem agora, vocês têm a oportunidade de participar e de acompanhar o processo de implantação do parque. Nós temos um projeto aprovado, com recursos garantidos e a prefeitura está dando apoio”. Resultou na primeira caminhada ecológica, onde Luiz Paulo foi homenageado pela Associação dos Amigos do Parque da Fonte Grande com um emblema, com um troféu de vidro, como “amigo do Parque da Fonte Grande”. E isso a gente fez para várias pessoas que tiveram contribuição efetiva para fazer a unidade de conservação funcionar. *Então, você vê, se eu não tivesse sido convidado para essa reunião, teria sido criada a entidade com um vínculo já desde o início, vamos dizer assim, contra a falta de gestão por parte da prefeitura e do estado. Na hora que eu chego dentro da entidade e mostro que a coisa está acontecendo, a forma como ela foi criada e a forma como se desenvolveram as etapas seguintes foi de parceria* (Leonardo – L4).

A atuação de Leonardo (que se envolveu a ponto de participar efetivamente da associação criada por esse movimento – a AAPFG, da qual é atualmente vice-presidente e representante no COMDEMA) foi fundamental para o caráter da relação estabelecida entre OMS e Estado. No entanto, em outros momentos nos quais atuou na PMV, o biólogo entrou em conflito com a gestão da SEMMAM – Secretaria Municipal de Meio Ambiente, da qual pediu exoneração por duas vezes por considerar impossível uma conciliação entre suas posições individuais como ambientalista e as decisões do órgão.

Mas nunca deixou de haver, em momentos necessários, o devido questionamento pela falta de postura por parte do poder público, do que deveria fazer e não fez. Foi o que aconteceu enquanto eu era presidente da entidade, no Conselho de Meio Ambiente, e teve no governo do [prefeito João] Coser dois secretários de meio ambiente que pouco ou quase nada fizeram em relação às unidades de conservação do município. Fazendo

com que eu, de uma forma muito combativa no COMDEMA, batesse de frente contra os secretários de meio ambiente. (...) E que por diversas vezes tivemos discussões seríssimas (...). Não só com o próprio secretário, como também com relação a outros colegas que representavam o poder público. Foi o caso, por exemplo, do momento em que foi proposto pelo poder público, na gestão do Coser, a construção de um loteamento com 160 unidades habitacionais na região de Fradinhos. E isso levou a um embate, que se transformou depois num pedido de saída da entidade. Protocolamos a saída da entidade [da AAPFG] do COMDEMA e o meu pedido de desvinculação do meu cargo, que na época trabalhava no Projeto Terra, como educador ambiental, para sair da prefeitura. Então, há momentos, como eu to falando, que é possível conciliar, e há momentos que, dependendo da sua trajetória, da sua coerência, do seu nível de coerência, você se vê imprensado. Submetido àquela situação ou não. A segunda vez em que eu peço demissão, e aí já fui chamado para coordenar o setor de unidades de conservação da prefeitura na gestão da última secretária, a Sueli Tonini (...). Viu minha atuação como ambientalista, eu voltei na gestão do secretário anterior – que me foge o nome aqui agora -, e via que eu estava ali criando situações de conflito. Não porque eu queria criar situações de conflito, porque as situações existiam e a gente, *enquanto ambientalista*, não concordava com elas. E ela me chama, então, para assumir a coordenação, querendo fazer com que as coisas acontecessem. “Olha, Edson, em vez de você ficar batendo, por que você não me ajuda a construir?”. Eu falei “eu aceito o desafio, agora, eu deixo claro para você que, enquanto a gente puder construir, eu vou continuar construindo com você. Agora, se em algum momento eu entender que não é possível, você pode ter certeza que eu vou continuar criticando aquilo que está sendo feito aqui”. Foi quando, então, ela, junto com o IDAF, autoriza o corte de quase um hectare de vegetação nativa e exótica ao lado da reserva ecológica do Itapinambi, ali próximo ao Hospital Infantil, para a empresa que é dona do Shopping Mestre Álvaro, de um outro shopping lá em Vila Velha, uma empresa muito poderosa que queria construir mais algum empreendimento imobiliário ali. Eu, enquanto coordenador, não concordei; meus técnicos, que estavam subordinados a mim, não concordaram com o desmatamento; e mesmo assim ela passou por cima e permitiu que fosse cortado. Não tomei conhecimento no dia, no outro dia eu fui lá ver o que tinha acontecido e de lá mesmo eu liguei para o meu subsecretário, o Ronaldo, e falei “olha, Ronaldo, eu queria te avisar que eu estou aqui vendo o que estou vendo, estou denunciando o que está acontecendo aqui, e estou te avisando que segunda-feira eu estou pedindo demissão do meu cargo”. E assim eu fiz (Leonardo – L4).

De forma semelhante a Regina, que demonstrou uma preocupação em atuar no Estado enquanto essa relação não produzisse uma “contradição” com sua militância, Leonardo afirma que “o grande desafio do ambientalista é conseguir sobreviver enquanto profissional e, ao mesmo tempo, (...) ter sua trajetória com coerência marcada”. Nesse sentido, demonstra que a esfera do ativismo e a esfera profissional podem, apesar de estreitamente relacionadas, estar tensamente colocadas em contextos e situações como as que foram relatadas. Ser ambientalista e estar no Estado é assumir uma posição dupla, tarefa que não foi desempenhada sem algumas dificuldades. A tensão proveniente dessa dupla vinculação pode levar a

conflitos explícitos e a rompimentos – e, nos casos aqui reproduzidos, o rompimento se deu com o órgão público no qual a liderança atuava. Outro rompimento que expressa a existência de tensões entre a atuação de Leonardo como ambientalista e como funcionário da PMV aconteceu quando, ao voltar a trabalhar na PMV em 2014, optou por abandonar uma coluna ambiental que tinha num canal de TV. Compreendendo que neste papel teria que eventualmente realizar críticas ao poder público, ele decidiu pela sua saída para não prejudicar sua vida profissional.

[...] eu gostaria muito de poder continuar, mas, sabendo que muitas vezes a gente vai ter questionamentos, né, necessários em relação ao poder público, tanto a nível do estado como a nível do município, eu entendo que vai chegar um momento em que eu posso causar constrangimentos e isso prejudicar a minha vida como profissional dentro da instituição. *E aí que eu acho que é o grande desafio do ambientalista é conseguir sobreviver enquanto profissional e, ao mesmo tempo, você ter sua trajetória com coerência marcada. Entendeu? E definida* (Leonardo – L4).

O entrevistado contou que recentemente mais um conflito veio se desdobrando em relação à sua dupla atuação como biólogo da PMV e liderança da AAPFG. Sua atuação como representante da sociedade civil no COMDEMA vem sendo questionada, uma vez que ele é também funcionário da PMV:

Essa é uma situação que está se refletindo nesse momento no Conselho Municipal de Meio Ambiente, onde eu atuo há mais de 10 anos, e tem um outro colega ambientalista que está questionando a minha atuação no COMDEMA. Por entender que eu não posso estar ocupando um cargo comissionado na prefeitura e ao mesmo tempo estar ali representando a sociedade civil. E isso, para mim, eu não vejo nenhum problema nessa situação, que eu já vivi durante várias vezes, e em dois momentos, por perceber que não havia possibilidade de conciliar, eu pedi para ser exonerado da prefeitura, assumindo um prejuízo na minha vida do ponto de vista pessoal, mas mantendo a coerência enquanto ambientalista. Porque existem duas coisas distintas que a gente, normalmente, ao longo da vida, tem dificuldade de separar: uma é ser, outra é estar. *Eu estou funcionário público, mas eu sou funcionário público como professor; mas, acima dos dois, eu sou ambientalista.* Porque é algo que eu desenvolvi ao longo da minha vida. Como eu sou biólogo de formação profissional. O estar num cargo comissionado implica naturalmente a não estabilidade. E tanto o desejo da pessoa, como por parte da instituição. Então a gente tem que buscar, de certa forma, conciliar essas duas coisas. *E hoje eu tenho que buscar uma atitude muito mais proativa, no meu entendimento, já com 56 anos de idade, do que combativa.* E eu entendo. É por essa razão que eu fui convidado pelo atual secretário municipal de meio ambiente (...), que entende que eu posso contribuir muito, com toda minha experiência

profissional, dentro do órgão construindo. Bem mais do que simplesmente atacando ou criticando (Leonardo – L4).

Ao entender-se e identificar-se como ambientalista, Leonardo coloca essa identidade (mais “estável” – ele afirma que “é” ambientalista) acima da posição ocupada como servidor público (instável, uma vez que cargos comissionados e de confiança não oferecem estabilidade), e tenta conciliar as posições assumidas no Estado e como ativista, buscando equilibrar-se entre as duas de maneira “coerente”. Ao longo de seu itinerário pessoal, ele combinou carreira ativista e trajetória profissional (boa parte das vezes em órgãos públicos) e, no momento atual do curso de vida, diz ter mudado de uma postura mais “combativa” (majoritariamente baseada na crítica) para uma postura “proativa”, ajudando o Estado a construir soluções na área ambiental:

Então infelizmente em algum momento vai haver sacrifício, algum prejuízo, e você tem, dentro da máquina pública, que contribuir para amenizar isso, para que ele seja o menor possível. Que seja feito de uma forma menos impactante, que ele seja compensado da melhor forma possível. Eu acho que essa é a grande contribuição que a gente como ambientalista dentro da máquina pública pode dar. Para fazer valer esse conhecimento, fazer valer esse entendimento, fazer valer essa sensibilidade que você adquire ao longo da sua história de vida. Chegar para o seu diretor, para o seu secretário “vamos pensar esse negócio direito! Será que não dá para a gente fazer de uma outra forma, de um outro jeito?”. E aí você ter oportunidade de se fazer ouvir e construir soluções, entendeu? Melhores para os problemas (Leonardo – L4).

Outra trajetória repleta de atuações paralelas no movimento ambiental e no Estado é a de José. Tendo passado pela SEAMA, pela PMV, pela ALES, pela PMVV e pelo IBAMA como assessor e técnico jurídico, e trabalhando algumas vezes direta e outras indiretamente com a questão ambiental, o entrevistado relatou que a conciliação e a articulação do ativismo ambiental e de sua agenda com a atuação que exercia no Estado variou conforme as características dos gestores e parlamentares com os quais trabalhou. Apenas uma situação de conflito acabou em ruptura, e aconteceu após sua entrada na SEAMA, culminando com seu afastamento da ACAPEMA, entidade da qual era vice-presidente:

É porque a entidade tinha um caráter muito de denunciar as coisas com o Estado e tudo e, historicamente, você vê, até hoje não deram uma solução para a poeira, então imagina 30, 40 anos de poeira aí... então denunciava essas coisas todas. E como eu era vice-presidente e eu tava trabalhando dentro do órgão aí... ficou uma situação quase que insustentável. Eu era como se fosse um cargo comissionado, eu não tinha estabilidade, ou eu assumia que era Estado ou assumia que era ONG. (...) Porque houve um conflito. Na época, o Antônio⁸³, eu cheguei para trabalhar e uma colega minha falou assim: “você está demitido”. Eu falei assim “como assim tô demitido?”. “Ah, a ACAPEMA fez uma nota aí, o secretário está puto, ele sabe que você é vice-presidente. Ele vai demitir você.” Eu falei “mas como é que vai ficar lá...”. “Tem um jeito”, e não sei o que: “o único jeito é você se afastar da ACAPEMA”. Aí eu me afastei (José – L1).

Tendo em vista o choque entre o caráter denunciista da ACAPEMA e a nova posição de José, ele optou por deixar a entidade para preservar o emprego – “Na hora que você tem que optar, você tem que optar, né” (José – L1). No entanto, ele avalia que esta decisão foi positiva, uma vez que a permanência na SEAMA possibilitou a ele realizar uma especialização em Direito Ambiental, o que proporcionou não apenas um acréscimo em seu currículo, mas também o qualificou para o ativismo, possibilitando que fornecesse consultoria a OMSs e ONGs em suas lutas – atividade que veio realizando ao longo de sua carreira.

E, do ponto de vista pessoal, eu achei melhor me qualificar melhor, não é? Se eu tivesse optado por ficar na ACAPEMA e deixar o Estado para lá, teria nem condições de fazer uma especialização, que eu fiz. E continuei ajudando, assim. Não estava diretamente na entidade, mas estava discutindo com as pessoas, contribuindo. (...) Então, o fato de eu ter me especializado contribuiu muito mais para depois fazer esse enfrentamento com mais qualificação, né. De fazer ações com mais qualidade. Porque eu estudei direito ambiental, eu me formei nisso! Me especializei nisso, né. Antes eu estudava, assim, sozinho. Depois tem lá o certificado lá de pós-graduado (José – L1).

Vemos, então, que a participação no Estado gerou para o entrevistado um aprofundamento em sua formação, que pôde ser convertido em recurso aplicado em lutas que partiram da sociedade. De acordo com José, com exceção das fases em que Antônio foi subsecretário na SEAMA, ele conseguiu atuar junto a grupos e entidades ao mesmo tempo em que trabalhou no Estado. Uma interlocução com os

⁸³ L3, que ocupava o cargo de secretário de estado de meio ambiente na época.

movimentos e entidades pôde ser realizada especialmente quando atuou como assessor parlamentar na ALES e como assessor no IBAMA.

Quando eu estava na Assembleia, por exemplo, o Vereza, com quem eu trabalhava, era uma pessoa ligada a esses movimentos. Então eu podia fazer essa coisa, assim, sem prejuízo do que eu fazia lá. (...) Mas nunca tive problema com isso aí não, de auxiliar. Mesmo quando eu estava no IBAMA. Inclusive, quando eu estava no IBAMA isso foi um problema sério, porque um monte técnico do IBAMA, tinha muita gente corrupta lá. O tempo todo - o superintendente era irmão do Cláudio, o Ricardo Vereza -, o tempo todo vários desses fizeram movimento para derrubar ele, acabaram derrubando. (...) E a gente era assim, fizemos um trabalho lá, foi a I Conferência Nacional de Meio Ambiente, e organizamos discussões em todo o estado, foi um movimento muito grande. Fomos para Brasília, discutimos pra caramba. Então a gente tinha uma relação com a sociedade civil muito grande, que o IBAMA não tinha. Era um órgão muito isolado. Aí o pessoal ficava danado da vida com a gente (risos). Fizemos uma mini revolução lá dentro. Aí depois, quando a gente saiu, o IBAMA se soltou novamente, se fechou muito, também (José – L1).

Tendo entrado para a SEAMA em 1988 e participado como representante da sociedade civil no período em que a construção do órgão estava sendo preparada pela CEMA, José fez parte tanto das lutas ambientais no Espírito Santo quanto da construção da secretaria estadual de meio ambiente, atuando posteriormente em outros órgãos:

Mesmo quando eu estava na SEAMA, os períodos em que eu fiquei lá, quando estava o Antônio, no começo o Antônio foi bom. Aí teve um período que ficou esse conflito meu com a ACAPEMA, mas mesmo assim a gente construiu um órgão ambiental que foi ganhando respeito ao longo dos anos. (...) Aí depois que eu saí da SEAMA, apesar de ter ficado pouco tempo em Vitória [na PMV], mas foi um trabalho que a gente começou, estava no começo (...) um trabalho de educação ambiental muito bom, de criação de unidade de conservação, foi um trabalho muito bom que Vitória fez, foi exemplo em vários lugares. (...) Em Vila Velha [PMVV] a gente começou lá e conseguimos fazer a proposta da criação do Parque [de Jacarenema], que foi criado. Aí depois, quando eu tava na Assembleia, também, a gente fez lá, ajudei na CPI, descobri um monte de coisa importante para a sociedade, que a imprensa nossa, Gazeta e Tribuna, é tudo ligado ao Espírito Santo em Ação⁸⁴, é tudo ligado às empresas. Então, se não fosse essa CPI, não teria descoberto um monte de coisa ruim que aconteceu. A CPI da Rodosol,

⁸⁴ ONG que congrega empresas a fim de influenciar os rumos políticos, econômicos e sociais do Espírito Santo.

a mesma coisa. Então foram períodos importantes, assim, do ponto de vista de contribuir para essas informações estarem circulando hoje aí. Tem várias informações que estão circulando através desses trabalhos. E algumas coisas que a gente fez que deram certo. O Parque lá, quando a gente tava no IEMA, na SEAMA, a gente criou o Parque Estadual Paulo César Vinha, que esse parque já vinha desde a época da CEMA, aquela comissão que eu te falei, que o César Musso⁸⁵ já tinha todo o estudo, apresentou. A questão do próprio parque lá de Jacarenema, que ele tinha estudo. O IEMA era uma luta antiga, então foi criado. Então várias coisas que a gente foi contribuindo aí. Várias coisas que do ponto de vista de proteção no Estado que foi em função dessas lutas, da participação de várias pessoas, na qual eu to junto aí, dei minha contribuição (José – L1).

Por meio da inserção no poder público, ele considera, assim, ter contribuído positivamente para várias realizações. A entrada para o Estado também foi vista como uma oportunidade para influenciar o poder público pelo geógrafo Daniel: “(...) na Assembleia você pode mexer, fazer, influir na formulação de uma lei, chamar quem entende do assunto para poder opinar... da sociedade, quem tem interesse nisso, né. Ou no executivo, onde você pode mesmo fazer outros tipos de ações diretas (...)” (Daniel – L6). Daniel é o mais novo dos entrevistados e, portanto, o que possui a trajetória mais curta. O primeiro cargo ocupado foi como técnico na PMC devido à indicação de conhecidos. Neste período, trabalhou com a questão ambiental apenas de forma indireta, ao lidar com o Plano de Organização Territorial. Já na ALES, tem trabalhado diretamente com a questão ambiental na Frente Parlamentar Ambientalista do Espírito Santo.

Bom, eu tento desde analisar, vamos dizer, vem uma lei do governo... às vezes o governo do estado faz uma lei, ou aqui se começa a discutir uma lei, ou a sociedade civil pede que se faça uma lei x. Então, se tiver a ver com o meio ambiente, a gente se intromete e tenta ajudar. Para que a lei fique boa e fique realmente ambiental (Daniel – L6).

A atuação de Daniel na ALES é marcada por uma forte interlocução com OMSs e entidades ambientais. Parte de seu trabalho como assessor parlamentar é representar o mandato do deputado Cláudio Vereza (PT) junto à sociedade civil, articulando e trazendo esses diálogos para a ALES. Segundo o entrevistado, o perfil diferenciado deste deputado, que mantém uma conexão com movimentos sociais,

⁸⁵ Ambientalista, liderança da AVIDEPA.

produz uma relação sem tantos atritos em relação à sua atuação enquanto ativista. Assim, ele afirma que não sente sua liberdade de crítica cerceada:

Porque ele dá liberdade! Ele dá liberdade, ele representa realmente os movimentos sociais. Claro que como deputado não dá para a pessoa fazer tudo, dar de doido igual eu (...). (...) também porque a pessoa que está... não sei, imagino que a pessoa que está num cargo deste tipo, de deputado, senador, ele não pode agir muito por conta própria. Agindo, também tem que respeitar algumas decisões partidárias. Mas aí, por exemplo, sempre desde que eu entrei ele dava liberdade para muita coisa. E principalmente para eu expor o lado meu enquanto técnico geógrafo e também pela fatia da população a que eu pertenço, assim. Desse pessoal dos ambientalistas, que está preocupado com tal causa... desses movimentos sociais, não é? Na verdade. Então ele sempre deu muita voz e muito aparelhamento, e ajuda, e incentivo aos movimentos sociais. É por causa desse caráter, que muitos políticos não têm. E realmente tem uma base não só partidária, mas de tá em contato com os movimentos sociais. Meu trabalho é basicamente manter contato com todo mundo, né. Então eu vou a muito evento, para poder saber tudo o que está acontecendo. Até tenho problemas aqui com meu cartão de ponto, entendeu? Pra eu ficar poder saindo tanto. E o Vereza confirma, e bota para eu representar ele até em outros estados e tal. Até em encontros internacionais eu já fui lá em Brasília. Aí, lógico, não dou uma de doido também. Não posso falar uma coisa muito forte no nome do deputado. Mas você [não] sente pressão. Se fosse em qualquer outro lugar que eu estivesse trabalhando eu sentiria... não poderia ficar falando mal do governador por aí, igual eu faço. Das atitudes de governo, porque o secretário de meio ambiente e o presidente do IEMA são dois cargos indicados pelo governador do estado. Então qualquer [coisa] que eles fazem é porque o governador sabia e tudo (...) é por ordem! Então ele é o responsável, curinga do baralho. Mas então, eu sinto uma pressão sim. Quando você passa para dentro do Estado, todo mundo sofre uma pressão. Mas eu sinto muito menos (...) (Daniel – L6).

Na verdade, mesmo a contratação do entrevistado por Vereza foi realizada em função da militância que ele vinha construindo na área ambiental – inicialmente na campanha contra a mudança no Código Florestal Brasileiro e posteriormente junto à ONG Voz da Natureza. Assim, a carreira como ativista ambiental proporcionou a ele oportunidades na esfera profissional⁸⁶ e a inserção no poder legislativo – local de onde consegue promover articulações e diálogos com atores da sociedade civil envolvidos com questões ambientais, de forma a pô-los em comunicação com este segmento do Estado.

⁸⁶ Não apenas esta na ALES, mas também consultorias em estudos para a Voz da Natureza.

Fazendo algumas considerações gerais, vimos, ao longo dessa seção, que, de maneira geral, a inserção no Estado, de acordo com os relatos dos entrevistados, permitiu a eles influir nos órgãos onde desempenharam funções, contribuindo para a realização de ações e políticas que consideram positivas para a área de meio ambiente. Assim, pudemos observar exemplos concretos de como a atuação no Estado mostrou proximidade com a esfera ativista nos itinerários pessoais – algumas vezes havendo uma articulação explícita com atores organizados envolvidos em lutas ambientais; noutras por meio da atuação como gestores e técnicos, trabalhando com questões relativas à área ambiental.

A inserção no Estado teria sido vantajosa, de acordo com os entrevistados, no sentido de fornecer formação especializada nas áreas de atuação (cursos são mencionados por José e por Antônio), sendo que algumas vezes esses recursos foram empregados em lutas ambientalistas. Uma outra vantagem apontada, e que tem vinculação com a militância, diz respeito ao acesso à informação e à possibilidade de interferência nas ações do poder público:

Claro, quando você está dentro da máquina pública, você tem acesso à informação. Esse é um pressuposto importante. Você tem, normalmente, acesso à informação antes de o fato acontecer. Isso, você, enquanto ambientalista, pode tirar proveito dessa situação, no sentido de você mobilizar seus parceiros, a sociedade, com relação a casos, a situações, que foi o caso que eu tive do loteamento. Se eu tivesse fora, iria saber depois, talvez quando estivesse construído. Aí ia ser talvez difícil. Mas enquanto servidor público e militante eu tive a oportunidade de saber, tanto por dentro quanto por fora, o que estava acontecendo. E fui onde podia tentar impedir que aquilo acontecesse, mas a ordem era para acontecer, e chegou a hora em que eu falei: “não dá, tenho que sair”. Então o acesso à informação privilegiada, no sentido de que você tem acesso primeiro, né, ou mais rápido que a sociedade civil. Normalmente, quando a sociedade civil toma conhecimento de um fato, ele já aconteceu. Já foi decidido por fora o que estava acontecendo. Já foi decidido. E dificilmente você consegue reverter. E quando você está na máquina pública, não. Você tem essa possibilidade de saber da coisa antes dela existir. Ou enquanto está em pensamento, ou enquanto está na ideia ou ainda quando está dentro de projeto. E você pode interferir (Leonardo – L4).

É importante ressaltar que, mesmo após terem iniciado a atuação em órgãos públicos, a maior parte dos entrevistados continuou engajada em lutas e entidades ambientalistas e socioambientalistas: a entrada para o Estado não foi acompanhada de desengajamento – ainda que tenha havido impactos de ordem objetiva e

subjetiva nas carreiras, como será discutido na próxima seção. Assim, apenas dois entrevistados relataram não participar mais de movimentos ambientais: Antônio, que, quando começou a atuar como técnico e gestor ambiental no Estado, afastou-se da militância que exercia na sociedade, junto à ACAPEMA; e Pedro, que, apesar de atualmente participar da ONG Instituto Ecobacia, não se considera mais um ativista ambiental, e sim um “quadro dos recursos hídricos”. Sublinhe-se ainda que em pelo menos três das seis trajetórias das lideranças entrevistadas (Regina, Pedro e Daniel) cargos públicos foram ocupados diretamente em função da militância desses atores.

Ao fazermos um levantamento dos casos em que houve continuidade do ativismo em movimentos ambientais (por meio da participação em entidades e lutas), pudemos observar que, dos quatro casos verificados (em destaque no Quadro 2 abaixo), em três deles (L1, L2 e L6) as lideranças entrevistadas tinham ligação com partidos mais situados à esquerda do espectro político, manifestando predisposições político-ideológicas nesta linha. De outro lado, nos dois casos (L3 e L5) em que não houve continuidade do ativismo em entidades e lutas ambientalistas, os dados revelam que, tendo iniciado a trajetória política vinculados a partidos colocados à esquerda (MDB e PCB), posteriormente ligaram-se a outros partidos (nos dois casos houve filiação e atuação pelo PV) e possuem histórico de apoio a governos municipais e estaduais de partidos mais ao centro do espectro político. Assim, é possível observar entre as lideranças entrevistadas um padrão, no qual as que mantiveram um viés “de esquerda” ao longo de suas carreiras relataram a continuidade da atuação como ativistas, mantendo o engajamento em lutas e organizações ambientalistas. Contudo, se podemos dizer que os entrevistados que permaneceram ligados à esquerda ou manifestaram preferências nesse sentido tenderam a perpetuar a atuação como ativistas, mesmo após a entrada para o Estado, o caso da L4 (que não teve vinculação e nem demonstra preferências à esquerda e, no entanto, se mantém ativista) demonstra algumas particularidades – visto que não houve deslocamento da esquerda para o centro, como nos casos da L3 e da L5 –, e que não necessariamente ativismo ambiental e militância ou preferências político-ideológicas de esquerda caminham juntos.

Quadro 2 – Ligações com a política partidária e continuidade do ativismo em movimentos ambientais

Liderança	Ligações com a política-partidária / "predisposição" político-ideológica	Continuação da atuação como ativista em movimentos ambientais
L1 - José	Filiado ao PT.	Sim
L2 - Regina	Não se vê mais como petista, mas ajudou a fundar o PT e permanece filiada. Foi vereadora e assessora parlamentar pelo partido. Manifestou preferência pela esquerda partidária.	Sim
L3 - Antônio	Filiado ao PV, foi presidente estadual do partido. Apoiou / foi secretário em governos estaduais e municipais do PDT, do PSDB e do PMDB. Na juventude, era ligado ao MDB.	Não
L4 - Leonardo	Já foi filiado ao PSB, ao PSDB e ao PPS sem participar efetivamente. Atualmente vincula-se à Rede de Sustentabilidade.	Sim
L5 - Pedro	Filiado ao PV, mas não mantém relações com o partido. Tendo começado no PCB e no PMDB durante a luta contra a ditadura, hoje apoia governos do DEM e do PMDB.	Não
L6 - Daniel	Não é filiado a partido, declarando ter tido identificação com o anarquismo. Contudo, é assessor de um deputado petista e manifesta preferência pela esquerda partidária.	Sim

Como também vimos, a dupla atuação em movimentos e entidades ambientalistas e no Estado, apesar de recorrente, foi permeada por tensões, gerando algumas vezes rupturas. Por exemplo, José teve que sair da ACAPEMA para não perder o emprego na SEAMA; e Leonardo pediu demissão da PMV duas vezes por discordar de posições da SEMMAM e, noutro contexto, abandonou uma coluna ambiental a fim de proteger seu emprego na PMV. Nesses casos, em que foi impossível que os sujeitos atuassem ao mesmo tempo como parte do movimento e do Estado, a tensão resultante dessa dupla vinculação deixou o estado de latência para tornar-se manifesta. Pessoas que atuam simultaneamente como ativistas em movimentos sociais e no Estado estão sujeitas a lógicas e compromissos distintos, e os conflitos ("contradições" nas palavras de Regina, e "incoerências" nas de Leonardo) ocorrem na medida em que há incompatibilidade entre as atuações num campo e noutro. Assim, as rupturas ocorreram como produto da impossibilidade de conciliar a

atuação como ativista e a atuação nas instituições públicas. A última seção deste último capítulo tratará de como as diferenças entre os dois tipos de atuação foram experienciadas pelos sujeitos entrevistados, e buscará observar impactos da inserção no Estado para as carreiras ativistas.

4.3 Atuar na sociedade, atuar no Estado: diferenças e reorientações a partir das experiências das lideranças entrevistadas

Ao longo da pesquisa, buscamos investigar e analisar as trajetórias de seis sujeitos escolhidos por apresentarem em comum o fato de terem atuado como lideranças em entidades e lutas ambientalistas e também como servidores públicos, desempenhando funções ligadas às questões ambientais, seja como assessores, técnicos ou gestores. Apesar da observada imbricação entre a carreira militante e as esferas profissional e dos estudos – sendo mesmo comum uma concepção militante das duas últimas – a atuação nessas esferas pode apresentar características muito diferentes, diferença que, do ponto de vista da Ciência Política, adquire bastante relevância quando a esfera profissional passa a ser desempenhada dentro do Estado.

Ainda que não possamos estabelecer fronteiras fixas, sociedade civil e Estado consistem em dois diferentes lugares de atuação; e a atuação em ambos os campos deixa marcas nos indivíduos que por eles passam, impactando sua maneira de agir e de interpretar as questões que os cercam. Nesta seção, realizaremos alguns apontamentos a respeito de como as lideranças entrevistadas diferenciaram a atuação como ativistas e como funcionários em órgãos públicos; e a respeito de como a experiência no Estado contribuiu para mudanças em suas carreiras – tanto no que diz respeito aos rumos objetivamente tomados quanto em suas concepções e visões de mundo.

Perguntados sobre sua percepção acerca das diferenças entre atuar dentro e fora do Estado, parte dos entrevistados relatou que uma das principais diferenças reside no caráter das posições e tarefas assumidas por ativistas e por técnicos e gestores públicos: enquanto os primeiros normalmente atuam como críticos, expondo e denunciando problemas e fazendo reivindicações; aos últimos cabe propor e colocar

em prática políticas e planos, respeitando legislações e competências específicas ao tipo de órgão e de função desempenhada.

Tem diferença. *Quando você está na ONG, você pode mais cobrar. Né? Quer melhorias, quer tal, não sei o que. Quando você está no Estado, você tem mais que apresentar resultados.* Então, assim, eu acho que está sendo bom para poder aperfeiçoar minha visão sobre o que é, sobre a dificuldade que o Estado tem de entregar, de fazer as entregas, de resolver as coisas, de fazer. Não é simples. Então é bom, porque eu estou me aperfeiçoando, porque eu achava que fosse um pouco mais simples. Eu achava que boa parte da dificuldade era má vontade, era desinteresse. Era falta de vontade política, como se diz – mas eu vejo que não, que tem uma dificuldade inerente ao sistema mesmo. O sistema, ele é emperrado. Ele é feito para não funcionar direito (Pedro – L5).

O militante, eu acho que ele tem mais autonomia para se posicionar diante das questões. O gestor, o assessor, ele tem que pensar nas implicações disso, né? Ele tem que pensar na repercussão disso, como é que isso vai ficar mais à frente? *Essa preocupação o militante às vezes não tem, porque isso não é papel dele. O papel dele é justamente o de produzir a provocação do Estado, explicitar contradição, né. Isso é papel dele.* E o outro está numa posição mais confortável, entendeu? Então eu acho que é bem diferente (Regina – L2).

E hoje eu tenho que buscar uma atitude muito mais proativa, no meu entendimento, já com 56 anos de idade, do que combativa. E eu entendo. É por essa razão que eu fui convidado pelo atual secretário municipal de meio ambiente (...), que entende que eu *posso contribuir muito, com toda minha experiência profissional, dentro do órgão construindo. Bem mais do que simplesmente atacando ou criticando* (Leonardo – L4).

A atuação no Estado é, então, caracterizada como atividade na qual é preciso “construir”, apresentando “soluções” e “resultados”, enquanto à militância é atribuído o papel da produção de críticas e reivindicações – frequentemente dirigidas ao Estado (seja como alvo, seja como mediador). Assim, ao tornar-se gestor, Pedro modificou sua visão acerca dos processos de execução de políticas e obras na PMVV:

Eu vejo que nós estamos batalhando tremendamente aqui para fazer as coisas bem feitas, entendeu, para poder economizar o dinheiro público. Fazer uma estação de bombeamento de água gastando pouco dinheiro. Como fazer isso? Então, assim, é um trabalho, rapaz! E as pessoas, quando eu vou para o meu bairro, converso com meus vizinhos, eles, sabe, estão todos lá desde 18hs tomando cerveja e eu saio daqui 9hs da noite, chego lá, eles: “aê, que vidão, prefeitura, hein! Tá lá, salário!”. E é assim que as pessoas entendem o poder público. É muito mal compreendida a luta que acontece aqui (Pedro – L5).

Atualmente, ele, que tem se articulado com diversos políticos⁸⁷ em busca de apoio para a realização da cooperação do governo do Espírito Santo com a França na política de recursos hídricos, faz crítica aos ativistas que tratam a prática desse tipo de articulações como “impuras”. Ainda, em virtude dos desgastes na relação com ambientalistas de Vila Velha devido à oposição sofrida enquanto secretário municipal de meio ambiente, e devido às mudanças nos rumos de sua atuação na sociedade civil (que no passado se caracterizava pelo ativismo ambiental no SOS Natureza – grupo ambientalista pouco institucionalizado e de perfil combativo – e veio se especializando em recursos hídricos, com a criação do Instituto Ecobacia – ONG especializada e com perfil técnico), Pedro não se compreende mais como ativista ambiental: no momento atual identifica-se como “quadro dos recursos hídricos”.

E nós temos que ter uma relação com a política. E não jogar fora a criança junto com a água da banheira, entendeu? Eu sei que (...) está cheio de coisas negativas na política. O tráfico de influências, tem cargos comissionados em excesso, tem os nichos políticos, tem um monte de coisa ruim. Tem ficha suja ainda até hoje. Mas não devemos abandonar a política, de aproximar, de fazer, sabe? Não achar que isso aí é uma coisa pecaminosa “os políticos são todos safados”, tem muita gente boa, defendendo, sabe? (...) Nós temos que nos aproximar, mesmo não aceitando o jogo, o jeito que ele é jogado. Então, você tem que se aproximar para poder certamente desfazer. E nos aliançarmos com os bons, com as pessoas que prestam para poder fazer a política melhorar. Se aquele ao qual a gente se aliançando não presta 100%, mas é aproveitável, vamos. Isso aí é uma coisa que eu agradeço muito ao Partidão, lá na minha origem. Porque o Partidão não acreditou nunca que tinha que só pegar os eleitos, os puros, e trabalhar só com os puros para poder combater os impuros. Não, nós vamos trabalhar com alguns que são impuros também. Vamos nos aliar com esse daqui para ter uma vitória, que depois esses impuros aqui pulam fora. Ou seja, de um melhoramento progressivo da política do país. Eu acredito muito nisso, sabe. De a gente ir batalhando, vencendo etapas. Tem um norte lá no fim que nos dirige (Pedro – L5).

Eu não sou de brigar com as pessoas, entende? Eu não sou de brigar, de ficar vociferando com ninguém. Eu não sou. Talvez por isso talvez eu não sirva muito bem para ser um ambientalista, porque os ambientalistas são pessoas bem aguerridas, e tal, eu vejo os caras aqui. Eu não serviria para ser isso aí. Por isso hoje em dia eu não me... se aquilo lá é ser

⁸⁷ Entre esses o atual governador (e ex-governador por dois mandatos, de 2003 a 2010) do Espírito Santo, Paulo Hartung (PMDB) – figura bastante criticada por ambientalistas pelo caráter “desenvolvimentista” de suas gestões.

ambientalista... eu não me chamo de ambientalista hoje. Apesar de vez em quando aparecer. Por exemplo, numa entrevista para o Bonella⁸⁸ um dia desses aí estava “ambientalista”. “Não, Bonella, não é isso...”, entendeu? “me bota filósofo”, não sei o que. Mas eu não me sinto mais um ambientalista. Porque hoje em dia eu não falo mais em meio ambiente. A minha fala hoje não é de meio ambiente. Eu não penso em água para preservar a natureza só. Entendeu? Eu falo em água para os seres humanos, para a indústria, eu falo em água como um recurso (Pedro – L5).

No caso de Antônio, o trabalho como técnico e gestor na área ambiental impactou sua visão a respeito das lutas ambientais, sendo seus atores percebidos como agentes cuja crítica por vezes carece de base científica e técnica:

Bom, é diferente, né? Primeiro que, quando você adere a algum movimento, é como você ver uma amizade na internet: “assine isso aqui, que é um absurdo você ter que usar vermelho”. Aí: “Puxa, que absurdo usar chapéu vermelho!”. Aí passa também para fulano “que absurdo usar chapéu vermelho”. Você não questiona, não sabe. Tem coisas que são realmente absurdas, tem coisas que não são. Então, na área ambiental, você recebe muitas informações boas e ruins. Fundamentadas tecnicamente e não fundamentadas tecnicamente. Fundamentadas por credices e fundamentadas por fatos e coisas que realmente precisam ser absorvidas. Então, dentro desse processo todo, a gente aprende muito, né? Então você sabe a importância de se preservar uma floresta e sabe a importância de se fomentar agricultura, de fazer tudo isso. Então você começa a entender que existem espaços para uma coisa e para outra, existem formas de você ter agricultura com menor consumo de água, menor uso de agrotóxico, menor desgaste do solo. E assim a indústria. E a sociedade como um todo, a mobilidade urbana (Antônio – L3).

Nesse sentido, é interessante lembrar, do ponto de vista da trajetória individual, que foi a partir do momento em que passou a atuar de maneira mais técnica no Estado que o biólogo foi se afastando da ACAPEMA, onde julgava ouvir “umas conversas já meio infantis”. Sua visão carrega de tal maneira as marcas da experiência como técnico e ex-secretário e subsecretário de estado de meio ambiente, que, ao ser perguntado sobre os principais problemas ambientais que o Espírito Santo possui atualmente, Antônio falou sobre a falta de eficiência da burocracia pública no campo de licenciamento ambiental, demonstrando preocupações típicas de um gestor:

⁸⁸ Mário Bonella. Jornalista de um noticiário televisivo local.

Bem, eu acho que a consciência da população evoluiu muito. Hoje as pessoas, elas são mais receptivas às demandas ambientais. Então, é óbvio que tem que se tirar licença para botar uma indústria, que tem que se fazer estudos, que tem que se adequar projetos, coisas que não se faziam antes. Mas, não só aqui no Espírito Santo, se criou um cartório muito grande no licenciamento ambiental. (...) Bem, então eu acho que a área ambiental cresceu, evoluiu muito, tem muitas leis, muitas normas, e ficou uma legislação muito complexa e muito burocrática, e muito cartorial. Então você tem muitos papéis, estudos, muitos são repetidos. Tem muita certidão disso, certidão daquilo, certidão daquilo outro. Ah, porque é uma anuência de um município, não sei o que. É um cartório muito lento, com pouca eficiência, que na prática precisa ser reformulado, eliminada grande parte dessa burocracia, tem que ser muito mais declaratória. Quem vai implantar o projeto tem que declarar o que ele vai colocar. Dar informações menos pormenorizadas. Até porque elas não se garantem na prática. Em todos os projetos que se queira exigir o máximo de planejamento pelo detalhe, você não consegue isso na hora de implantar. E virou um cartório, né? Há muita exigência de papel e há pouca fiscalização na prática. Lá no campo. E ainda é necessário que os entes do Ministério Público, dos outros órgãos controladores, se conscientizem e evoluam mais nas informações, na tecnologia ambiental, para que se tomem decisões que venham resultar em preservação ambiental e em desenvolvimento sustentável (Antônio – L3).

As informações a respeito de sua trajetória objetiva (a sequência de grandes cargos de confiança no Estado, como secretário e subsecretário; a não participação em entidades ambientalistas) e os pontos de vista expressos em seus relatos levam a concluir que, de fato, a inserção e a atuação no Estado foram acompanhadas do desengajamento no ativismo em movimentos ambientalistas. Sua visão e sua trajetória refletem um perfil de técnico e de gestor, não mais de ativista ambientalista.

Já Leonardo, que também tem uma trajetória em órgãos ambientais em nível estadual e municipal atuando como técnico e gestor, manteve o ativismo, que veio sendo conciliado sempre que possível (e, como vimos, não sem conflitos) com sua atuação profissional nos órgãos – difícil tarefa, mas que considera essencial para que seja mantida a “coerência” com sua carreira ativista.

E essas dificuldades, elas têm níveis diferentes de dificuldade e que, dependendo, ela pode chegar ao extremo de tomar uma medida radical. Como eu fiz em dois momentos, pedindo demissão da Prefeitura de Vitória. Entendeu? Agora, há momentos em que você discute, há momentos em que você vai às raias da loucura, mas não necessariamente precisa tomar atitudes radicais. Eu acho que o crescimento e o amadurecimento do homem estão justamente nesse processo. Eu, durante muito tempo na vida,

inclusive na minha trajetória no COMDEMA, fui visto como é hoje visto o Moreschi⁸⁹. (...) *Ele é um cara hoje, que eu me vejo há 8 anos atrás, há 6 anos atrás [sic]. Entendeu? Ele vê o Estado como um inimigo. Um inimigo que tem que ser derrubado. Um inimigo que tem que ser humilhado. Um inimigo que tem que ser destruído. E não há como fazer isso. Você não pode pensar que nem o Estado, nem tampouco o interesse econômico, sejam inimigos que você tem que abater. Não. Eu diria que são instâncias que você tem que ajudar a fazer que aconteçam de forma diferente. Você tem que contribuir para que isso mude. E você tem duas formas de contribuir, seja na dor ou no amor – como a gente costuma dizer nas relações pessoais. Ou você aprende pela dor, ou aprende pelo amor. Você não precisa ter uma relação de amor com as instituições públicas, mas você pode ter uma relação muito mais profícua se você conseguir construí-la, se você participar do processo de construção, do que só do questionamento. Porque quando você só questiona, você não produz. (...) Eu diria que [passo atualmente] muito mais [por] uma mudança comportamental de atitude. Saindo muito mais do ativismo simplesmente questionador para um ativismo mais produtivo (Leonardo – L4).*

Leonardo alega ter mudado seu posicionamento como ativista na relação com o Estado: em vez de vê-lo como inimigo ao qual deve se opor, atualmente (e, segundo uma avaliação própria do curso de vida, mais “maduro”) vê esta relação de outra forma, buscando participar dos órgãos ambientais para influenciar nas políticas e decisões, trocando o que ele chama de “ativismo simplesmente questionador” (baseado quase exclusivamente na crítica) por um “ativismo produtivo”.

Para Regina, o Estado é um “espaço em disputa”, no qual há uma diversidade de grupos e projetos políticos – inclusive de atores comprometidos com a questão ambiental –, mas onde o poder econômico exerce muita influência, garantindo a legitimidade de ações prejudiciais ao meio ambiente.

Porque o Estado... é claro que eu compreendo que ele é um espaço de disputa. Né? Ou seja: a ideia de que lá só tem representantes de interesses dominantes. Não, eu acho que ele é um espaço em disputa. É possível que você tenha gestores, assessores, né? Que tenham compromisso de fato real com a questão ambiental, estejam preocupados. Mas, na maioria das vezes, esse Estado, que se expressa numa política, né, numa ação municipal, numa ação estadual, esse Estado que também é prefeitura de Vitória, que é o governo do estado... pensando o aparelho do Estado, como é que essa aliança entre Estado e capital é muito forte! Como é que os conselhos de meio ambiente são manipulados, como é que eles legitimam políticas que exatamente produzem a degradação, entendeu? Ou seja, muitas vezes, os espaços que eram para ser usados pela sociedade civil, pelas comunidades, por pessoas que se sentem violadas nos seus direitos ambientais de repente, que poderiam usar um conselho, né, por exemplo,

⁸⁹ Eraylton Moreschi Junior. Líder do Grupo SOS Espírito Santo Ambiental.

como órgão de controle social, são espaços onde as empresas investem para poder legitimar seus interesses, os seus projetos (Regina – L2).

Segundo avalia, aquele que atua em órgãos públicos está submetido a limites de ordem institucional (ex.: legislações, burocracia, etc.) e política (dos compromissos com grupos políticos e dos interesses econômicos), tendo sua autonomia cerceada.

Olha, são lugares diferentes e é diferente. Na militância, você tem um nível de autonomia muito maior. De se posicionar diante das questões, de se colocar. Quando você está nesse lugar, é um lugar relativamente confortável. Porque, por exemplo. Imagine, né, alguém que é secretário de meio ambiente. Por mais que ele queira fazer um discurso, ele vai ter que pensar sobre aquilo que ele fala. Porque o que ele fala tem implicações sobre aquele espaço, sobre outros indivíduos, sobre outros sujeitos que estão naquele processo de gestão daquele espaço público. Então é diferente, eu acho. São níveis de compromisso diferentes. E aí é diferente, porque eu acho que essa mudança de posição muitas vezes coloca o militante numa situação muito complicada. A ideia do telhado de vidro, né? *Uma coisa é eu fazer a crítica, eu fazer a denúncia enquanto militante, e tal, outra coisa é eu estar naquele lugar e saber que eu tenho que tomar determinados cuidados, né, de que eu tenho que seguir determinadas regras, de que existe uma legislação que tem que ser respeitada, de que tem interesses econômicos que estão permeando e que acabam influenciando essas relações no papel, na postura do poder público frente a um determinado problema. Então muda.* Mesmo aquelas gestões mais comprometidas, né? Aparentemente mais autônomas. Eu acho que muda essa relação (Regina – L2).

A participação no Estado gera tanto oportunidades quanto restrições para a ação política; e, ao se tonarem governo, grupos políticos podem neutralizar ou ressignificar bandeiras e projetos políticos (DAGNINO, OLVERA e PANFICHI, 2006). Assim, tendo em vista o que considera uma transformação na postura do PT (que, ao tornar-se governo, também aderiu a alianças com o poder econômico), Regina deixou a militância partidária e a atuação no Estado, atuando hoje como ativista e como pesquisadora e professora universitária.

Outro entrevistado que manteve a participação em entidades e lutas ambientalistas foi José, que também realizou um discurso bastante crítico à influência do poder econômico sobre o Estado:

Então, assim, *quando a gente está no governo, muita coisa a gente faz e a gente contraria interesses, né. Tem que contrariar interesses mesmo.* Mas

quando a gente sabe que tem que ter parceria com a sociedade, tem que fazer em parceria, e que tem compromisso, a gente faz. Mas, se você ver o estado do Espírito Santo, qual a parceria que ele está tendo com a sociedade? Nenhuma. Tá fazendo um monte de portos aqui, passando por cima de todo mundo. O licenciamento da CSU⁹⁰ foi um horror, ainda bem que não construíram aquela usina. A Petrobras é outra que faz o licenciamento aqui e não respeita [coisa] nenhuma. Muda condicionante e não acata as coisas. Então é difícil. Se você não tiver alguém lá dentro comprometido, e raramente tem... a única pessoa que eu vi comprometido é o Jarbas⁹¹, quando ele tava, e o Ricardo⁹², quando ficou no IBAMA. O resto está tudo entregue, tá tudo dominado. É o “Espírito Santo em Ação”⁹³ (José – L1).

Dada esta influência, a atuação de ambientalistas que ocupam cargos no Estado é descrita por ele como ato de “contrariar interesses”. José atualmente é conselheiro representante da sociedade civil no CONSEMA, onde vem discutindo e fiscalizando processos de licenciamento de empresas, como os descritos em sua fala. Sua passagem pelo Estado atuando em questões ambientais contribuiu, no geral, para fortalecer esse ativismo, tendo em vista a formação em direito ambiental obtida e a possibilidade de atuar com essas questões, algumas vezes de forma articulada com a sociedade, como em sua passagem pelo IBAMA (por exemplo, mobilizando para a I Conferência Nacional de Meio Ambiente) e pela ALES (através da participação em CPIs, da promoção de eventos, etc.). No entanto, ele não atua mais profissionalmente com a questão ambiental em órgãos públicos desde que foi aprovado em um concurso como analista cultural na PMV.

Por fim, no caso de Daniel, a atuação em órgão público também tem sido construída de maneira articulada com as questões de militância. Na ALES ele atua na Frente Parlamentar Ambientalista e articula-se num diálogo com representantes de OMSs ambientalistas. A passagem pelo Estado tem dado a ele a possibilidade de influir no poder público; e a participação nesses processos institucionais tem modificado alguns aspectos da visão anarquista que tinha desde os tempos do movimento estudantil:

⁹⁰ Companhia Siderúrgica de Ubu.

⁹¹ Jarbas Assis, ex-secretário de estado de meio ambiente.

⁹² Ricardo Vereza, ex-superintendente do IBAMA no Espírito Santo.

⁹³ Outra referência à ONG Espírito Santo em Ação – idem nota 84.

Quer dizer, só com o estudo fui dando nome às coisas, comecei a dar nome ao que eu pensava e ao que eu sentia, eu acho que eu sou, mais ou menos... minha mentalidade prefere uma coisa que poderia ficar mais, assim, como um anarquismo moderado. Falar moderado é sempre [ruim], né. Parece que é água com açúcar, né. Mas nessa questão seria isso. O que eu acredito que seria mais possível seria o Estado, as instituições, e as pessoas que estão nesses cargos, nas instituições, deveriam ter mais coragem de dialogar e de abrir os problemas e para encontrar soluções com a população (Daniel – L6).

Assim, a partir dessa nova experiência, considera-se um “anarquista moderado”; e deseja que o Estado dialogue e encontre soluções com a população. Daniel conta que hoje considera necessários vários dos processos institucionais aos quais, quando estudante, tinha aversão, e os compreende como necessários para a democracia. Contudo, faz coro com os entrevistados que persistem engajados no ativismo ambiental na crítica à influência do poder econômico sobre o poder político no Espírito Santo e aos impactos da instalação de grandes empreendimentos para o meio ambiente e para as populações locais. No entanto, a partir do novo lugar de atuação, vê a possibilidade de melhorias a partir das instituições públicas; e, em vez de considerar o Estado como bloco homogêneo em relação ao qual se deve construir uma oposição, reconhece a heterogeneidade dos grupos ali presentes e afirma que assessorar o deputado para o qual trabalha “é diferente”, dada a sua proximidade com os movimentos sociais.

Vemos, ao fim, que a experiência da atuação a partir do Estado foi percebida de maneira diferente do ativismo em movimentos e entidades pelos entrevistados, atividade caracterizada pelo tom de crítica e oposição comum aos *desafiantes*. Atuando a partir do Estado, tiveram a oportunidade de “gerar contribuições”, influenciando as ações (e, em alguns casos, mesmo auxiliando na construção) dos órgãos onde trabalharam. Ao mesmo tempo, foram “construídos” pela experiência nos órgãos – seja pelos aprendizados da prática profissional, pelas formações técnicas, pela socialização institucional recebida ou pela própria experiência de posicionar-se como representante do poder público –, o que contribuiu para influenciar itinerários, crenças e opiniões – como viemos apresentando no final deste capítulo. Assim, por mais críticos que sejam do Estado, os entrevistados em geral acreditam no potencial da atuação dentro dos órgãos; e, enquanto dois deles não se posicionam mais como ativistas, os demais apresentaram uma compreensão do

exercício de funções públicas um tanto próxima da que se tem em relação ao ativismo ambiental: nos dois casos, o que se busca é “gerar uma contribuição”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Retomando o propósito geral deste trabalho – que consiste em lançar luzes sobre o processo de entrada de lideranças de OMSs e entidades para o Estado, observando, no nível individual, impactos desta mudança de posição sobre suas carreiras ativistas –, realizaremos algumas considerações finais, recapitulando e articulando algumas das discussões realizadas.

A partir do diálogo com alguns autores (SILVA e OLIVEIRA, 2011; ABERS e VON BÜLOW, 2011; DAGNINO, OLVERA e PANFICHI, 2006; FELTRAN, 2006), vimos que a redemocratização proporcionou uma mudança no caráter das relações entre movimentos sociais e Estado no Brasil. Em vez de predominantemente marcadas pela oposição e exclusão, tornaram-se frequentes situações de colaboração, diálogo e mesmo de penetração de lideranças e agendas dos movimentos para agências estatais – relações em muito facilitadas por vinculações com partidos políticos. Foi neste período, entre o final da década de 1970 e o início da de 1980 – e, portanto, dentro de um clima político de mobilização política e social –, que se desenvolveu um ambientalismo como “movimento” no Espírito Santo. Atentos às mudanças pelas quais passava o estado e, em especial, a Grande Vitória (com a urbanização, a poluição causada pela instalação de indústrias, etc.), e desenvolvendo uma preocupação com o meio ambiente (recebendo a influência da Conferência de Estocolmo, em 72; de Augusto Ruschi; etc.), os ativistas mobilizaram-se na discussão de temas, organizaram protestos e fundaram entidades para pressionar o Estado e o poder econômico pela observância de cuidados com o meio ambiente.

Foi neste período que as carreiras ativistas das lideranças entrevistadas foram iniciadas⁹⁴. Imersos neste ambiente político, que oferecia oportunidades para o engajamento, muitos desenvolveram o que Mische (2008) chama de “militância múltipla”, engajando-se no movimento estudantil, em OMSs e entidades, e em partidos políticos. Nesse sentido, é preciso destacar que, assim como assinalado por Oliveira (2008a, 2008b), também pudemos observar uma imbricação entre a esfera dos estudos com o engajamento político. Os entrevistados iniciaram ou desenvolveram sua militância de forma relacionada com o convívio, as discussões e

⁹⁴ Com exceção de Daniel.

a formação obtida no campo dos estudos, em especial na universidade, espaço no qual tiveram contato com redes de militância e desenvolveram certas estruturas de significado propícias ao ativismo (PASSY e GIUGNI, 2000).

Com o avanço no curso de vida, não mais na condição de estudantes e desenvolvendo-se profissionalmente, reconverteram a formação universitária, os vínculos políticos e a experiência em seus temas de militância em recursos profissionais, passando a ocupar cargos no Estado, onde trabalharam direta ou indiretamente com o meio ambiente. É sobre essa situação, em que o desempenho do exercício profissional passou a dar-se no âmbito estatal, que centramos nossa atenção, uma vez que, em relação à militância, tratou-se de assumir uma nova posição, passando de desafiantes a membros da *polity* (TILLY, 1977).

Ao reconstruirmos as trajetórias políticas (a carreira ativista, as vinculações partidárias e a atuação no Estado ao longo do tempo) e analisarmos os depoimentos sobre as experiências pessoais, percebemos que em todos os casos houve conexão entre as questões de ativismo e a atuação a partir do Estado, tendo havido uma articulação maior ou menor com a militância e seus atores. Nos casos em que os entrevistados deram prosseguimento ao engajamento em lutas e entidades ambientalistas, foi comum a manifestação de uma concepção militante acerca do exercício profissional (OLIVEIRA, 2008a): atuando a partir da sociedade civil ou do Estado, os entrevistados relataram a intenção de “contribuir” em ações consideradas positivas do ponto de vista ambiental, e contaram sobre suas realizações e sobre como influenciaram a ação dos órgãos onde atuaram. Dessa forma, ficou patente a possibilidade de conciliação (e mesmo de articulação) entre as ações como ativistas e funcionários do Estado. No entanto, a atuação simultânea nesses dois meios não se deu sempre sem tensões e dificuldades: nos casos de incompatibilidade e de oposição entre as posições como ativista e como funcionário do Estado, a dupla vinculação foi levada algumas vezes a um patamar impraticável, ocorrendo rupturas – ou do vínculo com entidades e da atuação como ativista, ou com o Estado.

Por outro lado, enquanto alguns mantiveram a participação em lutas e entidades ambientalistas durante ou após a passagem por órgãos públicos, em outros casos a inserção e atuação no Estado foi acompanhada do desengajamento nessas lutas. Privilegiando a atuação como gestores e técnicos, ou não se reconhecendo mais

como parte de um ativismo “crítico”, que recusa certas articulações políticas, em dois casos as carreiras ativistas dos entrevistados foram negativamente impactadas, produzindo seu afastamento deste tipo de atuação política. Nesses casos, pudemos observar que o desengajamento do ativismo ambiental foi acompanhado por um processo de deslocamento de vínculos partidários e de predisposições político-ideológicas à esquerda para o centro do espectro político.

Contudo, não foi apenas em desengajamento que as transformações impulsionadas pela entrada no Estado consistiram. Mesmo para os demais, podemos afirmar que a atuação em instituições públicas produziu impactos sobre suas trajetórias pessoais e sobre suas carreiras ativistas. A experiência no Estado proporcionou acesso à formação especializada e indicações para a ocupação de postos de trabalho em órgãos públicos ao longo das trajetórias. Mudou também a maneira como encaravam o Estado: apesar de manterem suas críticas, compreendem que não se trata de um bloco homogêneo – que há diferentes atores e projetos em relação neste espaço em disputa, inclusive mais alinhados às suas perspectivas ativistas – e que é possível produzir o que consideram ações positivas a partir da inserção nos órgãos, influenciando suas decisões. Nesse sentido, foi comum o posicionamento de que, para além da crítica, é preciso, em vez de tratar o Estado como “inimigo a ser destruído”, aproveitar os espaços de atuação que nele se apresentam como forma de promover transformações – nas palavras de um dos entrevistados, passando de um “ativismo simplesmente questionador” para um “ativismo mais produtivo”. Assim, junto com a mudança nos papéis desempenhados, verificou-se também uma mudança nas disposições e interpretações pessoais a respeito da relação entre movimento e Estado, bem como na maneira como avaliam suas próprias trajetórias.

Vemos, então, que, apesar das diferenças entre as OMSs e entidades ambientalistas em relação aos órgãos estatais (no que diz respeito às características, lógica, escopo, etc.), não existe entre os dois lados uma barreira intransponível: a entrada de lideranças do ativismo ambiental para o Estado ocorre, de fato; e que, como as trajetórias pessoais analisadas atestam, esta entrada não leva necessariamente à cooptação e ao desengajamento – ainda que deixe marcas (proporcionando recursos e o contato com novas redes sociais, políticas e profissionais; e por meio do processo de socialização e das experiências sociais, como lembra Gaxie, 2002) sobre os itinerários e visões de mundo das lideranças

que transitam, passando a integrar a *polity*. Nesses casos, em que se é uma coisa e outra (BANASZAK, 2005), os indivíduos se equilibram entre os dois papéis assumidos, devendo responder ao desafio manter a coerência entre as duas identidades em jogo.

REFERÊNCIAS

- ABERS, R.; VON BÜLOW, M. Movimentos sociais na teoria e na prática: como estudar o ativismo através da fronteira entre Estado e sociedade? *Sociologias*. Porto Alegre, ano 13, nº 28, set./dez. 2011, p. 52-84.
- ABERS, R; SERAFIM, L; TATAGIBA, L. Repertórios de Interação Estado-Sociedade em um Estado Heterogêneo: A Experiência na Era Lula. *DADOS – Revista de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro, vol. 57, no 2, 2014, pp. 325-357.
- AHLQUIST, J.; LEVI, M. Leadership: What It Means, What It Does and What We Want to Know About It. *Annual Review of Political Science*. 2011. 14: 1-24.
- ALONSO, A. As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate. *Lua Nova*. São Paulo, 76: 49-86, 2009.
- ALONSO, A. Repertório segundo Charles Tilly: história de um conceito. *Sociologia & Antropologia*. Rio de Janeiro, v.02.03: 21 – 41, 2012.
- ALONSO, A.; MARCIEL, D. From Protest to Professionalization: Brazilian Environmental Activism After Rio-92. *The Journal of Environment Development*, Vol. 19, pp. 300-317. 2010.
- ASSIS, P. Organizações ambientalistas no contexto político do Espírito Santo. In: I Seminário Nacional da Pós-Graduação em Ciências Sociais – UFES, Vitória. *Anais...* v.1, n.1., 2011. Disponível em: <http://periodicos.ufes.br/SNPGCS/article/view/1543>. Acesso em 31/01/2014.
- BALTAZAR, B. *Quando a militância e a vida cotidiana se (des)encontram*: Um estudo das concepções de lideranças sobre as relações do movimento popular com suas vidas. 1998. 195 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 1998.
- BANASZAK, L. A. Inside and outside the state: movement insider status, tactics and public policy achievements. In: MEYER, D. S.; JENNESS, V.; INGRAM, H. (eds.). *Routing the opposition: social movements, public policy, and democracy*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2005. p.149-176.

BONI, V.; QUARESMA, S. J. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. *Em Tese – Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC*. Vol. 2 nº 1 (3), janeiro-julho/2005, p. 68-80.

CHAZEL, F. Movimentos Sociais. In: BOUDON, R. *Tratado de Sociologia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1995.

COHEN, J.; ARATO, A. *Sociedad civil y teoría política*. Ciudad del México: Fondo de cultura econômica, 2000.

CRUZ, P. A. C. S. *Organizações ambientalistas e Estado: tensões e alinhamentos no período de Governo Paulo Hartung (2007 - 2010)*. 2011. 72 f. Monografia (Graduação em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2011.

DAGNINO, E. Sociedade civil, participação e cidadania: de que estamos falando? In: MATO, D. (coord.) *Políticas de ciudadanía y sociedad civil en tiempos de globalización*. Caracas, FACES, Universidad Central de Venezuela, 2004.

DAGNINO, E.; OLVERA, A. J.; PANFICHI, A. Para uma outra leitura da disputa pela construção democrática na América Latina. In: DAGNINO, E. et al. (orgs.) *A disputa pela construção democrática na América Latina*. São Paulo: Paz e Terra, 2006.

FALLETI, T. G. Infiltrando o Estado: a evolução da reforma da saúde no Brasil, 1964-1988. *Estudos de Sociologia*. Araraquara, v.15, n.29, p.345-368, 2010.

FAVORETO, D. Gênese da questão ambiental no Espírito Santo. *Diovani Favoreto*: Blog para os admiradores da História do Espírito Santo, da cultura capixaba e suas particularidades. Vitória, 30 de setembro de 2009. Disponível em: <http://diovanifavoreto.blogspot.com.br/2009/09/genese-da-questao-ambiental-no-espirito.html>. Acesso em 19/01/2014.

FELTRAN, G. S. Deslocamentos – trajetórias individuais, relações entre sociedade civil e Estado no Brasil. In: DAGNINO, E. et al. (orgs.) *A disputa pela construção democrática na América Latina*. São Paulo: Paz e Terra, 2006.

FILLIEULE, O. Propuestas para un análisis procesual del compromiso individual. *Intersticios – Revista Sociológica de Pensamiento Crítico*. vol 7, nº1, 2013.

FILLIEULE, O. Some Elements of an Interactionist Approach to Political Disengagement. *Social Movement Studies*, 2010, vol 9, n°1:1-15.

GAXIE, D. Appréhensions du politique et mobilisations des expériences sociales. *Revue Française de Science Politique*. Vol. 52, n.º2, p. 145-178. 2002.

GAXIE, D. Économie des partis et rétributions du militantisme. *Revue Française de Science Politique*. Volume 27, N.º1, p. 123-154, 1997.

GAXIE, D. Rétributions du militantisme et paradoxes de l'action collective. *Swiss Political Science Review*. 11 (1): 157-188, 2005.

GOHN, M. G. *O protagonismo da sociedade civil: movimentos sociais, ONGs e redes solidárias*. São Paulo: Cortez, 2005.

GOHN, M. G. *Teorias dos Movimentos Sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos*. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

HERKENHOFF, M. B. L. *O papel do líder comunitário*. Vitória: Secretaria de Produção e Difusão Cultural/UFES, 1995.

INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES (IJSN). *Processo de urbanização, estrutura demográfica e violência: análise no Espírito Santo e Vitória*. Vitória, ES, 2011. Disponível em: <http://goo.gl/WyX7nL>. Acesso em 21/01/2015.

KLATCH, R. The Contradictory Effects of Work and Family on Political Activism. *Qualitative Sociology*, Vol. 23, No. 4, p. 505-519, 2000.

LE BON, G. *Psicologia das Multidões*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

LERBACH, B. C. Liderança e movimentos sociais: Apontamentos sobre a importância da ação do líder. *Simbiótica*, UFES, v. ún, n.1. jun. 2012.

LOBINO, C. F. *As entidades associativas não-governamentais e o monocultivo do eucalipto no Espírito Santo*. 2008. 201 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) – Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

LOSEKANN, C. *A presença das organizações ambientalistas da sociedade civil no Governo Lula (2003-2007) e as tensões com os setores econômicos*. 2009. 209 f.

Tese (Doutorado em Ciência Política) - Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

LOSEKANN, C. *Ambientalistas em Movimento no Brasil: Entrelaçamentos e tensões entre o Estado e a sociedade durante o governo Lula*. Curitiba: Appris, 2014.

MARENCO, A.; SERNA, M. Por que carreiras políticas na esquerda e na direita não são iguais? Recrutamento legislativo em Brasil, Chile e Uruguai. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo, v. 22, n. 64, p. 93-113. 2007.

MCADAM, D.; TARROW, S.; TILLY, C. *Dinámica de la contienda política*. Barcelona: Hacer Editorial, 2005.

MCADAM, D.; TARROW, S.; TILLY, C. Para mapear o confronto político. *Lua Nova*, São Paulo, 76: 11-48, 2009.

MCCARTHY, J. D.; ZALD, M. N. Resource Mobilization and Social Movements: A Partial Theory. *American Journal of Sociology* 82, 1977, pp. 1212–41.

MICHELS, R. *Sociologia dos Partidos Políticos*. Brasília: Ed. Unb, 1982.

MISCHE, A. *Partisan Publics: Communication and Contention across Brazilian Youth Activist Networks*. Nova Jersey (EUA): Princeton University Press, 2008.

MORRIS, A. Reflections on Social Movement Theory: Criticism and Proposals. *Contemporary Sociology*, Vol. 29, n.º 3, p. 445–454, 2000.

MORRIS, A.; STAGGENBORG, S. Leadership in Social Movements. In: SNOW, D.; SOULE, S. A.; KRIESI, H. (orgs.) *The Blackwell Companion to Social Movements*. MA, Oxford, Austrália: Blackwell Publishing, 2004.

NASCIMENTO, E. C. *Movimentos sociais e instituições participativas: efeitos organizacionais, relacionais e discursivos*. 2012. 398 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

OLIVEIRA, W. J. F. Engajamento político, competência técnica e elites dirigentes do movimento ambientalista. *Revista Sociologia Política*, Curitiba, v. 16, n. 30, p. 167-186, jun. 2008a.

OLIVEIRA, W. J. F. Gênese e Redefinições do Militantismo Ambientalista no Brasil. *DADOS – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, Vol. 51, no 3, pp. 751-777, 2008b.

PASSY, F.; GIUGNI, M. Life-Spheres, Networks, and Sustained Participation in Social Movements: A Phenomenological Approach to Political Commitment. *Sociological Forum*, Vol. 15, No. 1, 2000, p. 117-144.

SILVA, M. K.; OLIVEIRA, G. L. A face oculta(da) dos movimentos sociais: trânsito institucional e intersecção Estado-Movimento – Uma análise do movimento de Economia Solidária no Rio Grande do Sul. *Sociologias*. Porto Alegre, ano 13, nº 28, set./dez. 2011, p. 86-124.

TARROW, S. *O poder em movimento: Movimentos sociais e confronto político*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

TILLY, C. *Coerção, Capital e Estados Europeus*. São Paulo: EDUSP, 1996.

TILLY, C. *Social Movements, 1769-2004*. Boulder, Estados Unidos: Paradigm Publishers, 2004.

TILLY, C. *Democracia*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

TILLY, C. *From Mobilization to Revolution*. University of Michigan. CRSO Working Paper #156, 1977.

TILLY, C. Movimentos sociais como política. *Revista Brasileira de Ciência Política*. N.º 3, Brasília, janeiro-julho de 2010, pp. 133-160.

URBINATI, N. O que torna a Representação democrática. *Lua Nova*. São Paulo, 67: 191-228, 2006.

YOUNG, I. M. Representação política, identidade e minorias. *Lua Nova*. São Paulo, 67: 139-190, 2006.

APÊNDICE A

Roteiro de entrevista

I – Quem é?

1. Onde nasceu e onde mora? Se veio de outro estado ou município, qual a razão?
2. Qual a sua idade?
3. Qual o seu estado civil?
4. Tem filhos? Com que idade?
5. Qual a sua formação escolar?
6. Trabalha? Em que?
7. Atualmente participa de algum movimento social, associação civil ou grupo ligado a alguma causa? Ocupa alguma posição?
8. É filiado a partido político? Qual?

II – Engajamento, Carreira Militante, Projetos pessoais

9. Conte como ocorreu o início de sua participação em lutas e organizações ambientalistas (quando, como e por que).
10. Em qual(is) movimento(s) participou? Qual(is) era(m) o(s) objetivo(s), a forma de atuação e como se organizava(m)?
11. Dentro desse(s) movimento(s), desempenhava que papel? Como era sua atuação?
12. Quais foram as principais conquistas / realizações do(s) movimento(s)?
13. Como esse(s) movimento(s) se relacionava(m) com o Estado (qual era a posição adotada. Ex.: postura crítica e de oposição ou parceria)?
14. Como era participar desse(s) movimento(s) quando você começou? Como se sentia participando?
15. O que esperava obter com o ativismo (do ponto de vista político, pessoal e profissional) – quais eram as expectativas?
16. Quais eram, na época, seus projetos de vida (seus planos, o que pretendia fazer)?
17. Como conciliou ativismo e trabalho / estudos?
18. Como conciliou ativismo e vida familiar / amizades?
19. Considera que a participação em movimentos trouxe vantagens? Quais? E desvantagens?
20. Parou de participar durante algum período? Por quê?

III – Atuação a partir do Estado

21. Conte como ocorreu a inserção no Estado. Como esta entrada foi possibilitada?
22. Quais eram suas expectativas? O que esperava obter (do ponto de vista político, pessoal e profissional)?

23. Quais foram os cargos comissionados e/ou de confiança ocupados? Em que período? Como veio a ocupá-los?
24. Que funções desempenhava? Continuou lidando com a questão ambiental? De que forma?
25. Quando passou a atuar a partir do Estado deu continuidade à participação no(s) grupo(s) ou movimento(s) ao(s) qual(is) pertencia ou cessou o envolvimento? Por quê?
26. Manteve alguma conexão entre as agendas do ativismo ambiental e as atividades a partir do Estado? Exemplifique.
27. Percebe diferenças entre a atuação dentro e fora do Estado? Conte sobre sua experiência pessoal.
28. Como se sentiu atuando a partir da esfera estatal?
29. Considera que a participação no Estado trouxe vantagens? Quais? E desvantagens?

IV – Tensões

30. Atuou no movimento e no Estado de maneira simultânea? Se sim, fale sobre como conciliou a participação em ambas as esferas.
31. Já se viu em situações em que interesses / posicionamentos estatais e do movimento conflitaram? Como resolveu?
32. Sofreu críticas por parte de ativistas por ocupar cargos no Estado? E de servidores públicos pelo *background* ativista? Fale sobre isso.

V – Autoavaliação, crenças e visão de mundo atual

33. Como vê a luta ambiental no Espírito Santo hoje? Em sua visão, de modo geral: quais os principais problemas, suas causas, quem são os responsáveis, e contra o que é preciso lutar?
34. Qual o papel dos movimentos ambientalistas diante dessa conjuntura?
35. Que avaliação faz dos grupos ambientalistas atuantes no Espírito Santo hoje? Em especial, como avalia a organização / grupo ao qual pertencia (ou pertence)?
36. Em sua opinião, que táticas o ativismo deve empregar hoje? E o que deve evitar?
37. Como se identifica em relação a este cenário? Como vê a si mesmo neste momento de sua trajetória?
38. Como avalia o caminho trilhado ao longo de sua carreira ativista? E quais as perspectivas para o futuro?
39. Há algo que gostaria de acrescentar?

APÊNDICE B – Quadro para orientação do roteiro de entrevista

Objetivo específico	Aspectos observados	Tópicos para questionamento	Correspondência no roteiro de entrevista
Investigar e analisar transformações sobre a dimensão objetiva da carreira	(1) Sequências de posição	História do engajamento e relato da trajetória. Identificação dos locais de atuação e cargos e posições ocupadas pelas lideranças ao longo de suas carreiras. Formação de redes.	Questões 6, 7, 8, 9, 10, 11, 20, 21, 23, 25.
	(2) Funções desempenhadas	Funções correspondentes às posições ocupadas. Atividades. Experiências e aprendizados.	Questões 11, 17, 19, 24, 29.
	(3) Campos de atuação política	Vínculos com a política institucional e a não institucional ao longo da trajetória.	Questões 6, 7, 8, 10, 11, 20, 23, 25, 30, 37.
	(4) Caráter da atuação política	Formas de ação. Agenda política. Ações notórias. Conquistas.	Questões 6, 7, 8, 10, 11, 12, 13, 24, 25, 26, 27, 37, 38.
Investigar e analisar impactos sobre a dimensão subjetiva da carreira	(1) Perspectivas sobre vida e carreira pessoais	Conciliação entre projetos de vida (principalmente nas esferas familiar, profissional, e educacional) e atuação na esfera militante. Expectativas de vida e quanto à participação política (presentes e pretéritas). Autoavaliação.	Questões 14, 15, 16, 17, 18, 19, 22, 28, 29, 38.
	(2) Visão sobre a luta política	Mudanças no enquadramento em relação à luta / às questões do grupo ou organização de origem. Opinião a respeito dos repertórios de ação coletiva a serem empregados, objetivos a serem perseguidos, etc.	Questões 9, 10, 33, 34, 35, 36.
	(3) Autoidentificação	Como se identifica em relação aos diferentes momentos da trajetória	Questões 14, 28, 30, 31, 37.

política. Quem é.			
Investigar e analisar tensões decorrentes da atuação a partir do Estado	(1) O trânsito ou o duplo pertencimento e suas consequências	Se houve conflito ou afinidade entre atividades e posicionamentos enquanto ativista e a atuação a partir do Estado. As diferenças sentidas. Características do relacionamento entre grupo ativista e Estado, e consequências para o ativista incorporado aos quadros estatais.	Questões 10, 13, 14, 23, 25, 27, 28, 29, 30, 31, 32.